



Anna De Ruijter

O papel de raça no capitalismo: Para um
debate racializado do contexto contemporâneo
das políticas de identidade

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Relações
Internacionais da PUC-Rio como
requisito parcial para obtenção do grau
de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Marta Fernández

Coorientador: James Casas Klausen

Rio de Janeiro

Novembro de 2020



Anna De Ruijter

O papel de raça no capitalismo: Para um debate
racializado do contexto contemporâneo das políticas de
identidade

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio.
Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Marta Regina Fernandez y Garcia

Orientadora

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

James Casas Klausen

Coorientador

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Paulo Henrique de Oliveira Chamon

Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Victor Coutinho Lage

Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos –
UFBA

Rio de Janeiro, 11 de novembro, 2020

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial do trabalho, é proibida sem a autorização da universidade, da autora e do orientador.

Anna De Ruijter

Formada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) em 2017.

Ficha Catalográfica

Ruijter, Anna De

O papel de raça no capitalismo : para um debate racializado do contexto contemporâneo das políticas de identidade / Anna De Ruijter ; orientadora: Marta Fernández ; coorientador: James Casas Klausen. – 2020.

152 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2020.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais - Teses. 2. Raça. 3. Capitalismo. 4. Colonialismo. 5. Escravidão transatlântica. 6. Política de identidades. I. Fernández, Marta. II. Klausen, Jimmy Casas. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

CDD: 327

À ela, sempre ela, minha mãe.

Agradecimentos

Fazemos pouco ou quase nada sem a ajuda daqueles que nos rodeiam. Não é diferente no caso do presente trabalho. Trata-se de um trabalho feito a várias mãos, pois as mãos que me sustentam e me guiam são várias. Não me estenderei muito nesses agradecimentos, porque não importa quantas páginas eu escreva não conseguirei exprimir minha gratidão a todos vocês que de alguma forma ou de outra me fizeram seguir adiante e chegar até aqui.

Aos meus pais, por quem eu nutro imensurável admiração e amor, saibam que poucas linhas teriam sido escritas sem tamanho amor e dedicação vindos de vocês. Mama, como se mostra difícil escrever essas linhas a quem eu devo os sentimentos mais bonitos, as crenças mais belas e a força mais sensata. A quem eu devo, simplesmente e sobretudo, a vida. É com muito do seu trabalho que pude chegar até aqui, obrigada. Carrego o seu coração, no meu coração. Sempre.

Papa, digo menos do que gostaria o quanto eu te admiro. Muito obrigada por acreditar tanto em mim e me apoiar, independentemente se você concorda comigo ou se eu te entendo. Essa é uma das coisas mais bonitas que aprendi com você. Obrigada por ter me incentivado a seguir em frente.

Aos meus irmãos, Caroll, Pedro e Laura, pela companhia sempre disposta e alegre que ainda faz reviver a criança dentro de mim, eu dirijo esses agradecimentos. Ter irmãos é compartilhar os pesos e as doçuras da vida, e eu não poderia pedir por companheiros melhores. Cada um de vocês, à sua maneira, tiveram um papel fundamental nesse processo, saibam disso. Amo vocês profundamente.

Muito da minha formação devo aos meus doces anos em Franca, onde fui infinitamente feliz e essa felicidade foi vivida ao lado de pessoas pelas quais nutro os sentimentos mais bonitos. Em Franca descobri o significado da amizade e pude constatar que caminhamos melhor acompanhadas. À minha eterna família Tropicana, muito obrigada. Gostaria, no entanto, de citar um nome entre muitos e peço licença para isso.

Emmanuelle Nasser, a nossa famigerada “fifi”, como eu não poderia falar de você? Desconheço alguém que estava mais ansiosa do que eu para que eu entregasse essa dissertação. Obrigada por sempre compartilhar de minhas dores e felicidades e por ter me agraciado com a sua amizade. Te amo imensamente, alma gêmea.

Em Franca também tive a sorte, como se não bastasse, de encontrar mais um grande amor, cuja presença em minha vida a torna extremamente feliz. Meu homem, você, talvez mais do que ninguém, saiba dos percalços e das dores enfrentadas por mim nesse processo. Muito obrigada por seu apoio incondicional, por ter compartilhado do peso da distância e, sobretudo, por nunca ter me deixado sucumbir. Tenho a sorte de compartilhar minha vida com você e viver a raridade de um amor *feliz*.

De Franca também vêm as pontes que me levaram ao Rio. Agradeço a minha querida amiga Bete, que tive a sorte de ter como professora, orientadora e, sobretudo, fio condutor ao que agora se realiza. Obrigada por ser ponte entre eu e Vini. Vini, obrigada por ter me recebido no Rio e por todo o carinho e ajuda que sempre está tão disposto a me dar. Rô e Gabs, meus eternos “roomies”, obrigada por terem me recebido de braços abertos no Rio e me acolhido no momento tão difícil que é a mudança.

Aos meus colegas de pós-graduação e de convivência no IRI agradeço enormemente a trajetória compartilhada e a amizade. Ana Cardoso, Ana Lacerda, Ananda, Luma, Mari, Lucas Guerra, Lucas Manuel, Bia, Thallita, Adri, Maria Alice, Tati, Ricardo, Thaís, Flávia, foi uma honra. À Ananda, reitero meus agradecimentos, por ter compartilhado de um teto comigo e os desafios de se mudar para o Rio. Obrigada por tantas conversas lúcidas. Ao Lucas Manuel, obrigada pela amizade sempre regada com um bom café da tarde, já sinto falta. Mari, a sua presença tão acolhedora fez do Rio um lugar menos hostil para mim. À você, Bia, minha querida, saiba que te encontrar foi uma das melhores coisas que levo do Rio comigo – que bom que nosso encontro já se deu logo de cara. Agradeço também à Marina, que na reta final tornou possível que eu entregasse esta dissertação.

Por fim, este trabalho não teria sido possível sem o incomensurável apoio de meus orientadores, Martinha e Jimmy. Tive a tremenda sorte de contar com vocês, que me

apoiaram a todo momento e cujo olhar generoso tornou mais fácil a trajetória dentro da academia.

Ao Paulinho, que me ensinou tanto e me introduziu à experiência de dar aula, sou eternamente grata. Obrigada por todo o seu tempo e carinho. Te tenho como um querido mentor e amigo.

À equipe do IRI, em especial Lia e Luti, agradeço pelo carinho e apoio e, sobretudo, por transformarem o espaço do Instituto em um bastante acolhedor.

Gosto de pensar que a vida é feita das pessoas que vamos encontrando pelo caminho, e que ela vale a pena justamente por isso. Fui agraciada com muitos encontros fortuitos, aos quais devo meu eterno carinho e gratidão. Dedico esse trabalho a vocês em forma de meu agradecimento.

Resumo

De Ruijter, Anna; Klausen, Marta Fernández (Orientadora) e James Casas Klausen (Co-orientador). **O papel de raça no capitalismo. Para um debate racializado do contexto contemporâneo das políticas de identidade.** Rio de Janeiro, 2020, 150p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Movida pelas questões que o debate político contemporâneo em torno das Políticas de Identidade - ou políticas identitárias, como se convencionou a chamar - suscita sobre a relação entre raça e classe, a presente pesquisa se dispõe sobretudo a investigar o papel de raça na modernidade capitalista.

Julgando ser de central importância a essa tarefa o movimento de historicizar raça em seu sentido moderno, engaja-se com uma reconstrução histórica que confere ênfase ao papel da escravidão transatlântica para a gênese capitalista, elucidando sobre seu aspecto colonial. Conjuntamente a esse esforço de historicização de raça e compreensão do capitalismo a partir dos eventos sucedidos no Atlântico, volta-se à reflexão sobre os efeitos do significante racial moderno através de perspectivas teóricas que questionam os limites e ambiguidades de raça na modernidade. A partir dessas considerações que buscam contribuir com o pensamento crítico acerca do lugar de raça no capitalismo, o objetivo do presente trabalho é se dirigir às diferentes maneiras como a relação entre raça e classe é entendida e mobilizada no debate político em torno das lutas identitárias, com suas posições que trafegam desde um desmerecimento da indissociabilidade existente entre as identidades produzidas pelo signo racial moderno e o modo de gestão do capitalismo, por um lado, até à redução de raça a uma questão de ordem meramente econômica, por outro.

Palavras-chave

Raça; capitalismo; classe; escravidão transatlântica; colonialismo; política de identidades.

Abstract

De Ruijter, Anna; Klausen, Marta Fernández (Advisor) and James Casas Klausen (Co-Advisor). **The role of race in capitalism. Toward a racialized debate on the contemporary context of identity politics.** Rio de Janeiro, 2020, 150p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Driven by the questions that the contemporary political debate around Identity Politics - or ‘identitarian politics’, as it has been conventionally called - raises about the relationship between race and class, the present research proposes itself to investigate the role of race in capitalist modernity.

Considering the movement to historicize race in its modern sense as one of central importance to this task, this work engages in a historical reconstruction that emphasizes the role of transatlantic slavery for the capitalist genesis, elucidating its colonial aspect. Alongside the effort to historicize race and to understand capitalism from the events that took place in the Atlantic it is proposed a reflection on the effects of the modern racial signifier through theoretical perspectives that question the limits and ambiguities of race in modernity. Through these considerations that seek to contribute to the critical thinking about the place of race in capitalism the aim of this research is to address the different ways in which the relationship between race and class is understood and mobilized in the political debate around identity struggles – with its positions that range from a neglect of the indissociability between the identities produced by the modern racial sign and the way capitalism functions, on the one side; to a reduction of race to a question of a purely economic order, on the other.

Keywords

Race; capitalism; transatlantic slavery; colonialism; identity politics.

Sumário

INTRODUÇÃO	22
1. CAPITALISMO, UM SISTEMA RACIAL.	10
1.1. A EXPANSÃO NO ATLÂNTICO	10
1. 1. 1. CUIDADOS EPISTEMOLÓGICOS AO LIDAR COM O PASSADO COLONIAL	10
1.1.2. A EXPANSÃO EUROPEIA NO ATLÂNTICO	26
1.2. DOCE CAPITALISMO	50
2. A SENTENÇA RACIAL DA MODERNIDADE.	70
2.1. RAÇA E CLASSE	70
2.1.1. A RACIALIZAÇÃO DO TRABALHO COMO CONDIÇÃO DE CLASSE	82
2.2. O SIGNO RACIAL NA MODERNIDADE	95
3. A IDENTIDADE COMO POLÍTICA	114
3.1. IDENTIDADE COMO POLÍTICA SUBVERSIVA	115
3.2 O CONTEXTO CONTEMPORÂNEO EM TORNO DAS POLÍTICAS DE IDENTIDADES	122
3.3 O HORIZONTE DA SUPERAÇÃO COLONIAL CAPITALISTA OU “HÁ TODO UM VELHO MUNDO AINDA POR DESTRUIR E TODO UM NOVO MUNDO A CONSTRUIR. MAS NÓS CONSEGUIREMOS, JOVENS AMIGOS, NÃO É VERDADE?”	127
UMA BREVE INCONCLUSÃO	140
REFERÊNCIAS	145

“Eu não posso ser pessimista, porque estou vivo. Ser pessimista significa que você concorda que a vida humana é um assunto acadêmico. Assim, eu sou forçado a ser otimista”.

James Baldwin – A Pergunta

Introdução

O trabalho que se apresenta diante de nós é resultado de muitos meses de pesquisa e de escrita, os quais foram guiados por uma pergunta principal: qual é o papel de raça no capitalismo? Embutida nessa pergunta, estava a necessidade de me lançar à investigação aprofundada sobre o que significa raça, por um lado, e o que significa capitalismo, por outro. Somente a partir da reflexão sobre ambos, da compreensão do que se entende por eles, a resposta à pergunta se tornaria pouco a pouco mais clara. Tal pergunta se mostrava crucial para compreender aquilo que eu tinha posto como objetivo de minha dissertação: refletir sobre o debate contemporâneo em torno das políticas de identidade. Adentrar neste debate, e lidar com seus diversos posicionamentos sobre a relação entre raça e classe, tornava imperativo que se buscasse compreender o capitalismo a partir de um olhar, sobretudo, racializado.

Mostrou-se, então, como passo extremamente importante, engajar com uma reconstrução histórica da maneira como o capitalismo foi formado por meio de uma perspectiva que se atentasse para o papel que raça desempenhou nesse processo, e como *raça*, por sua vez, se constituiu mediante tal. O principal objetivo da reconstrução histórica empenhada pelo primeiro capítulo se revela, assim, de maneira dupla: é demonstrar a forma com que raça e capitalismo se relacionam; e, com isso, ser capaz de perceber *raça* de maneira *historicizada*, isto é: situada historicamente. A importância da reconstrução histórica está em poder deslocar o entendimento de raça de uma concepção estanque e naturalizada. Concepção esta que reduz raça a um sintoma que esteve sempre presente no universo daquele que se tornaria o colonizador e, desse modo, impede que se enxergue que o signo racial moderno surge indissociavelmente das colonizações e da escravidão transatlântica – processos constituintes do capitalismo. Entender o papel do comércio transatlântico de escravos torna, então, possível capturar de que maneira o capitalismo atua de forma racializada; e, ao mesmo tempo, como as identidades raciais operam na manutenção das relações sociais capitalistas.

A presente dissertação busca identificar os elementos componentes do processo de racialização ao qual foram submetidas as populações negras escravizadas. Aqui, compreende-se que a figura do negro surge no bojo da escravidão moderna, empenhada nas colônias europeias no Atlântico, e busca-se recorrer à história que torna isso possível e acabou culminando nesse processo de racialização.

Daí a importância conferida ao açúcar e ao Brasil. Ainda no primeiro capítulo, se desenvolve as conexões entre a produção de açúcar e o trabalho escravo. Associação esta que foi responsável pela enorme remessa de lucros que chegava à Europa, e por uma diáspora africana sem precedentes da qual foi arrancada o trabalho sobre o qual o novo mundo da colonialidade capitalista se erigiu. Foi o trabalho escravo de origem africana que possibilitou que a produção de açúcar se tornasse um dos negócios mais lucrativos do mundo à época da expansão europeia. Ao mesmo tempo, tal rentabilidade açucareira e sua exigência pelo trabalho escravo tornou o comércio transatlântico de escravos igualmente lucrativo. À massiva transformação de povos de origem africana em mercadoria e ferramenta de trabalho seguiu-se sua transformação em *negro* – e, por meio desta, a invenção do *branco*. Sendo o Brasil o local onde a produção de açúcar atingiu seus mais altos níveis e o que recebeu mais escravizados comparado ao restante das colônias, reivindica-se neste trabalho a centralidade do Brasil para o desenvolvimento do capitalismo e, indissociavelmente, de raça em seu sentido moderno.

Vale notar que na medida em que o primeiro capítulo se preocupa com o empreendimento da escravidão moderna e das colonizações nas Américas – ou seja, com acontecimentos empenhados pela Europa no espaço do Atlântico –, entende-se ser de suma importância olhar para as condições sociais que permeavam a Europa e que contribuíram para que tais acontecimentos se desenrolassem. Um certo “eurocentramento” perceptível nesse primeiro capítulo se justifica, portanto, pela preocupação não somente com as condições de possibilidade da expansão europeia no Atlântico, mas, também, com o processo de fabricação da Europa, que deu origem ao capitalismo como sistema que opera a partir da hierarquização e racialização das diferenças. Ao mesmo tempo, salienta-se que esse processo de fabricação da Europa

necessitou da presença colonial no Atlântico, demonstrando que o capitalismo não é um fenômeno endógeno ao continente europeu. Capitalismo e colonialismo são entendidos nesse trabalho como constitutivos – o que será evidenciado pelo papel desempenhado por *raça*.

O primeiro capítulo se apresenta, dessa forma, como uma longa abordagem histórica. Esse trabalho é feito porque compreender a relação entre *raça* e capitalismo – e como ela é evocada no cenário político atual – parece exigir que retornemos ao passado. Não porque há um determinismo implícito, mas porque, ao acessar o passado, é possível identificar os elementos estruturantes da modernidade capitalista – intrinsecamente colonial. Nesse sentido, a escravidão transatlântica assume a importância não somente de fato histórico do qual *raça* surge e perdura ao longo dos anos meramente como herança, memória. A escravidão, sendo constitutiva das relações de produção e reprodução capitalistas, demonstra elementos estruturantes que conformam a maneira como se organiza nossa vida. O exercício de compreender a formação do capitalismo a partir da história colonial se mostra como uma tarefa importante para compreender os elementos coloniais que permanecem em nossa sociedade, e como – mesmo passando séculos após a sua formação – o capitalismo continua a reproduzir instâncias coloniais de poder.

A partir da reconstrução histórica realizada, o capítulo seguinte se propõe a destrinchar a relação entre *raça* e classe. Este capítulo argumenta que a racialização do trabalho que ocorre a partir da escravidão foi condição de possibilidade do surgimento de classe, e sobretudo da divisão entre exploração e expropriação como pilares da acumulação capitalista. Divisão, esta, que se associa de maneira diferente dependendo da fase do capitalismo, mas que não deixa de existir e de ser racializada. Nesse momento da dissertação já vai se mostrando cada vez mais claro o papel de *raça* para o modo de gestão e reprodução do capital.

Nota-se que esse papel aponta para a relação entre reconhecimento e a divisão do trabalho. É devido a essa relação que podemos falar que a divisão do trabalho que opera sob o capitalismo é uma divisão racial. O domínio do reconhecimento diz

respeito às identidades e os significados que elas produzem e imprimem em nossa subjetividade. Sobretudo, diz respeito a como somos reconhecidos através da identidade que possuímos. A partir dessas considerações vai se apresentando como uma impossibilidade ontoepistemológica considerar o capitalismo meramente como um sistema econômico, bem como reduzir raça a uma questão de classe. Considerar que a acumulação do capital se efetua a partir da divisão racial do trabalho quer dizer que as identidades produzidas a partir de raça determinam a posição dos corpos na estrutura produtiva. Raça, através do domínio do reconhecimento, determina as dinâmicas de inclusão e exclusão das relações de produção: quem será explorado e quem será expropriado (não terá seu trabalho pago) – e ainda, quem será descartado. Portanto, se a condição de possibilidade da acumulação de capital é raça, e as dinâmicas de reconhecimento que produz a partir das identidades, o capitalismo é melhor entendido como uma ordem social¹. O capitalismo é toda uma *sociabilidade*, não apenas um sistema econômico.

A segunda seção do segundo capítulo se volta à reflexão sobre o signo racial e seus efeitos. Engaja-se com um olhar mais cuidadoso sobre a produção das identidades e a dinâmica do reconhecimento, bem como suas limitações e desafios sob a ordem colonial capitalista. Afinal, se o capitalismo é também constituído pelo domínio do reconhecimento manifesta-se como tarefa importante atentar-se a ele. Um aspecto importante dessa segunda seção – que reflete sobre a constituição do signo racial na modernidade – é que ela nos ajuda um pouco mais a romper com a ideia de que raça pode ser entendida apenas através do âmbito econômico. Afasta-se a ideia de que raça se resume a uma ferramenta da burguesia para dividir o proletariado em raças, e assim minar a luta de classes. Esta seria uma visão um tanto quanto simplista e desonesta com a complexidade de raça, o que acaba também refletindo, em última instância, em um entendimento limitado sobre o capitalismo. Ao subsumir raça a uma questão econômica impede-se que se reconheça o papel das identidades na luta anticolonialista,

¹ Nos baseamos no trabalho de Nancy Fraser (2003; 2009; 2019) e sua concepção expandida do capitalismo como “ordem social institucionalizada”.

e traz implícito que a luta de classes é a solução para o racismo e a saída para a emancipação racial.

O terceiro capítulo se volta a disputas que rondam o papel das identidades na luta política. O capítulo três, enquanto capítulo conclusivo do presente trabalho, usufrui de todo o caminho pavimentado pelos capítulos anteriores para se referir ao contexto contemporâneo das políticas de identidade, e às diversas posições que emergem dele – sobretudo, em relação à raça e classe. Volta-se à questão do identitarismo como reflexo do momento presente do neoliberalismo progressista e da mobilização identitária em afinidade com o modo de gestão do capital. Reflete-se sobre a identidade como política e a potência subversiva que traz em si, quando não reduzida a um identitarismo.

Pode-se ainda indagar o porquê de tamanhos “saltos” realizados no desenvolvimento do presente trabalho. Por que investir em uma reconstrução histórica tão extensa e depois em uma reflexão sobre o signo racial moderno, para somente daí abordar o contexto político contemporâneo que permeia as políticas de identidade? Para além das justificativas metodológicas e epistemológicas que apresentei, há uma importante justificativa, que normalmente é mantida silenciada pois diz respeito às escolhas que fazemos para que aquilo que escrevemos reflita processos pessoais. Escrevemos, no fim das contas, aquilo que desejaríamos ler e que reflete nossos incômodos, nossas reflexões e nosso posicionamento. É de certa forma uma resposta a uma pergunta não nomeada. É, sem dúvidas, um engajamento com tudo aquilo que nos permeia e que formou nosso pensamento. Escrevemos aquilo que julgamos importante dizer. E, por tudo isso, exige e se constitui como uma força que vem de dentro.

A minha pergunta não nomeada, que me atravessa, e que me motivou a escrever esse trabalho é: o que significa ser branca? O que significa ser branca no Brasil? E no mundo? A minha existência é fruto de uma viagem que cruzou o Atlântico, mas uma que me constituiu enquanto branca no Brasil e descendente de holandeses. Nada sei sobre o que é ser holandesa, pois sou brasileira. E o que eu sei sobre ser brasileira é por sua vez permeado por essas características, pois essa ascendência não me constitui somente afetivamente. Ainda estou na trajetória de tentar entender as contradições do

que é sentido a partir das identidades que carregamos, e sinto que permanecerei nela por muito tempo. Afinal, esse é só o começo. Escrever essa dissertação foi entrar em contato com essa brancura, interpelar e ser interpelada pela branquitude que me constitui enquanto sujeito, e que me envolve. Foi também entrar em conflito. Algumas vezes as perguntas mais importantes que temos de nos fazer são as mais dolorosas. Mas não podemos escapar. Atravessemos, pois há esperança.

É com muita alegria, com tamanha felicidade que os introduzo ao meu trabalho aqui exposto. Não porque não há falhas, longe disso, mas porque é fruto de muito esforço. Foram inúmeros os momentos em que acreditei que não haveria nada para introduzir. Não um nada, mas algo interminado pela força das circunstâncias – o que é o mesmo que dizer que nada aos olhos de quem nunca poderá ler um trabalho (não)terminado.

Tal qual a história em *O Velho e o Mar*, de Ernest Hemingway: é o peixe inteiro, quando chega à praia, que tem o poder de atestar que não se fracassou, e não o que se passou para pescá-lo. No entanto, sabemos dos percalços do processo e as inúmeras cicatrizes e marcas que ganhamos com ele. Aqueles próximos de nós também o sabem. Fiquei pensando bastante sobre esse livro no processo de escrita. Assim como Santiago que saiu ao mar para pescar, mas uma vez no mar não poderia determinar aquilo que o encontraria, aquilo que teria que encarar; quando iniciamos o processo de escrita – tive a sensação – não sabemos com o que exatamente vamos nos deparar e, certamente, não saímos ilesos. Não saímos às cegas, buscamos cada qual seu peixe. Mas a nossa busca não determina, tampouco garante, que o teremos ou como o teremos, ou ainda o que poderemos encontrar em seu lugar. Os objetivos estavam pré-determinados, mas o processo nos impõe sua máxima importância.

É no processo, também, que mora a possibilidade de fracasso. Mas, temos de encará-lo. Como Santiago encarou e fracassou, mas não foi derrotado. Embora Santiago não tenha chegado com o peixe inteiro à margem, a história mostra que poucos teriam conseguido encarar um peixe daquele tamanho por tantos dias, e tampouco chegado vivo novamente à praia. Aqueles que nos acompanham – assim

como Manolin acompanha seu velho amigo – sabem o que passamos no processo, e isso é extremamente importante.

Introduzo este trabalho com um último ensinamento de Santiago: temos que ter respeito por aquilo que temos de encarar, pois é o mesmo que pode nos destruir. Eu chego aqui com muito respeito pelo processo que me trouxe, e com um alívio enorme de ter conseguido chegar à margem com o peixe – mas vocês me digam em que condições e de qual tamanho.

1. Capitalismo, um sistema racial.

I am what time, circumstance, history, have made of me,
certainly, but I am, also, much more than that. So are we all.

James Baldwin, 1984²

1.1. A expansão no Atlântico

1. 1. 1. Cuidados epistemológicos ao lidar com o passado colonial

Compreender o processo de constituição do capitalismo moderno exige que se considere a colonização das Américas e o comércio de escravos africanos que se deu ao longo do Atlântico como elementos cruciais. As grandes navegações de origem europeia, a dominação e expropriação das *novas* terras, as consequentes novas rotas comerciais estabelecidas e, especialmente, a escravidão de origem africana foram elementos importantes – senão centrais e indissociáveis – do processo de constituição do capitalismo como modelo de produção e organização das relações sociais modernas. Para que seja possível compreender a relação entre as colonizações e o comércio escravista no Atlântico, por um lado, e o surgimento do capitalismo moderno, por outro, mostra-se necessário engajar com uma reconstrução histórica que nos forneça, mesmo que não em sua totalidade, tanto os elementos contingenciais como as condições de possibilidade envolvidos nessa relação.

Para que se dê conta da complexidade – ou para que pelo menos se tente com honestidade teórica e metodológica abarcar a complexidade destes eventos – este capítulo engaja com abordagens históricas que desestabilizam narrativas canônicas e oficiais que reduzem os feitos históricos a empreendimento nacionais (de forma a prover uma narrativa mais coerente, racional e homogênea do que se foi). Espera-se assim ser possível deslocar o olhar para outros elementos e atores que compunham o contexto político e econômico das grandes navegações e dos empreendimentos coloniais europeus que viriam a transformar a história mundial.

² Prefácio à edição de 1984 de *Notes of a Native Son*. (BALDWIN, 2012).

Para uma disciplina cujos debates epistemológicos corriqueiramente voltam a ser assombrados pela pergunta sobre qual deveria ser o objeto de estudos das Relações Internacionais (RI) senão o Estado-nação, tal abordagem parece ir na contramão das leituras históricas reconhecidas pela disciplina. Estranhamente, trabalhos que se propõem a ir além de reflexões *estadocêntricas* – sem que isso necessariamente signifique superar essa categoria de análise – são geralmente considerados como sendo melhor definidos fora do rótulo das RI, como estudos globais ou transnacionais. Essa dinâmica disciplinar provoca a sensação enganosa de que o “global” e o “internacional” se opõem. Alexandre Moreli é um dos que chamam atenção para esse fenômeno dentro das RI. Nesse sentido, Moreli (2018) afirma que o que se convencionou a entender por História Global tem se tornado um rótulo que abriga dinâmicas que ocupam o espaço que a História das RI deveria ocupar. Acredito que esse seja o caso aqui. Duas observações se seguem.

Primeiro, apesar do foco recair sobre atores e elementos normalmente negligenciados quando se faz a reconstrução histórica do capitalismo, a tentativa de evitar um nacionalismo metodológico não significa que o papel dos países não será mencionado. Significa, de outro modo, que a preocupação maior é olhar para o que compunha – o que se encontrava sob – aquilo a que nos referimos sob o signo do estado-nação. Assim, muitas vezes se falará sobre o papel de Portugal no surgimento do tráfico transatlântico de escravos. Porém, igualmente, se preocupará em frisar que o que entendemos por Portugal era composto por inúmeros atores, não necessariamente “nacionais”, como o caso da elite mercante genovesa. Olhar para esses atores nos aproxima de um cenário mais amplo para a compreensão do surgimento do capitalismo, cujo caráter global pode ser acessado justamente pelo que significou o tráfico transatlântico de escravos e a colonização das Américas para a composição das relações capitalistas.

A essa consideração se relaciona a segunda observação, na qual se reivindica a reflexão teórica de Alexandre Anievas e Kerem Nisancioglu (2015) em *How the West Came to Rule*, onde argumentam que o capitalismo é constituído por uma “internacionalidade” e, por isso, a sua história e gênese só podem ser propriamente

compreendidas em termos internacionais ou geopolíticos. O presente trabalho argumenta, portanto, que é necessário olhar para o capitalismo “internacionalmente”. Porém, esse olhar não deve ser empreendido de forma a resumir a perspectiva das Relações Internacionais a aspectos nacionais ou inter-nacionais. Tampouco deve-se entender essa perspectiva como antagônica ao que se entende por global. As RI como campo disciplinar apresenta a potência de se investigar as conexões existentes entre acontecimentos que não se restringem a uma localidade, e é justamente essa potência que se busca explorar aqui.

Devido ao papel que a Europa desempenhou no estabelecimento de um comércio transatlântico de escravos e nas colonizações das Américas, propõe-se rastrear as circunstâncias políticas e econômicas em seu território. Além disso, é importante notar, à luz de considerações feitas por Cedric Robinson em *Black Marxism, The Making of the Black Radical Tradition*, que para compreender características estruturantes do capitalismo é necessário compreender o contexto histórico e social de sua aparição (ROBINSON, 2000, p. 24). Isto inevitavelmente nos impele a considerar as condições históricas circunscritas à Europa – não somente uma vez que o que temos como “circunscrito” conta sempre com influências externas, nenhuma história é uma história hermética – visto o papel que os países europeus teriam nas colonizações. É necessário compreender aqueles que dominaram a história, no seu sentido mais violento.

O exercício de recapitulação histórica proposto aqui exige, portanto, alguns cuidados epistemológicos. As categorias de análise que comumente utiliza-se para exprimir a história carregam certas armadilhas. A História é (re)escrita e (re)contada através de conceitos que muitas vezes são cunhados por ideologias que surgem após os acontecimentos aos quais estes conceitos se referem. O próprio conceito de *Europa* traz consigo representações que são construídas apenas na modernidade e que não necessariamente correspondem à realidade da Europa pré-moderna.

Em *Europa, modernidade e eurocentrismo*, Enrique Dussel (2005) elucida a armadilha semântica que a ontologia moderna cria em torno do conceito de *Europa*.

Dussel se refere ao conceito de *Europa* como um deslizamento semântico, pois envolve manipulações da história: a Europa da pré-modernidade pouco equivale à Europa criada com o advento da modernidade. Esse deslizamento semântico acontece devido à modernidade carregar dois sentidos: o primeiro corresponde ao “novo paradigma de vida cotidiana, de compreensão da história, da ciência, e da religião, surge ao final do século XV e com a conquista do Atlântico” (Dussel 2005, 28); e o segundo sentido, que é fruto desse primeiro, é a instauração de um novo mundo de relações com a modernidade a partir das colonizações europeias das Américas. Estas relações posicionam a Europa como “centro do mundo” e produzem nos séculos seguintes a racionalização desse processo, e naturalizam a Europa como “berço” da civilização moderna, como se este fosse um produto circunscrito à sua história e aos demais é reservado o *status* de bárbaros. O posicionamento da Europa neste lugar de centralidade e superioridade não se dá sem a construção concomitante de uma versão idealizada do que compunha seu território e história. Central a esse segundo sentido da modernidade estão, portanto, os princípios subjetivos construídos a partir do Humanismo, Iluminismo, da Revolução Francesa. Eventos estes que se desenvolveriam no século XVIII, e que constroem a Europa como esse local da emancipação e da razão, da universalidade, do progresso mundial, e que ocultam a face da violência colonial intrínseca ao desenvolvimento da modernidade.

Com isso, Dussel (2005) está chamando atenção para a *colonialidade do saber*, que opera sob o eurocentrismo e informa a maneira como a história é canonizada e passada adiante a partir de uma perspectiva que negligencia o papel dos elementos situados para além da Europa – como o caso das Américas e da Diáspora Negra – na constituição da história mundial moderna. O que confere à Europa o lugar de superioridade intelectual, moral e racial. Nesta tentativa de recapitular quais elementos políticos, sociais e econômicos se encontravam no território geopolítico da Europa e que propiciaram o desenrolar dos acontecimentos históricos que se sucederiam a partir do século XV, o desafio é o de não reforçar o lugar de superioridade europeia na hierarquia dos saberes e como detentora da autoridade sobre a História. Trata-se de um exercício que busca olhar para a Europa e sua história a fim de compreender características estruturantes da modernidade capitalista, ao mesmo tempo em que se

propõe a desestabilizar a posição hegemônica que o eurocentrismo vem a ocupar na modernidade.

Por este motivo, o presente trabalho engaja com abordagens históricas que ao mesmo tempo em que oferecem uma análise crítica sobre o papel da Europa não descartam a importância que um olhar cuidadoso para sua história fornece para a compreensão da construção da modernidade e do capitalismo. Uma das (re)leituras críticas sobre a história da formação do capitalismo é a feita por Robinson (2000) – a qual possui uma importância imensurável para o objetivo com o qual o presente trabalho se compromete. Para que seja possível desestabilizar a história canônica que confere centralidade às epistemologias eurocentradas e marginaliza as dos oprimidos pelo sistema é necessário realizar o movimento de olhar atentamente para a Europa, por mais que isso soe contraditório num primeiro momento. Robinson argumenta que a compreensão das características estruturantes do capitalismo exige entender o contexto histórico e social de sua aparição e, nesse sentido, defende que “não se deve esquecer as identidades e movimentos sociais específicos, e as estruturas sociais que têm persistido e/ou profundamente influenciaram na vida europeia (...)” (ROBINSON, 2000, p. 24. tradução minha) ao se tratar da gênese do capitalismo moderno.

As considerações feitas por Dussel (2005) e Robinson (2000) demonstram, portanto, haver uma condição ambígua imposta pela ontologia moderna que se apresenta no exercício de lidar com o passado colonial: acessar a história do capitalismo a partir da Europa de maneira crítica e transcendendo os limites das categorias modernas somente se mostra possível a partir de perspectivas negligenciadas por este *locus* de autoridade epistêmica. Por meio dos eventos que ocorreram no Atlântico, a Europa passa a ser o local de controle e concentração de quantidades de riquezas que proporcionaram seu crescimento econômico em quantidades imprevisíveis e contribuíram para as bases da acumulação primitiva de capital, transformando-a no epicentro do desenvolvimento capitalista. Estas mesmas condições históricas e materiais tornaram possível que se forjasse todo um arcabouço do saber que justificasse e legitimasse de forma naturalizada a posição de superioridade epistemológica europeia e a sua centralidade. O processo de marginalização de outras

epistemologias está intimamente vinculado ao projeto moderno colonial de dominação, opressão e genocídio dos povos não-europeus. Um não ocorreu sem o outro. A violência epistemológica acompanhou a violência proferida contra os corpos colonizados. Os conhecimentos dos povos dominados foram destruídos e manipulados assim como eles próprios, processo que Boaventura de Sousa Santos (apud GROSFOGUEL, 2016) denominou de *epistemicídio*.

A esse respeito, Robin D.G Kelley (2000), em seu prefácio para a edição de 2000 de *Black Marxism*, afirma que não se trata de uma questão de atestar o “roubo” de ideias africanas (e também muçulmanas, e árabes, etc.) que compuseram o “avanço” europeu – isto é, não se trata de disputar a quem pertence o feito da modernidade –, mas de entender de forma mais complexa o que significou para a constituição do capitalismo esse apagamento de outros saberes sob a colonização do Atlântico. Nesse sentido, Kelley argumenta que a obra de Robinson, desde sua publicação, faz pensar que o apagamento da história dos povos africanos (e dos negros que compunham o Mediterrâneo) trata-se acima de tudo “(...) da fabricação da Europa como uma entidade discreta, racialmente pura, única responsável pela modernidade, de um lado, e a fabricação do Negro, por outro” (ROBINSON, 2000, p. xiv. tradução minha). A invenção do *Negro* – e com ela, a do *Branco* – foi um projeto que mobilizou intensos e extensos esforços por parte do Ocidente. Porque sem isso, a Europa não teria se constituído como tal no imaginário da sociedade moderna. Ainda, segundo Robinson, tratou-se de um processo necessário para a constituição da modernidade:

“A criação do Negro se deu claramente aos custos de enormes despesas de energia física e intelectual no Ocidente. O exercício era compulsório. Tratava-se de um esforço proporcional à importância que a força de trabalho Negro possuía para a economia mundial esculpida e dominada pelas classes governantes e mercantes da Europa Ocidental” (ROBINSON, 2000, p. 4. tradução minha).

O trabalho de origem africana se tornou parte integrante e condicionante da economia mundial moderna. E, dado que ele se deu através de um regime de escravidão, e não de outra forma, havia o imperativo de se apagar a história e a humanidade destes trabalhadores. Isso implicava a necessidade de uma violência que não se resumisse à materialidade dos corpos, mas que constituísse a própria

subjetividade. Fazia-se necessário que fosse forjado todo um aparato de poder que conformasse novas designações identitárias às novas formas de trabalho³. Em *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*, Aníbal Quijano aborda a maneira como o eurocentrismo vem a inaugurar a classificação racial, a hierarquização de diferentes culturas, saberes e corpos sob a ideia de *raça*. Segundo Quijano:

“(...) o êxito da Europa Ocidental em transformar-se no centro do moderno sistema-mundo, segundo a apta formulação de Wallerstein, desenvolveu nos europeus um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais da história, o *etnocentrismo*. Mas no caso europeu esse traço tinha um fundamento e uma justificação peculiar: a classificação racial da população do mundo depois da América” (QUIJANO, 2005, p. 111).

A centralidade adquirida pela Europa, portanto, exigiu, fez-se acompanhar pela hierarquização de corpos e saberes sob a ideia de *raça*. A lógica eurocêntrica reside nesse particular mecanismo de racialização adquirido com a modernidade. Por meio destas considerações percebe-se que o desafio implícito aos trabalhos que desejam abordar o papel da Europa na constituição do capitalismo é fazê-lo sem reforçar a narrativa eurocêntrica acerca de sua história – isto é, não posicionar a Europa como detentora suprema e exclusiva dos feitos da modernidade, espelho do mundo e do progresso a ser seguido por todas as culturas.

Desse modo, engajar com outras perspectivas para a reconstrução da história do capitalismo significa também desestabilizar – veja, desestabilizar, não descartar – as narrativas ocidentais mais críticas, como o Marxismo. Procurar compreender a gênese capitalista a partir de perspectivas oriundas de territórios e culturas colonizadas desafia certos pressupostos sobre o papel das colonizações no Atlântico. Um destes pressupostos é o de o trabalho escravo ser, na teoria marxiana, um elemento pré-capitalista, não uma característica própria ao capitalismo moderno. Há, dessa forma, uma insuficiência epistemológica ao não abordar o capitalismo desde a realidade do

³ Com isso, a intenção não é atestar que a escravidão constituía nova forma de trabalho, mas, em vez disso, chamar a atenção para o fato de que a escravidão colonial, a escravidão que se forjaria com o advento da modernidade, adquiriria um caráter peculiar e bastante específico quando comparada com a história desse regime de trabalho ao redor do mundo. Essa questão sobre as mudanças no caráter da escravidão será abordada ao longo deste trabalho.

Atlântico que se constituiu com as colonizações. Estas são questões importantes para refletir sobre o papel de raça no capitalismo, que vai além da relação entre raça e classe.

As páginas seguintes se debruçam sobre uma reconstrução histórica do papel da escravidão de origem africana e das colonizações das Américas para a constituição do capitalismo como sistema racializado (mas não somente) em sua gênese. Serão abordadas as condições de possibilidade para a instauração desse *Novo Mundo* cuja novidade demonstra a centralidade europeia. Ao mesmo tempo, buscaremos as histórias de todo um novo mundo de relações que seriam instauradas indo de novas técnicas de produção e acúmulo de riqueza ao novo sentido que a escravidão iria ganhar e o papel que raça iria desempenhar. Este último ponto, é válido frisar, é de especial importância para a compreensão do capitalismo em sua complexidade social. Neste trabalho será dada grande importância às transformações sofridas no regime de escravidão, através das quais é possível enxergar aspectos estruturantes da modernidade. Dentre estes aspectos estão a relação entre exploração e salário no capitalismo, e a questão racial, que adquire um sentido específico operante sob a supremacia branca.

Ao abordar as mudanças sofridas na escravidão – como forma de trabalho e também como mercadoria – torna-se possível esclarecer alguns pontos e desmitificar outros, e abre-se caminho para que se evitem alguns mal-entendidos sobre a questão racial e sobre sua relação com classe e o seu papel no capitalismo. Um desses (des)entendimentos resulta de análises que consciente ou inconscientemente acabam tratando raça como um aspecto a-histórico. Isso acaba limitando a compreensão do racial e, conseqüentemente, interferindo negativamente na crítica e compreensão dos mecanismos de manutenção do sistema capitalista. São análises que, geralmente, tratam das identidades – mais especificamente dos corpos racializados (e aqui se inclui o branco, sob o domínio da invisibilização) – de maneira extremamente essencialista, e, mesmo quando tratam da questão colonial, acabam separando a colonialidade do capitalismo.

Nas páginas que se seguem pretende-se, portanto, contribuir para uma desmitificação de nosso passado colonial, para que seja possível compreender qual a natureza da relação entre capitalismo e *raça*. Um primeiro passo nessa tarefa é investigar as condições que possibilitaram a expansão europeia no Atlântico para, em seguida, abordar a constituição da escravidão moderna.

1.1.2. A expansão europeia no Atlântico

Para identificar quais elementos propiciaram a expansão e o domínio europeu sobre o Atlântico, as próximas páginas tratarão de características que compunham a sociedade europeia na pré-modernidade. Serão abordadas as condições que recaíam sobre a Europa e que contribuíram para que países como Portugal, Espanha e Inglaterra (juntamente a mercantes genoveses, venezianos e flamengos) fossem impelidos a buscar novas rotas no Atlântico. Aqui reside um cuidado ao lidar com uma tarefa paradoxal: ao mesmo tempo em que devemos nos atribuir a tarefa de compreender as circunstâncias que forjariam os poderes coloniais dominantes, a própria história é contada unicamente por este mesmo lado. O desafio, portanto, é abordar a história da expansão europeia sem ser eurocêntrico.

A linguagem se mostra fundamental nessa tarefa. Mas, carregada de heranças coloniais, ela por vezes é traiçoeira. Um exemplo é o uso da palavra *descobrimento* no texto. Dizer que a chegada dos europeus nas Américas tratou-se de um descobrimento é resumir a existência dessas terras ao reconhecimento europeu, configurando-se como um exercício eurocêntrico. No entanto, com o intuito de abordar os impactos desse momento histórico para o imaginário europeu, foi escolhido utilizar o termo “descobrimento” porque capaz de denotar o sentido de novidade com que foi percebida a chegada a terras antes desconhecidas. Com relação a isso, William E. Connolly em *Identity and Difference in Global Politics*, argumenta que nenhuma palavra parece ser capaz de capturar a natureza desse encontro, seja ela “invenção” ou “conquista”. (CONNOLLY, 1989)

A questão aqui é que cada palavra usada para descrever o encontro colonial invoca uma ou outra “epistemologia de pureza”, que acaba obliterando as ambiguidades iminentes na linguagem, se entendidas e usadas ao pé da letra. Dessa forma, talvez seja mais frutífero compreendermos a *descoberta* do *Novo Mundo* como a descoberta de um texto. Tratar a descoberta das Américas como a descoberta de um texto permite compreender que os exploradores, no momento em que decidiram recontar e pensar sobre suas descobertas, sobre esse mundo totalmente novo aos seus olhos, não tiveram outra escolha senão fazê-lo a partir dos pressupostos e conceitos que traziam em si, lendo tal momento como um texto estranho porque não cabia ao texto que conheciam. Nas palavras de Connolly, “porque não havia lugar neutro a partir do qual poderiam reconhecer o Novo Mundo como tal, separado do texto cultural que o permeava”. (CONNOLLY, 1989, p. 324)

A cultura da sociedade feudal europeia influenciou a leitura e a construção do *Novo Mundo*, porém, ela não permanece intocada. Voltamos aqui ao argumento de Robinson (2000). É preciso voltar-se à Europa pré-moderna para compreender maneira como se sucedeu o desdobramento do capitalismo. Não é possível compreender o advento de raça em seu sentido moderno sem acessar as instâncias culturais e materiais da sociabilidade feudal. Olhando justamente para a relação simbiótica entre a escravidão de origem africana, o colonialismo e o capitalismo, espera-se que se tornem mais visíveis os elementos de continuidade que o *Novo Mundo* carrega.

A presença europeia no Atlântico se deu, primeiramente, a partir de domínios na costa africana (como as famosas feitorias portuguesas), e em pequenas ilhas próximas a ela. O *descobrimento* de *novas* terras ao sudoeste deste oceano indubitavelmente amplia, como também altera, o caráter da presença europeia no Atlântico. Constituindo, assim, um evento de grande relevância para a gênese do capitalismo, que inaugura a modernidade e com ela uma nova configuração mundial de relações materiais e subjetivas.

O *descobrimento das Américas*⁴ vem a inaugurar um *Novo Mundo* no imaginário europeu. A utilização do termo *descobrimento* para tratar desse momento histórico expressa justamente a novidade com a qual os europeus perceberam o encontro com as terras que depois seriam chamadas de América. De fato, as Américas representavam terras e gentes antes desconhecidas pelos povos europeus⁵. O contrário também é verdadeiro: aos olhos das populações nativas que aqui se encontravam, aquela gente que chegava era nova, jamais vista, representando um mundo igualmente desconhecido. No entanto, as terras em que habitavam existiam, independentemente do reconhecimento europeu, e o uso do termo *descobrimento* indica que, partindo de uma perspectiva eurocêntrica, essas terras eram terras de ninguém e, portanto, passíveis de serem descobertas e ocupadas.

Por parte dos europeus, o desconhecimento diante do que se encontrava deu origem a vários mitos que reforçavam estereótipos de alteridade e que nutriam o saber europeu com imagens que transitavam entre considerar as novas terras um paraíso ou um inferno, sempre de forma a inferiorizar e/ou exotizar aqueles que viviam aqui. Este comportamento perante às novas terras e gentes é descrito pela historiadora Lilia Schwarcz e a antropóloga Heloisa Starlin em *Brasil: Uma Biografia*, onde apresentam como, desde o primeiro momento, as Américas representam um local de alteridade. Por causa das reações que suscitou e pelo que veio a representar, as autoras constatarem que “[o] encontro com a América seria o feito mais grandioso da história moderna ocidental, quando o pensamento europeu se voltou – entre assustado e maravilhado – para essa nova terra” (2015, p. 18). Esse olhar europeu sobre o continente americano deu origem a várias teorias que tentavam identificar a origem da suposta *nova humanidade* que se encontrava. Conforme se estabelecia o processo de colonização das Américas ia se construindo o imaginário ocidental moderno, de forma a posicionar a experiência europeia como espelho civilizatório de todas as culturas do mundo,

⁴ Será utilizado majoritariamente o substantivo América no plural – Américas – como forma de expressar as diferenças que se encontravam sob o território que seria chamado de América (no singular). A flexão singular do substantivo oculta a diversidade étnico-cultural que se encontrava aqui, como também as diferenças entre os tipos de colonização que seriam empregados, uma vez que a América constitui um território que abrange da América do Sul à do Norte, o que inclui passados coloniais portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e holandeses.

⁵ O que também é verdade dizer em relação aos demais povos que não os nativos àquele território.

detentora do progresso histórico mundial e de uma humanidade naturalmente superior. A ampliação do mundo que se conhecia a partir do descobrimento de novas terras no Atlântico foi, portanto, peça chave para a própria formação do imaginário ocidental.

A chegada dos europeus em terras antes desconhecidas aos mapas ocidentais significaria a continuação de um processo que havia se iniciado em outras localidades ao longo do Atlântico. Com a descoberta das Américas, no entanto, a violência colonial atingiria outros níveis e viria a inaugurar um novo momento histórico. O intenso genocídio e expropriação de terras indígenas, acompanhado de uma constante desumanização e controle dos corpos nativos sob o regime de escravidão ou catequese serviriam aos fins de extração de matérias primas e controle territorial. O que permitiu à Europa sua transformação em importante polo no mercado mundial, que até então era centrado no comércio de especiarias com Índia, China e impérios muçulmanos. Esse processo de centramento europeu é descrito por Aníbal Quijano, que argumenta que é somente com a colonização da América que a Europa conseguiu adquirir vantagem decisiva no comércio mundial:

“A privilegiada posição ganhada com a América pelo controle do ouro, da prata, e de outras mercadorias produzidas pelo trabalho gratuito de índios, negros e mestiços, e sua vantajosa localização na vertente do Atlântico por onde, necessariamente, tinha de ser realizado o tráfico dessas mercadorias para o mercado mundial, outorgou aos brancos uma vantagem decisiva para disputar o controle do comércio mundial. A progressiva monetarização do mercado mundial que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam, bem como o controle de tão abundantes recursos, possibilitou aos brancos o controle da vasta rede pré-existente de intercâmbio que incluía sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo” (QUIJANO, 2005, p. 109).

Antes, no entanto, da extração de metais preciosos, a colonização das Américas faria com que se desenvolvesse a produção do açúcar, que seria um mercado extremamente rentável – cujos lucros possibilitaram o desenvolvimento econômico europeu do qual Quijano fala – e que para além de seus lucros transformou a escravidão em um comércio lucrativo como nunca antes. Essa transformação implicaria em uma outra: o regime de trabalho de escravidão passaria a ser cada vez mais associada a mão de obra de origem africana e, portanto, negra. Com isso, *raça* viria a adquirir um

sentido bastante específico, dando origem à criação do branco e do negro. É dessa forma que a colonização das Américas acirraria e viria a transformar a exploração europeia que já estava em curso no Atlântico, intensificando a violência colonial na medida em que mais interligados ficavam os postos na África com aqueles nas Américas.

Todos estes elementos apontam para as transformações na geopolítica mundial que aconteceriam a partir do ano de 1492. A chegada dos europeus às Américas ampliaria os limites até então conhecidos do Atlântico, expandindo concomitantemente as rotas comerciais e o domínio colonial europeu, de forma a alterar não somente a geopolítica da Europa, mas também de várias outras sociedades – uma vez que esse momento dava origem à relação a nível mundial de várias culturas e civilizações. Nas palavras de Walter Mignolo em *A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade*, “(...) a emergência do circuito comercial do Atlântico teve a particularidade (e este aspecto é importante para a ideia de “hemisfério ocidental”) de conectar os circuitos comerciais já existentes na Ásia, na África e na Europa (rede comercial na qual a Europa era o lugar mais marginal [...])” (MIGNOLO, 2005.p.35) com circuitos que já existiam, mas separadamente, nas civilizações andinas e mesoamericanas da América pré-colombiana. Nesse sentido, a colonização das Américas e a consequente consolidação do circuito comercial do Atlântico seriam constituintes da formação de um sistema mundial.

Apesar de não se tratarem de novas terras ainda pode-se dizer que o encontro colonial com a América vem de fato a inaugurar todo um mundo *novo*: de novas relações políticas e econômicas a partir da inserção de novos produtos, rotas e povos antes desconhecidos aos circuitos comerciais interligados ao Norte. Essas novas relações seriam parte do que Quijano identificou como sendo a “(...) configuração de um novo universo de relações intersubjetivas de dominação entre a Europa e o europeu e as demais regiões e populações do mundo (...)” (2005. p. 110-111). O mundo nunca mais seria o mesmo depois do encontro com tais terras, porque seria dado origem a processos que transformariam as relações produtivas e também subjetivas numa escala mundial.

Para compreender, no entanto, o que o *Novo Mundo* viria a representar para a história mundial, mostra-se de grande importância investigar suas condições de possibilidade. Isto é, quais elementos condicionaram o desenvolvimento das relações no Atlântico da maneira como se deu. E uma vez que a Europa exerceria o controle e domínio colonial do Atlântico, estas condições remontam à sua fase pré-moderna. É a partir do contexto político e econômico que envolvia a Europa feudal que podemos compreender o que motivou alguns de seus países a chegarem a terras fora de seu conhecimento. Sobretudo, não é possível compreender em que medida a colonização da América representaria a inauguração de um *novo mundo* – o da modernidade capitalista – se não se considerar quais elementos seriam ressignificados, e quais surgiriam representando uma ruptura com o *Velho Mundo*. E nesse sentido, em consonância com o argumento de Robinson (2000), a sociedade feudal é a chave para compreender as origens dos elementos culturais, sociais e econômicos que passaram a organizar o capitalismo.

Este argumento, no entanto, questiona implicitamente o pressuposto que o capitalismo vem a representar uma ruptura absoluta com a sociedade feudal. De acordo com Robinson (2000), a primeira aparição do capitalismo no século XV não foi apenas o deslocamento ou substituição dos costumes e relações de produção feudais. Havia elementos próprios das sociedades feudais europeias que continuaram – como será desenvolvido ao longo deste capítulo – a se manifestar na formação do capitalismo, mesmo que sob outra forma (como seria o caso do racismo). Muito das relações sociais que estavam em curso na sociedade feudal continuaria a se manifestar de forma importante na formação das novas relações sob o capitalismo. Além disso, segundo Robinson, as transformações que acometeram as estruturas econômicas transformando a Europa não-capitalista em capitalista constituíram o grande passo nesse processo de mudança histórica. Porém, não foram as únicas dinâmicas envolvidas na transformação capitalista, havia muito mais em jogo na transição para o capitalismo do que apenas condições econômicas, materiais.

No exercício de investigar quais elementos presentes na Europa feudal foram determinantes para a expansão no Atlântico e, conseqüentemente, para a formação

capitalista, mostra-se de especial importância considerar o contexto que pairava sobre Portugal. A importância de Portugal na constituição do *Novo Mundo* normalmente é resumida ao fato de ter sido um dos primeiros países a aportar nas Américas, e o país que, juntamente com a Coroa espanhola, atuou na partilha colonial de todas as terras a serem descobertas por meio do Tratado de Tordesilhas, de 1494 (SCHWARCZ; STARLING, 2015). No entanto, para além desses feitos, a relevância que Portugal assume na constituição do Novo Mundo se dá por meio da colonização da porção da América que ficaria conhecido como Brasil. É através do Brasil, especialmente, que a escravidão de origem africana se transformaria em uma das principais atividades comerciais do transatlântico. Apesar de Portugal já possuir feitorias na costa africana que propiciavam a comercialização de mão de obra escrava, é somente mediante a maneira como foi empenhada a colonização do Brasil que o *escravo* se torna um produto dos mais lucrativos e essenciais na produção de outras mercadorias. Nesse sentido, Portugal foi fundamental ao processo de transformação de escravos africanos em mercadoria, capital e trabalho, a partir do qual será possível estabelecer tamanha rede comercial como a que se deu no Atlântico do século XVI ao XIX (ROBINSON, 2000).

Pelo papel que este mercado desempenhou na constituição da economia mundial moderna, sua importância na gênese capitalista é pouco retratada, no entanto. Por esse motivo, o principal intuito dessa seção será colocar sob ênfase os elementos que precederam e possibilitaram a formação do complexo comércio transatlântico, que seria estruturante do capitalismo moderno. Isso significa resgatar os elementos que compunham a sociedade europeia feudal e, mais especificamente, realizar essa tarefa de forma a se atentar em como eles se manifestavam em Portugal e as dinâmicas que constituíam seu país.

Portugal, no entanto, representa um conjunto de elementos e dinâmicas que são ocultados se apenas consideramos olhar a história através do signo de Portugal como nação – que implica uma coesão social de elementos muito mais uniforme e homogênea do que de fato existe. Como Robinson aponta, “A Portugal do século XV, o agente histórico singularmente ambicioso que se encontra em incontáveis estudos acadêmicos,

é uma metáfora” (ROBINSON, 2000, p. 101). Trata-se, segundo o autor, de uma conveniência, de uma categoria ilusória sobre o que na verdade foi um conjunto muito amplo e diverso de forças políticas e econômicas de caráter transnacional em sua origem. Para que seja possível entender o papel desempenhado por Portugal na expansão atlântica mostra-se necessário abordar esses outros elementos que são comumente circunscritos ao signo de Portugal.

Um dos elementos normalmente ocultados é a comunidade de mercantes, heterogeneamente composta, que esteve por trás desde o início de vários empreendimentos portugueses. Desde a época das primeiras investidas da Coroa portuguesa na costa africana, estiveram envolvidos interesses genoveses, venezianos e flamengos. O apoio desses mercantes foi crucial para que Portugal avançasse seus domínios sobre o Atlântico.

Como descreve Robin Blackburn em *The Making of New World Slavery* (1997), por causa das guerras de Reconquista, Portugal não possuía nem o setor naval nem classes mercantis fortemente desenvolvidas até o século XIV. Mouros dominaram toda a península ibérica, mas a porção que viria a ser conhecida por Portugal conseguiu reconquistar suas terras antes da Espanha, e Lisboa ficou dominada de 1147 até o ano de 1249. A retomada do território lusitano teve grande suporte das ordens militares religiosas envolvidas nas Cruzadas e, por isso, quando as guerras de Reconquista obtiveram êxito Portugal deu início a uma expansão feudal cuja missão era cristianizar e dominar territórios para além de sua fronteira ainda ocupados por Muçulmanos. Para todos aqueles que se aliavam à luta contra os Mouros, e para os poderes militares e religiosos que o haviam apoiado na Reconquista, o reino de Portugal garantia isenção de impostos e ofertas de terra. Isso significa que mesmo a Reconquista garantindo alguns êxitos – como a recuperação de seu território e a unificação nacional –, seus frutos mal ficavam na mão da Coroa portuguesa. Dessa forma, até o início do século XV Portugal não contava com uma economia próspera e dependia do grande apoio de mercantes italianos e flamengos. Os quais, por sua vez, também tinham bastante interesse nas expedições portuguesas, pois a desestabilização das forças muçulmanas

significaria ganhos comerciais em áreas do norte da África e do Mediterrâneo que constituíam importantes rotas de especiarias.

Ao mesmo tempo em que as circunstâncias da Reconquista deixavam Portugal em uma situação de constante busca por projetos que fossem rentáveis para a Coroa reequilibrar suas contas, os projetos de dominação cristã da Reconquista prometiam uma saída a qualquer momento. A ocupação de novas terras e a disputa por territórios mouros sinalizavam um cenário positivo caso se obtivesse êxito. Esse foi o caso em 1415 com a conquista portuguesa de Ceuta, no Norte da África. Com esse feito, Portugal daria início à constituição de seu império, que seria o mais duradouro império colonial (SCHWARCZ; STARLING, 2015). A conquista de Ceuta é o marco inicial do longo processo empenhado no Atlântico que culminaria na colonização das Américas e a constituição da modernidade-capitalista.

A partir da conquista de Ceuta, o avanço português em territórios no Atlântico aconteceria de forma exponencial. De 1419 até 1460, um dos filhos de D. João I, o Infante Henrique, patrocinaria e incentivaria um grande número de expedições no Atlântico, que tinham como principal objetivo o enfraquecimento dos Mouros e o acesso a rotas de ouro africanas. Estas expedições se mostrariam também bem-sucedidas pela colonização de pequenas ilhas próximas à costa africana, como Madeira, Cabo Verde e São Tomé. Estas ilhas depois seriam polos de produção de açúcar, servindo como laboratórios para a experiência no Brasil. Além disso, como descreve Blackburn, conforme ia-se ganhando maior conhecimento sobre as correntezas e ventos do Atlântico, essas ilhas passavam a exercer o papel de importantes bases para o comércio com a costa africana, possibilitando que a invasão portuguesa avançasse mais e mais ao longo do litoral deste continente motivada pela busca por ouro e especiarias (BLACKBURN, 1997).

A tomada de Ceuta do controle Mouro garantiu à Portugal uma posição privilegiada no mercado de especiarias, expandindo sua presença no Norte da África e nas principais rotas que ligavam ao comércio com o Oriente. O termo especiarias designava uma variedade de produtos que eram utilizados como temperos,

medicamentos e até como artefatos de higiene pessoal. As Cruzadas haviam incentivado o consumo das especiarias, sendo as do tipo tropical – noz moscada, pimenta do reino, canela – as mais cotadas (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Com tamanha valorização de tais produtos, as especiarias acabaram virando moeda, utilizada em escambos e para pagamentos diversos, e se tornando parte de dotes e herança. Assim, o mercado de especiarias era o que mais sofria disputa e mobilizava o interesse de vários grupos no século XIV e XV (BLACKBURN, 1997).

Tendo noção da importância do comércio de especiarias no século XIV, pode-se compreender o que representou a tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos em 1453 e a posterior decisão de bloquear as principais rotas para os mercadores cristãos. A partir de então, tornava-se imperativo buscar rotas alternativas que ligassem ao Oriente, e Portugal e Espanha passaram a concentrar todas as suas energias e recursos na descoberta de novas rotas. Contando com capital que provinha do apoio de diferentes grupos de mercantes, mas especialmente de genoveses, Portugal deu início a vários projetos de navegação e expedição por terra para encontrar rotas alternativas (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Desse contexto surgiu o ambicioso projeto de circundar o continente africano, até então feito inédito. Em 1488, Bartolomeu Dias conseguiu alcançar o extremo Sul do continente Atlântico e dobrá-lo. Essa região seria primeiramente denominada de cabo das Tormentas e, depois de cabo da Boa Esperança, sinalizando que, com esse feito, os portugueses se sentiam como os senhores dos mares. Afinal, não se tratava de uma pequena realização. A travessia desse cabo, fosse ele das Tormentas ou da Boa Esperança, garantia aos portugueses finalmente o conhecimento e a habilidade de navegar diretamente do oceano Atlântico ao Índico. Completar o percurso inteiro levou mais de um século no total, porém, a demora não significou estagnação na dominação territorial portuguesa. Muito pelo contrário. Conforme avançava, Portugal ia estabelecendo feitorias na costa africana com o intuito bastante estratégico de uma colonização tanto presente quanto futura (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Muitas destas feitorias foram estabelecidas pelas expedições do Infante Henrique e eram postos de onde se obtinha ouro, especiarias e alguns escravos que eram desviados da rota do Saara. O mais visado nessa época pelos oficiais da Coroa e pelos mercantes que acompanhavam as expedições portuguesas era obter especiarias e ouro. Os escravos de origem africana ainda não constituíam um grande mercado, apesar de já serem comercializados e utilizados em pequena escala para as tarefas do mercado de especiarias e extração de ouro, e para atuar em atividades domésticas na Europa. Ainda não eram elemento-chave para a produção de bens. Um pouco depois, quando prosperasse a produção de açúcar nas ilhas do Atlântico sob colonização portuguesa, o comércio de escravos aumentaria, mas ainda assim sem atingir a magnitude que seria alcançada com a colonização do Brasil, principalmente, e com as demais regiões das Américas, como as Antilhas (BLACKBURN, 1997).

Os desenvolvimentos que se seguiriam à conquista de Ceuta e, principalmente, à travessia do cabo da Boa Esperança, deram início a um novo período no qual Portugal se transformava em uma das principais potências marítimas e coloniais. No entanto, ele não se encontrava sozinho. Espanha, sua vizinha, apresentava também grandes avanços no Atlântico. Em 1492, através da expedição liderada por Cristóvão Colombo, Espanha chegaria em *novas* terras ao Sul do Atlântico. Para organizar a divisão do mundo que ia se descobrindo e que estava por ser descoberto e, com isso, evitar futuros conflitos, ambas Coroas decidiram por assinar o Tratado de Tordesilhas em 1494. O Brasil, cuja existência era ainda ignorada, já tinha suas coordenadas abordadas no Tratado: “[n]em se sabia onde esse mundo ia dar, mas ele já tinha dono e certificado de origem” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 15).

Na época em que foi organizada nova expedição marítima para desbravar a possível existência de mais terras ao Sul do Atlântico, a situação econômica de Portugal já estava consideravelmente melhor quando comparada com a de antes de suas investidas no Atlântico, no século XIV e início do XV. Muito antes de chegar ao Brasil, Portugal já usufruía dos benefícios comerciais que a colonização do Atlântico lhe garantia. Assim sendo, as “contas já fechavam” na época em que nova expedição foi organizada com o intuito de desbravar as terras sobre as quais a imaginação era cada

vez mais fomentada desde 1492. Prova disso é que os interesses portugueses não foram influenciados de imediato pela nova descoberta. Na semana da Páscoa de 1500, uma frota liderada por Pedro Álvares Cabral se depara com os primeiros sinais de terra – o monte que ficaria conhecido como monte Pascoal em menção à época em que havia sido avistado. Apesar de não haver grandes motivos que justificassem tamanha expedição naquele momento – não havia motivos econômicos ou políticos urgentes – ao contrário do que comumente se assume, Cabral e sua tripulação não partiram aos ventos do acaso. Muitos cálculos haviam sido feitos nas últimas décadas, quando muito se avançou na tecnologia marítima. Mesmo não possuindo certeza sobre a existência de terras naquela localização, havia especulações detalhadas que ofereciam embasamento à esperança de encontrar terras como foi encontrado o Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

O mundo jamais havia aparentado ser tão vasto e, ao mesmo tempo, tão navegável. Não somente para os *senhores dos mares* e às nações que compartilhavam de tais avanços, o mundo havia se tornado habilmente acessível, mas principalmente para as comunidades de mercantes que haviam possibilitado tal expansão em primeiro lugar. Além de comporem grande parte do aparato político e providenciarem as bases econômicas para a expansão colonial, o capital destes mercantes estava diretamente envolvido nas expedições além-mar. A exploração marítima, apesar de ser financiada e fiscalizada de perto pela Coroa, consistia em uma atividade privada (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Mesmo quando empenhadas de forma totalmente independente, a presença da Coroa nos mesmo espaços não vinha a atrapalhar os negócios. Os comerciantes que lideravam expedições marítimas não se mostravam contrários às iniciativas oficiais reais de desenvolverem igualmente tais rotas de comércio, pois isso significava ter que assumir menos riscos na exploração dos mares e terras ocupadas. Mercantes italianos e flamengos eram bastante presentes e depositavam esforços na colonização das ilhas do Atlântico e depois no continente americano, porém deixavam nas mãos da Coroa Portuguesa e de seu aparato estatal – navegadores, aventureiros, fidalgos – os custos e os riscos da demarcação do território e colonização. Ficavam, assim, com o controle da

economia que se formava com a criação e dominação das *novas* terras. A formação das rotas comerciais no Atlântico contou, dessa forma, com a conjunção de empreendimentos estatais e de capital independente de burguesias incipientes (BLACKBURN, 1997).

Aliás, muito da condição de possibilidade da expansão europeia no Atlântico residiu no capital de burguesias incipientes que não eram nativas a estes países, mas que de toda forma constituíam seu aparato burocrático e auxiliaram na constituição dessas nações em potências coloniais. Olhar para o papel destes mercantes é perceber a transnacionalidade das condições de possibilidade que comumente ficam ocultas quando engajamos com uma perspectiva nacionalista para reconstruir a história.

Quando descrevemos eventos históricos a partir de categorias políticas nacionais acabamos recorrendo a um ideal que traz em si certa noção de homogeneidade social, e acaba excluindo representações dissonantes que podem estar – e estão – envolvidas na construção de um estado-nação. Quando utilizamos essas categorias, engajamos com a ideia de que há costumes, culturas e povos específicos que são facilmente rastreáveis e atribuídos a um país, e outros que não, estando fora da esfera de pertencimento tão cara à noção de nação. Assim, engajamos com o risco de descartar o mosaico de elementos não necessariamente endógenos, mas que compõem um determinado país. Estas são considerações também levantadas por Robinson, que afirma: “O estado é uma estrutura burocrática, e a nação pela qual administra é um constructo mais conveniente do que a entidade histórica, racial, cultural e linguística que o termo “nação” significa” (2000, p. 24). Isto é, o que se costuma entender pela nação que compõe determinado país omite a complexidade de elementos que constituem essas mesmas categorias.

Tudo isso para dizer que não somente de elementos “portugueses” era feita a Portugal da época. Quando falamos dos feitos realizados por Portugal, estamos falando de um conjunto muito mais amplo e diverso de atores do que comumente se consegue expressar. É o caso da diversa comunidade de mercantes que chegava a fazer parte do

aparato burocrático do estado português e até da realeza, mas que possuíam origens “exógenas” ao país. Dentro dessa comunidade se destacam os mercantes genoveses.

O capital genovês constituiu um fator econômico de maior importância para a expansão europeia no Atlântico – e, principalmente, para a expansão portuguesa. A presença de mercantes de origem italiana na península ibérica remonta à Idade Média, época na qual eles também se faziam presentes em diversas cidades europeias e possuíam grande influência no comércio do Mediterrâneo. Estes mercantes foram construindo várias colônias em Portugal e nos reinos sob domínio espanhol nesse período. Os mercantes de maior importância provinham das regiões de Veneza, Milão, Florença e Gênova – e estes últimos se destacavam. Em 1317, Lisboa já havia se tornado um polo central do comércio genovês. O sucesso mercantil dos genoveses e a sua consequente instalação em diversas localidades portuguesas acarretou na infiltração genovesa em toda a estrutura política do estado português que ia se constituindo. Como Robinson demonstra, eles serviam de credores à monarquia portuguesa, financiando múltiplos empreendimentos da Coroa e também, eventualmente, por meio de casamentos, passando a fazer parte da nobreza do país. Dessa forma, quando pensamos na influência que Portugal adquire no século XV, devemos pensar em uma entidade política governada por uma burguesia emergente diversamente composta, da qual os mercantes genoveses são parte fundamental (ROBINSON, 2000).

A intensa presença de capital genovês e o grande interesse que os mercantes genoveses demonstravam em estarem cada vez mais alinhados aos projetos da elite portuguesa podem ser explicados pelos próprios genoveses começarem a compor a aristocracia portuguesa e, além disso, pela vantagem estratégica que se aliar a Portugal e investir em seus projetos representava aos negócios genoveses. A rivalidade econômica com Veneza sobre o mercado Mediterrâneo foi um fator que corroborou para que a emergente burguesia genovesa buscasse descobrir novas rotas mercantis para a expansão de seus negócios. Além disso, o bloqueio mouro aos mercadores cristãos no século XV, com a tomada de Constantinopla, intensificou a busca por rotas alternativas – não somente por parte dos genoveses, como também por Portugal.

O caráter da presença destes genoveses em Portugal também contribuiu de maneira política para que esse plano fosse realizado: segundo Robinson (2000), o fato de haver famílias de origem italiana em Portugal facilitou a emissão de Bulas Papais autorizando a expansão comercial portuguesa. O Tratado de Tordesilhas (1494), por exemplo, que viria a ser ratificado pouco depois da chegada de Colombo ao hemisfério ocidental demonstra a influência política – para além de seu papel econômico – que a classe de mercantes genoveses exercia em nome de Portugal. O Tratado de Tordesilhas, nesse sentido, é grande expressão de importantes dinâmicas políticas e sociais da época porque também demonstra a autoridade que a Igreja detinha, e o fato de que todos estes elementos da sociedade europeia voltavam cada vez mais seus interesses para o Atlântico.

Ainda, o capital genovês esteve envolvido em outro fator político que contribuiu não apenas com o destino de Portugal como potência colonial, como também para com os empreendimentos ingleses. Mercantes-capitalistas genoveses possuíam uma relação com a Inglaterra muito similar à que tinham com Portugal, o que foi mais um elemento que apoiou o vínculo que as elites desses dois países nutriam entre si. A aristocracia e emergente burguesia dos dois países – não necessariamente nativas às duas nações – nutriam laços que não eram somente políticos, mas também de sangue. No século XV, os mercantes genoveses também já haviam se constituído como importante apoio financeiro e como principal grupo de mercantes estrangeiros na Inglaterra, o que seria decisivo para o desenvolvimento das grandes expedições inglesas rumo ao Atlântico. Sem a existência desses mercantes-capitalistas italianos e a cumplicidade de parte da aristocracia Inglesa e da burguesia emergente de Portugal e da Inglaterra – e, além disso, sem o apoio clerical de Roma –, não é muito provável que o Império português viesse a existir. E, sem ele, os eventos do século XV em diante não teriam ocorrido da maneira que se sucedeu. Pode-se, assim, concluir, que foi dessa forma – através da presença estratégica nesses países e especialmente pelo papel crucial que desempenhou junto à Portugal – que o capital genovês ditou no século XV a direção e o ritmo com o qual se daria o *descobrimento* (ROBINSON, 2000).

A influência do capital genovês nas expedições que *descobririam* as Américas não poderia ser melhor expressa senão pela figura de Cristóvão Colombo. Não tanto por sua origem genovesa, quanto pelo fato do capital genovês estar por trás das condições que mudariam a sua vida e a economia e a política mundiais. Colombo se traduz em uma figura que bem representa a extensão do poder genovês no século XV. A trajetória de Colombo representa em grande medida os percursos feitos normalmente pela burguesia genovesa da época. Colombo residiu anos em Lisboa após sobreviver a um ataque pirata na embarcação em que estava rumo à Inglaterra. Em Lisboa, se casou com uma integrante da nobreza, que o permitiu apresentar petições junto à Coroa portuguesa para liderar embarcações em busca de novas rotas. Porém, por uma série de motivos – que Robinson (2000) melhor desenvolve –, estas petições iniciais não foram aceitas pelo governo português. Fala-se que devido a uma certa ausência de habilidades e conhecimentos para navegação por parte de Colombo e do desinteresse em rotas ao ocidente de Portugal por parte da burguesia portuguesa-genovesa. É somente quando, em Sevilha, Colombo se depara com uma burguesia genovesa com estreita relações com seus antigos empregadores – banqueiros italianos, os mesmos responsáveis pela viagem rumo à Inglaterra que foi interceptada por Piratas – que ele finalmente consegue o apoio financeiro que lhe garantiria um projeto válido da atenção da Coroa espanhola. À contingência das condições encontradas em Sevilha somou-se o momento em que se encontrava a Espanha: mobilizando esforços para a sua unificação e centralização de sua autoridade estatal, ao mesmo tempo que procurava novas fontes de capital. Assim, o projeto de Colombo e o apoio financeiro com que contava soaram perfeitos aos interesses da Coroa espanhola.

O foco na história de Colombo, apesar de à primeira vista aparentar ser somente uma descrição excessivamente detalhada de uma trajetória pessoal, possibilita enxergar muitos elementos que estavam em consonância na época em que um *novo mundo* ia sendo constituído. Robinson (2000) reconstrói a trajetória de Colombo de maneira que é possível reconhecer que o evento que o consagrou como uma das figuras mais importantes da expansão marítima europeia se deve a uma sequência de acontecimentos muito mais contingente do que se presume. Sequência de acontecimentos esta que, ao mesmo tempo, foi influenciada pela relação entre o poder

da Igreja, o capital genovês e os principais países que estariam envolvidos na conquista do Atlântico.

O ano de 1492, portanto, que vem a representar no imaginário ocidental o *descobrimento* do *Novo Mundo*, e consagra como importante figura Cristóvão Colombo, é fruto de uma série de eventos díspares que remetem em algum grau à trajetória financeira que famílias genovesas e de outras origens italianas foram construindo na península ibérica ao longo de três séculos. O que vem a ser a Portugal e a Espanha do *descobrimento* é um diverso conjunto de circunstâncias políticas e econômicas que possuem, no entanto, um elemento em comum sem o qual pouco provavelmente as expedições marítimas aconteceriam: a(s) burguesia(s) genovesa(s) compondo a própria estrutura política e econômica desses países. É nesse sentido que Robinson (2000) argumenta que o comércio Atlântico instaurado a partir do século XV aponta para um meio estruturante da sociedade Portuguesa e Espanhola da época: o capital genovês (ROBINSON, 2000).

Ao reconhecer o papel desempenhado pelos mercantes genoveses na expansão europeia no Atlântico, surge, no entanto, uma questão a ser considerada cuidadosamente. O capital genovês, apesar de representar uma importante parcela da burguesia que emergia na Europa no século XV, não pode ser visto como expressão de uma racionalidade burguesa, no sentido que a teoria política confere, uma vez que se encontra na transição para o capitalismo moderno. Posto de outra forma, tende-se a olhar para o passado da formação capitalista na Europa de forma a buscar uma racionalidade burguesa que explique os desdobramentos históricos e a consequente formação do capitalismo moderno. O que se trata de uma impossibilidade epistêmica, porque a existência de uma racionalidade burguesa é mais uma criação da própria ideologia burguesa – que seria construída posteriormente ao estabelecimento da modernidade capitalista – do que uma representação honesta das dinâmicas da época.

Isso é perspicazmente abordado por Robinson (2000), que argumenta que a ideia de uma burguesia que emerge ainda no feudalismo e vai adquirindo maturidade é uma metáfora. Trata-se de um mito criado no século XVIII para que se conferisse à

burguesia uma agência, que atrelasse a ela uma racionalidade própria que justificasse sua posição de classe dominante ao longo dos séculos. Até o século XV, o que temos é um conjunto muito variado de burguesias emergentes, que seria substituído posteriormente por outras burguesias. Assim, segundo Robinson, as burguesias em declínio dos séculos XIV e XV não eram, em sua grande maioria, antecedentes lineares daquelas que apareceriam no século seguinte.

Diferentes burguesias europeias apareceriam a partir do século XVI, porque estariam atreladas ao surgimento de “estruturas e instituições que eram inexistentes na Idade Média, substantivamente não-desenvolvidas nesse período” (ROBINSON, 2000, p. 19). Estas estruturas surgem com a migração do foco comercial do Mediterrâneo e extremo Oriente para o Atlântico e, em segundo lugar, com o aparato estatal de países que passavam por sua unificação. Nesse processo, estas estruturas tornavam-se importantes condutores da expansão colonial e do fortalecimento dessas burguesias.

Com o Atlântico, há o acesso a uma nova oferta de produtos raros, como o ouro. Mas nada superaria o comércio de escravos que surge com a produção de açúcar, oriunda da colonização das Américas. O marco, portanto, para o surgimento de uma classe propriamente burguesa em seu sentido moderno é a colonização das Américas e, indissociavelmente, o comércio transatlântico de escravos africanos. Ambos constituintes do capitalismo. Antes que tais condições para o capitalismo moderno fossem estabelecidas, as elites mercantes existentes na Europa não constituíam um corpo social coeso e tentavam derrotar umas às outras. Não havia uma racionalidade burguesa propriamente dita que comandava os acontecimentos da época, porque ainda estavam em formação as estruturas que possibilitariam a transformação a nível mundial das relações materiais e subjetivas de produção. Como consta em *Black Marxism*, “essas classes de capitalistas, que eram distantes entre si, eram menos representativas de uma ordem comercial racional e imanente do que de extensões de culturas e dinâmicas históricas particulares” (ROBINSON, 2000, p. 19).

A perspectiva sobre a história abordada por Robinson (2000) nos permite, um aprofundamento significativo na construção mais complexa de uma narrativa sobre as

condições de possibilidade para a expansão no Atlântico. Ela nos permite, por um lado, romper com a ideia de que havia uma racionalidade burguesa de antemão que motivou a expansão no Atlântico; e, por outro, perceber que foram as atividades empreendidas no Atlântico que providenciaram as condições estruturais para o desenvolvimento do capitalismo e consequentemente dessa mesma burguesia. O que, no entanto, não isenta esta abordagem de limitações, tornando necessário explorar algumas contradições inerentes ao exercício de retomar a história da gênese capitalista. O primeiro ponto diz respeito ao espaço temporal dessa denominada burguesia que “ainda não” era burguesa de fato. Apesar de Robinson apontar para a ressalva de que não se deve entender essas classes de mercantes no sentido que a ideologia burguesa e a teoria política conceberiam séculos depois, ele ainda reconhece essas classes como burguesas. A pergunta que surge é: como devemos lidar, então, com essa burguesia? Ou melhor: como devemos entender o lugar dessa classe de mercantes genoveses na história da formação do capitalismo?

Aqui parece ser conveniente trazer as análises de Dipesh Chakrabarty (2000) sobre como lidamos com o passado no anseio de tentar reconstruir a história do capitalismo. Em *Universalism and Belonging in the Logic of Capital*, Chakrabarty oferece uma discussão a partir da obra marxiana sobre como eventos do passado devem ser entendidos em relação ao seu papel na gênese capitalista. Haveria, assim, duas maneiras de se ler o passado: a História 1 e a História 2. A História 1 diria respeito ao passado posicionado pela própria lógica capitalista. Isto é, refere-se a um passado que contém os elementos responsáveis pela reprodução das relações capitalistas. Nesse sentido, é tanto pré-condição do capital quanto seu resultado, e, assim, essencial à reprodução de suas relações estruturais. Trata-se, dessa forma, de uma leitura retrospectiva e, por isso, um conhecimento prévio sobre a estrutura capitalista orienta a leitura da História 1. O passado que se enquadra na História 2 também conteria elementos que antecedem o capital, mas estes não seriam pertencentes à própria lógica do capital, ou seja, não contribuíram para a sua autorreprodução. Assim, podemos entender que o passado que se encaixa na História 1 necessariamente deu origem ao capital, enquanto o da História 2 não. Os eventos embutidos na História 2 levaram ao surgimento do capitalismo, mas poderiam não tê-lo feito. Nesse sentido, aponta

Chakrabarty, a História 2 contém as dinâmicas que se contrapõem à própria reprodução do capital, representando domínios “ainda não” conquistados pelo capital segundo a análise marxiana.

É aqui que nos deparamos com uma ambiguidade na análise de Marx que merece atenção, argumenta o autor. Chakrabarty questiona qual seria o espaço temporal desse “ainda não”. Esse tratamento remete à ideia da história como uma sala de espera, uma visão teleológica. Segundo o autor, esse é precisamente o local consagrado ao Terceiro Mundo. Mas a História 2 não está fora do capitalismo e, portanto, deve ser considerada como apontando para as diferenças no capitalismo, não para domínios “ainda não” capitalistas. Nesse sentido, o potencial da análise marxiana está em considerarmos os dois domínios históricos juntos (CHAKRABARTY, 2000).

Aqui há um encontro entre a análise de Chakrabarty (2000) da abordagem do “passado” da teoria marxiana e a não-continuidade entre as burguesias que surgem no século XIV e as que surgem no século XVIII de Robinson (2000). Aqui, encontra-se não só consonância, mas diálogo entre esses dois autores, ao sugerirem leituras que se propõem ir, ao mesmo tempo, contra a racionalização da história proposta por teorias teleológicas e contra uma imputada racionalidade burguesa a informar os desdobramentos do capitalismo. Nesse sentido, busca-se deixar claro que as elites mercantes sobre as quais se fala não assumem o significado que as burguesias viriam a adquirir com a construção de todo um aparato epistemológico, que orientaria os valores da sociedade capitalista. No entanto, elas ainda são consideradas como sendo burguesas, e nesse movimento parece residir a sensação contraditória de que trata-se de uma burguesia “ainda não” burguesa. Isso nos cria um desafio da ordem da linguagem, quando nos propomos a olhar para essa história de maneira não teleológica ou canônica. Mas, se consideramos olhar para esse passado através da lente da História 1, percebemos que utilizar uma categoria retrospectiva nos leva a reconhecer que, mesmo não sendo antecedentes lineares, as classes de mercantes genoveses abordadas traziam consigo as condições de possibilidade do desenvolvimento da burguesia no sentido conferido séculos depois. Isso fica evidente quando Robinson demonstra que é a partir do capital dessas burguesias que a expansão do Atlântico se torna possível, e

que é somente com os processos que seriam originados no Atlântico que surgiria uma estrutura na qual as bases da burguesia moderna estariam implicadas.

Subjacente a todas essas considerações está a questão da “transição para o capitalismo”. As contradições, ao se abordar o passado do capitalismo, surgem especialmente quando pretende-se dar conta desse momento da história conhecido como “transição para o capitalismo”. Para dar conta da análise deste fenômeno recorre-se a categorias retrospectivas, arriscando compactuar com uma visão teleológica. É o caso da análise aqui presente. Ao se tentar reconstruir historicamente as condições de possibilidade da expansão europeia no Atlântico estamos lidando com o espaço temporal da “transição para o capitalismo”, cujo termo não deixa de trazer ambiguidades. Em *Calibã e a Bruxa*, Silvia Federici pondera as problemáticas que permeiam a noção de “transição para o capitalismo”:

“(...) o conceito de uma “transição para o capitalismo” é, em muitos sentidos, uma ficção. Nos anos 1940 e 1950, historiadores britânicos usaram esse conceito para definir um período – que ia aproximadamente de 1450 a 1650 – em que o feudalismo na Europa estava se decompondo, enquanto nenhum novo sistema socioeconômico havia ainda tomado seu lugar, apesar de alguns elementos da sociedade capitalista já estarem tomando forma. O conceito de “transição”, portanto, nos ajuda a pensar em um processo prolongado de mudança e em sociedades nas quais a acumulação capitalista coexistia com formações políticas que não eram ainda predominantemente capitalistas. Contudo, o termo sugere um desenvolvimento histórico gradual, linear, ao passo que o período a que o termo se refere foi um dos mais sangrentos e descontínuos da história mundial (...). O termo “transição”, então, é incapaz de evocar as mudanças que abriram o caminho para a chegada do capitalismo e das forças que conformaram essas mudanças” (FEDERICI, 2017, p. 116-117).

O conceito de “transição”, e com ele outras categorias posicionadas retrospectivamente, possibilitam abordar o momento no qual o Velho e Novo Mundo, enquanto ficções analíticas, parecem subsistir. Neste momento, Velho e Novo Mundo, simultaneamente, informam e constituem as condições de possibilidade do advento da modernidade. Isso nos leva a retomar o argumento que a formação do capitalismo não representa, em um primeiro momento, ruptura com certos princípios feudais.

A expansão europeia no Atlântico, uma vez fruto do contexto que recaía sobre a Europa, foi influenciada por importantes características que regiam a sociedade europeia feudal. Primeiramente, o poder da Igreja se manifestava nas guerras religiosas contra mouros e judeus, que compuseram a Reconquista de Portugal e também motivaram a busca por novas rotas quando turco-otomanos tomaram Constantinopla. Uma das principais razões das buscas por alternativas comerciais eram disputas territoriais cuja motivação era religiosa. A autoridade política que a Igreja Católica detinha se faz também notar através do poder que o Papa possuía de determinar a legitimidade de possessões territoriais por meio de Bulas e Tratados. Assim, era vantajoso às famílias reais que tivessem boas relações com a Igreja – e isso envolvia devotarem seus países a serviço da fé católica – porque isso se convertia em ganhos econômicos. Aliado a todos esses elementos, estava o capital de mercantes que passavam a adquirir cada vez maior influência política e econômica.

No caso de comerciantes genoveses, seu capital estava por trás de empreendimentos oficiais das Coroas dos países que seriam as principais potências no Atlântico, e também nutria boa margem de barganha com a Igreja. A atuação lado a lado de mercantes europeus e oficiais a mando da Coroa na exploração do Atlântico representa a aliança entre duas diferentes mentalidades de negócios mais imbricada do que se presume. Como se tentou mostrar por meio do caso de Portugal, sem o capital privado – genovês, especialmente – muito provavelmente o estabelecimento de rotas comerciais no Atlântico não se sucederia. Ao mesmo tempo, sem o aparato estatal assumindo a maioria dos riscos na abertura de novas fronteiras, muito dificilmente os mercantes envolvidos teriam acreditado que a expansão no Atlântico se tratava de um negócio rentável, que valia a pena investir.

No Atlântico, portanto, aliam-se duas mentalidades de negócios: uma mercantil fortemente baseada no monopólio estatal; e outra baseada no comércio independente e livre. Tratou-se de uma relação entre burguesias em ascensão e estruturas feudais de poder político. Essa relação demonstra que o processo que deu origem ao sistema mundial contém uma oposição entre os princípios de uma economia mundial e os princípios políticos defendidos pelo estado feudal, ambos caros à burguesia. Essa

relação demonstra a presença de elementos contraditórios na formação do capitalismo. Robinson argumenta que, por isso, os capitalistas nunca conseguiram alcançar a tão prometida arquitetura racional, coesa e objetiva que se propunha ao capitalismo (ROBINSON, 2000).

Com a colonização das Américas a relação entre essas duas mentalidades se desenvolve e se aprofunda, dando origem a novas estruturas que comporiam o capitalismo. O processo de constituição do *novo mundo* representa, assim, antes que uma ruptura absoluta, um espectro que fica entre transformação e continuidade das dinâmicas e costumes que compunham a Europa feudal. Tal espectro não é melhor identificado senão através do que significou a escravidão de origem africana.

A transformação da escravidão em um dos negócios mais rentáveis foi propulsionada pelas burguesias que se fortaleciam com as primeiras investidas europeias no Atlântico, mas conjuntamente, ainda atuavam de maneira relevante a relação entre a Igreja e o aparato estatal presente nas monarquias feudais. Sobre essa relação que ocorre nas Américas católicas, de encontro entre duas racionalidades opostas, Robin Blackburn (1997) talentosamente retoma o termo *Barroco*.

O Barroco, cujo nome remete ao período na história da arte⁶ cheio de excessos e temas religiosos, expressa justamente a necessidade da Igreja Católica de reafirmar seus valores diante do contato com novas culturas e da ascensão da Reforma Protestante. A descrição de Blackburn (1997) do mundo colonial a partir do Barroco tem a habilidade de exprimir o encontro de elementos contraditórios que esteve presente na constituição do *Novo Mundo*: ao mesmo tempo em que a escravidão se fazia justificar através de princípios religiosos, o Barroco demonstra que também havia uma certa incompatibilidade entre os preceitos da Igreja católica – fortemente atrelados ao mercantilismo estatal – e a mentalidade de negócios que movia a escravidão moderna – voltada à iniciativa privada e, nesse sentido, mais próxima da moral

⁶ Como estilo artístico o Barroco vai do século XVI ao XVIII.

protestante porque liberal. Com o termo barroco, dessa forma, Blackburn consegue ilustrar o caráter transicional da escravidão colonial – entre o *Velho* e o *Novo Mundo*.

A escravidão como regime de trabalho sempre foi presente nas sociedades europeias, e ela não desaparece conforme vão se desenvolvendo as bases da formação capitalista. Muito pelo contrário, a figura do escravo passa a ser elemento cada vez mais presente nas relações produtivas que estruturariam o capitalismo. No entanto, suas características mudaram consideravelmente com a colonização das Américas, que transformou o escravo de origem africana em uma das mais lucrativas mercadorias e uma das principais fontes de trabalho. Portanto, para compreender como a escravidão – que já era presente nas sociedades pré-modernas – vem a representar a força motriz para um novo regime de relações de produção, é necessário abordar como se deu a transformação da escravidão em sinônimo de mão de obra *negra*. E isso implica voltar-se à colonização das Américas, mais especificamente, à do Brasil, uma vez que sua relação com a escravidão de origem africana se mostra simbioticamente interligada.

Se a burguesia moderna estaria implicada em estruturas que surgem com o Atlântico; então o capitalismo moderno se mostra intimamente condicionado pelas transformações que sofreria o significado da escravidão – e de *raça*. Por mais que as condições de possibilidade do capitalismo remetam à Europa – à sua organização social, política e econômica –, a constituição do capitalismo enquanto sistema mundial somente ocorre mediante o comércio escravista no Atlântico e as colonizações empenhadas nas Américas – dois elementos indissociáveis. Assim, veremos que é somente com a consolidação do *Atlântico Negro*⁷ que a modernidade capitalista é instaurada (ROBINSON, 2000).

A segunda seção deste capítulo se propõe a desenvolver melhor como se deu a constituição desse Atlântico Negro, como a presença europeia no Atlântico instaura o caráter negro da escravidão. A segunda seção se voltará aos elementos envolvidos nas transformações que acometeram o regime de escravidão e como elas se relacionam com a gênese do capitalismo, considerando que a transformação do significado da

⁷ Referência ao título homônimo do livro de Paul Gilroy, primeiramente publicado em 1993.

escravidão é também a transformação de *raça*, e que *raça* – em seu sentido moderno – é constitutiva da modernidade capitalista.

O intuito com a presente seção foi demonstrar como se deu a expansão europeia no Atlântico, abordando o papel de países como Portugal, mas também o de elementos transnacionais como o capital genovês, que teriam destaque na consolidação do descobrimento e colonização das Américas, porém são normalmente ocultados nas reconstruções históricas desses eventos. O foco no capital genovês permitiu compreender melhor os elementos envolvidos na constituição da escravidão moderna e do capitalismo. Afinal, houve uma conjunção de elementos que se encontraram espacial e temporalmente na Portugal do século XV que forneceu as condições de possibilidade para que a exploração do Atlântico ocorresse. E assim Portugal se transformou na “força histórica que lançou as bases para o comércio escravista do Atlântico” (ROBINSON, 2000, p.103-104).

Pareceu importante lançar luz sobre a heterogeneidade de elementos para desestabilizar certos pressupostos comumente aceitos sobre o capitalismo, como por exemplo, o de que a existência a priori de uma racionalidade burguesa deu origem a tais eventos que o constituíram. Ainda que o capital de mercantes europeus – aliados a determinados elementos políticos e sociais da Europa feudal – tenha sido condição de possibilidade para a expansão europeia no Atlântico, é somente com a decorrente colonização das Américas e estabelecimento do comércio transatlântico de escravos que podemos dizer que há a constituição do capitalismo moderno. Olhar para tais elementos permite chegar mais próximo de apreender a complexidade das relações capitalistas.

1.2. Doce Capitalismo

Para entender qual foi o papel desempenhado pela escravidão de origem africana na constituição do capitalismo, mostra-se como elemento-chave abordar a produção de açúcar no Atlântico. Apesar da produção de açúcar ter se iniciado de forma

tímida na colonização de pequenas ilhas próximas à costa africana, é somente com a colonização das Américas e, principalmente, com a colonização portuguesa do Brasil, que o açúcar se tornaria altamente comercializável. Considerando que a escravidão como forma de trabalho já compunha a sociedade feudal europeia, a continuação de sua utilização nos empreendimentos coloniais que se seguiram no Atlântico aparenta ser apenas a continuação do mesmo *modus operandi*. Por esse motivo, a relação entre escravidão, colonização e capitalismo pareceu ser meramente contingencial. No entanto, o que aparentou ser uma coincidência num primeiro momento se revela como um dos elementos constituintes do capitalismo moderno devido à extensão que a produção açucareira atingiria com o *Novo Mundo* (ROBINSON, 2000).

Em *Economia Escravista Mundial*, Rafael de Bivar Marquese (2018) mostra que a história da escravidão brasileira e a sua estreita articulação com a economia-mundo capitalista começa com a cadeia mercantil açucareira. A história da disseminação da produção do açúcar aponta uma vez mais para o capital genovês. Como aponta Marquese, a partir do século XII a comercialização de açúcar foi um dos negócios mais valiosos da rota do Mediterrâneo, sendo produzido nas ilhas de Chipre, Creta e Sicília por meio do capital genovês e veneziano. A presença do capital genovês como importante condição de possibilidade da expansão portuguesa e espanhola em direção ao Atlântico seria responsável pela posterior transposição de práticas antes empenhadas no Mediterrâneo.

O açúcar é primeiramente introduzido na Europa por meio da invasão árabe na Espanha em 711. A partir de então, o novo ingrediente começa a ser produzido em ilhas do Mediterrâneo – majoritariamente na Sicília – e passa a se disseminar, pouco a pouco, nos costumes alimentares das sociedades europeias. Vale notar, porém, que o acesso e o conhecimento acerca dessa nova iguaria eram bastante restritos, reservados aos mais abastados. Segundo as autoras, um dos fatores que propicia o aumento da popularidade do açúcar são as Cruzadas, que fazem com que haja maior circulação desse item. Apesar do aumento de sua popularidade, o açúcar ainda é tido como produto extremamente valioso, sendo somente consumido pela nobreza (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Além de disseminar o consumo do açúcar, o contexto político que envolvia as Cruzadas também se mostraria responsável por levar a produção de açúcar para o Atlântico. Guerras religiosas por territórios muçulmanos – como as Cruzadas e as guerras de Reconquista portuguesa – despendiam muitos recursos de Portugal que, até o século XIV, não contava com uma comunidade mercantil desenvolvida que pudesse equilibrar as contas da Coroa diante de tal cenário. Mercantes genoveses encontram boas condições para se desenvolverem em Portugal – território onde a concorrência com outras burguesias mercantis era quase ausente, e no qual a presença genovesa se mostra igualmente benéfica à necessidade da Coroa de projetos que pudessem garantir à sua ambição cristã prosperidade econômica. Além disso, disputas territoriais em nome do cristianismo eram de interesse para os comerciantes genoveses, cuja origem apontava para uma forte relação com a Igreja católica e porque a presença muçulmana em determinadas localidades dificultava o acesso ao mercado oriental.

A vitória sobre os Mouros com a conquista de Ceuta em 1415 representa um grande avanço na situação política e econômica de Portugal, que consegue avançar em território africano e, a partir disso, colonizar porções de terra no Atlântico. No entanto, embora a conquista de Ceuta tenha inaugurado um período de relativa prosperidade para Portugal, marcando o início da constituição de seu império colonial, sua situação ainda era vulnerável à condição das rotas continentais e pelo Mediterrâneo que ligavam à Índia. Com a conquista turca de Constantinopla em 1453 e o decorrente bloqueio dessas rotas aos países e mercantes cristãos, a tarefa de explorar o Atlântico e descobrir novas rotas se torna urgente à Coroa Portuguesa e à sua comunidade mercantil genovesa. O Atlântico se mostra cada vez mais como uma solução para os obstáculos enfrentados pelos interesses que se encontravam em Portugal. Assim, a produção de açúcar adentraria uma nova fase.

A colonização de ilhas no Atlântico – como Madeira, Cabo Verde e São Tomé – ocorre logo em seguida à conquista de Ceuta em decorrência das expedições lideradas por Infante Henrique, filho do rei de Portugal. Em 1446, Henrique importa da Sicília as primeiras mudas de cana a serem plantadas na ilha da Madeira. O início da produção açucareira no Atlântico era fortemente controlado pela mentalidade de negócios da

Coroa: extremamente monopolista, focada na produção em pequena escala e na alta dos preços e das taxações comerciais (BLACKBURN, 1997). É após a morte de Henrique, em 1460, que as concessões ao investimento privado se tornam mais flexíveis, e que mercantes genoveses – presentes desde o início na transposição das técnicas empenhadas na Sicília – atuariam mais diretamente no desenvolvimento da produção açucareira. A partir deste período, a produção e a comercialização do açúcar no Atlântico cresceria exponencialmente. Rapidamente, a ilha da Madeira se tornaria o maior monocultor de cana do Ocidente no século XV (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Para além da presença de capital privado, outro elemento importante no desenvolvimento da indústria açucareira foi o trabalho escravo. Aliás, o trabalho escravo – que se convencionara empregar nas lavouras de cana – se mostraria como um dos aspectos mais cruciais para compreender a organização das relações de produção que comporiam as relações sociais capitalistas. Isso quer dizer que a escravidão que se empregaria com a disseminação da produção de açúcar seria bastante específica em diversos sentidos e, por isso, a questão da escravidão pede por ser analisada cuidadosamente, para que sejam evitadas presunções que atrapalham ao entendimento do caráter racial do capitalismo.

Na fase inicial de colonização e produção de açúcar, o trabalho era ainda bastante misto. A força de trabalho era composta por uma combinação de trabalhadores assalariados vindos de Portugal ou de alguma outra região, com poucos nativos e alguns escravos advindos da África. Estes escravos levados às ilhas eram conseguidos por meio das feitorias costeiras estabelecidas pelas expedições do Infante Henrique que se seguiram ao bem-sucedido avanço português no norte da África. A conquista portuguesa de Ceuta dá acesso à rota transaariana do comércio de ouro e escravos. As feitorias, então, serviam como postos a partir de onde esses produtos eram desviados para outras rotas – dirigidos para a Europa e para as ilhas no Atlântico. Havia, assim, uma rede de comércio de escravos estabelecida na África antes dos portugueses chegarem. É somente no século XV, no entanto, quando Portugal consegue se estabelecer na costa Africana e colonizar as ilhas do Atlântico, que há o início de seu

comércio escravista que nos séculos seguintes atingiria níveis sem precedentes (BLACKBURN, 1997).

Ao contrário do que se costuma presumir, o comércio de escravos que surge a partir da África não é estabelecido com a chegada dos Portugueses. Além disso, os escravos africanos que passavam a ser comercializados pelos europeus não eram obtidos através de expedições militarizadas que capturam e dizimavam todos habitantes da região. Primeiro porque Portugal não possuía nem poder militar nem recursos econômicos à época para desafiar tantos reinos com capacidades superiores à sua e a diversidade territorial do interior africano. Segundo, como já mencionado, porque já havia um comércio de escravos estabelecido do qual mercantes e países europeus poderiam se beneficiar (BLACKBURN, 1997).

A obtenção de cativos acontecia mediante traficantes que podiam eles mesmos fazer a transação com os portugueses ou serem apenas intermediários de reinos e postos africanos que revendiam aos portugueses. Em *Brasil: Uma Biografia* (2015), Lilia Schwarcz e Heloisa Starling descrevem esse processo de obtenção de escravos para o comércio português e contrariam presunções normalmente adotadas ao tratar do comércio transatlântico. Como demonstram as autoras, os portugueses nunca estavam diretamente envolvidos nas atividades internas de apreensão de cativos. Ademais, os escravos não eram apenas apreendidos. Tinham que ser trocados por uma extensa gama de produtos que iam de tecidos à pólvora, metal e cachaça, e serviam como moeda enriquecendo as elites africanas envolvidas. Isso desmente outro mito recorrente: o de que os negociantes africanos eram ingênuos e manipuláveis pelos europeus nas transações – sendo que os primeiros possuíam bastante barganha para condicionar o mercado aos seus interesses. Essa visão errônea pode ser atribuída ao posterior desenvolvimento de teorias raciais que retratam tanto estes comerciantes quando os escravizados como sujeitos extremamente passíveis, isentos de qualquer agência (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

No entanto, há de se ter um cuidado ao tratar da relação entre as partes envolvidas no tráfico transatlântico de escravos, que inclui o papel de algumas elites

africanas. Há duas questões presentes aqui, profundamente inter-relacionadas. A primeira diz respeito aos misticismos que rodeiam a história e a imagem da África, e que informam a noção de um passado idealizado no qual não há espaço para considerar a complexidade dos elementos que compuseram eventos como a escravidão. Neste espaço raso de compreensão, acaba-se ocultando o papel de comerciantes e reis africanos no comércio e negociação de escravos que seriam transplantados ao Novo Mundo em prol de uma imagem romantizada de África como um mundo sem exploração⁸. Porém, isso não deve ser entendido como uma maneira de atribuir responsabilidade ao povo negro, ou mesmo cumplicidade, pela perversidade colonial. Pelo contrário: não era esse o caso. Não havia nenhuma maneira pela qual os nomeados “selvagens” da África podiam ter previsto a agonizante diáspora a que estavam condenados no momento do encontro com o europeu: “[a]té mesmo os líderes que venderam africanos para a escravidão não tinham nenhuma ideia de que essa escravidão estava destinada a durar para sempre, ou por pelo menos mil anos. Não havia nada na experiência do selvagem que poderia tê-los preparado para tal ideia (...)” (BALDWIN, 2012, p. xxi, tradução minha). Busca-se, portanto, demonstrar a ambivalência das relações envolvidas na configuração do comércio de escravos que, de um lado, contava com comerciantes (europeus e africanos); e, ao outro lado era reservada a violência colonial que se instaurava na medida em que mais e mais cativos passavam a lotar os navios negreiros.

A esse ponto se vincula a segunda questão, na medida em que desconsiderar tais particularidades históricas faz com que – mesmo que não intencionalmente – percamos de vista a própria historicidade de *raça*. Nesse sentido, prestar cuidadosa atenção à maneira como se organizou o comércio de cativos nos permite perceber que *raça* ainda não determinava a natureza dessas relações num primeiro momento. O *negro* e o *branco* surgem mediante esse processo, mas não o antecedem. Isso não quer dizer que não estavam em curso doutrinas de hierarquização e desumanização –

⁸ Sobre a os misticismos que permeiam o olhar sobre a história da África, isto é, sobre a questão da invenção da África no imaginário ocidental, ver Achille Mbembe e sua *Crítica da Razão Negra* (MBEMBE, 2018). E também Douglas Rodrigues Barros em *Lugar de Negro, Lugar de Branco?* (BARROS, 2019).

primeiramente pela Igreja, como veremos. A grande questão aqui é manter o cuidado para não partir de uma concepção a-histórica de *raça* para pensar o espaço temporal que se refere à constituição de uma nova economia mundial através da escravidão moderna.

Considerando, portanto, que a organização do comércio transatlântico de escravos mobilizava e interligava diversas partes do globo – assinalando o caráter mundial do mercado que ia se constituindo – era, então, imprescindível possuir boas relações com os traficantes de escravos e com os reinados a partir dos quais se obtinha produtos da rota transaariana. Nesse quesito, a Igreja influenciaria fortemente as relações comerciais da Coroa portuguesa. Como já mencionado, o poder político da Igreja fazia ser necessário aos países católicos obter a aprovação, por intermédio de Bulas papais e Tratados, de suas conquistas territoriais. Tratava-se de uma maneira de regular as disputas entre as nações católicas. Não seria diferente com as ilhas no Atlântico.

Na metade do século XV, Infante Henrique pede a aprovação papal da colonização portuguesa de ilhas no Atlântico e da costa africana. O aval conferido por meio de uma série de Bulas papais desempenharia o papel de assegurar o monopólio português sobre aquelas terras e, ao mesmo tempo, depositava em Henrique a tarefa de cristianizar sua missão colonizadora. Ou seja, aliado aos objetivos comerciais a Coroa tinha que capturar fiéis. Enquanto, por um lado, Portugal conseguia atribuir aos seus empreendimentos coloniais uma justificativa condizente com a moral cristã, por outro, a pressão da Igreja não facilitou a longo prazo as trocas comerciais. Ainda que garantisse aos reinos convertidos vantagens comerciais – como o acesso a armas por exemplo – a relação com a Coroa não se mostrava de todo simples mesmo com a conversão. Como ficaria demonstrado com o caso do Congo⁹, um dos poucos sucessos

⁹ Robin Blackburn (2000, p. 118) cita o caso do Congo para demonstrar como a pressão católica sobre os negócios da Coroa na África se mostrava bastante conflitante na medida em que se aumentava a demanda por escravos, o que levava a um aumento da violência portuguesa e o desrespeito aos limites e regras impostos ao tráfico de escravos.

da missão cristianizadora, a conversão africana ao cristianismo só era bem vinda quando submissa (BLACKBURN, 1997).

A determinação de que cativos somente poderiam ser comprados se fossem convertidos ao cristianismo fazia com que os lucros obtidos pela Coroa com a revenda de escravos contribuíssem com as missões da Igreja. A consonância com os princípios morais cristãos se fez refletir nos relatos oficiais que começavam a surgir sobre a presença europeia além-mar. Estes relatos eram compostos por histórias sobre como os cativos estavam sendo salvos e garantidos a uma vida melhor, de redenção mesmo que por meio da escravidão. Características fenotípicas, como a cor de pele, no caso dos cativos africanos, eram atribuídas a acontecimentos bíblicos como *a maldição de Cam*¹⁰.

No entanto, estas histórias que surgiam a partir da Bíblia ainda não eram populares nessa época, século XV. Nem precisavam ser: o comércio europeu de escravos africanos estava ainda se estabelecendo. Como faz notar Blackburn, ainda levaria algum tempo e muito esforço para que a Europa cristã construísse uma sólida justificação para as suas realizações coloniais desenvolvidas com o comércio de escravos. O mesmo tempo que levaria para se acostumarem a, e defenderem, seu novo papel na economia mundial que ia surgindo. Pode-se assim concluir que se os desdobramentos que levaram ao comércio transatlântico não foram racionalmente determinados por uma mentalidade burguesa, tampouco podemos dizer que havia justificativas raciais elaboradas que motivaram a escravização africana. Isso não

¹⁰ A “maldição de Cam” é um mito bíblico no qual Noé teria dormido nu após ter se embriagado com vinho e, então, Cam teria zombado da nudez do seu pai exibindo-a para seus irmãos. Quando acordou, Noé amaldiçoou o filho de Cam, Canã, e todos seus descendentes a serem “os servos dos servos”. A esse mito, versões acrescentam que os descendentes de Cam passariam a ser “marcados” com a pele escura. Essas versões surgem e se difundem com as colonizações e o tráfico transatlântico de escravos. Para ver mais sobre isso recomendo Robin Blackburn, *The Making of New World Slavery* (BLACKBURN, 1997); e também a matéria veiculada pelo Nexo que fala sobre o mito e a doutrina de branqueamento no Brasil a partir de uma análise do quadro *A Redenção de Cam* (1895):

RONCOLATO, M. A tela 'A Redenção de Cam'. É a tese do branqueamento no Brasil. **Nexo**, 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/14/A-tela-%E2%80%98A-Reden%C3%A7%C3%A3o-de-Cam%E2%80%99.-E-a-tese-do-branqueamento-no-Brasil>>. Acesso em: maio 2020.

significa dizer, no entanto, que estavam absentes justificativas que hierarquizavam a humanidade de povos não-europeus.

Identificam-se, então, três principais elementos constituintes da base do comércio transatlântico de escravos: a Igreja, o capital genovês, e, finalmente, a produção de açúcar empenhadas nas ilhas do Atlântico. Este último se mostraria intrinsecamente vinculado ao progresso da indústria açucareira. Apesar da produção de açúcar no Atlântico possuir um caráter experimental no século XV, o *boom* com a produção na ilha da Madeira provou que o investimento nesse produto podia ser tão lucrativo – senão mais – quanto obter diretamente ouro, principal preocupação da Coroa portuguesa com as feitorias. Além de ser utilizado como moeda de troca, o açúcar passou a render enormes dividendos, que auxiliaram no acúmulo do metal precioso. Ainda, o negócio açucareiro começou a tornar lucrativo outro mercado. A partir do estabelecimento das feitorias, os portugueses logo perceberam que o tráfico de escravos era um bom negócio, não somente por sua revenda, mas como mão de obra auxiliando na extração de ouro e nas demais atividades lucrativas das rotas. Com a colonização das ilhas, e a demanda por força de trabalho cada vez maior à medida que as lavouras de cana prosperavam, portugueses passaram a buscar o monopólio do fornecimento da mão de obra necessária aos seus projetos coloniais.

A produção açucareira na ilha da Madeira teria, no entanto, um declínio tão rápido quanto sua ascensão. O cultivo da cana havia se disseminado em outras ilhas, e a concorrência se faria abater. No primeiro quarto do século XVI seria a vez de São Tomé se transformar no polo de produção de açúcar do Atlântico. Pela proximidade com a costa africana, os empreendimentos açucareiros na ilha haviam se beneficiado de uma maior oferta e de mais fácil acesso à mão de obra escrava. No entanto, apesar da crescente presença de escravos africanos, estes ainda não constituíam a principal fonte de trabalho¹¹. Mesmo assim, São Tomé se distinguiria por ser o local onde se

¹¹ É curioso notar que no início do desenvolvimento da indústria açucareira, e (com ela) do comércio europeu de escravos, muitos trabalhadores eram trazidos da África para atuar em funções especializadas, mediante o pagamento de salário. Pela experiência milenar que muitos povos – como de Angola e da Guiné – possuíam com as técnicas do feitiço do açúcar, seu conhecimento foi essencial ao sucesso da produção açucareira no Atlântico. Conforme a colonização europeia progredia, estes conhecimentos

identifica o surgimento do padrão que seria adotado no Novo Mundo. Schwarcz e Starling (2015) argumentam que, pelas técnicas, maneira como foi organizada a produção – com o sistema de plantation e de capitânicas hereditárias – e a relação entre terras, colonos e escravos, São Tomé se constitui como grande laboratório da experiência brasileira.

A produção de açúcar no Atlântico ia transformando, pouco a pouco, a situação da escravidão para a Europa, África e – posteriormente – as Américas, e todo o mundo ocidental. Tal transformação deve-se à associação de eventos contingentes que, no entanto, foram determinantes para que, sob os poderes do capital genovês e da Coroa portuguesa, a produção açucareira e o trabalho e comércio de escravos africanos se mostrassem complementares. Nas palavras de Bivar Marques:

“(...) os poderes coloniais de Portugal e da Espanha trouxeram uma inovação importante em relação aos padrões mediterrâneos, associando a produção açucareira ao trabalho dos africanos escravizados. Ainda que houvesse emprego ocasional de cativos na indústria açucareira do Mediterrâneo medieval, a conjugação estreita entre escravidão negra e açúcar branco foi uma criação atlântica ibérica que precedeu a colonização da costa nordeste do Brasil” (2018, p. 204).

Com o Brasil, essa inovação atingiria o seu apogeu. A combinação entre trabalho escravo de origem africana e a produção de açúcar transformaria, no século seguinte, a colônia portuguesa e aqueles que aqui investiam em detentores do monopólio sobre a oferta de açúcar para os mercados europeus (MARQUESE, 2018). Transformaria também este território no maior importador da mão de obra africana, sendo o país que mais recebeu escravos africanos até a abolição no século XIX. Em *África, Números do Tráfico Atlântico*, Luiz Felipe de Alencastro (2018) descreve que de 1500 a 1850 – data fixada para o fim do tráfico clandestino ao Brasil – a cada cem pessoas desembarcadas no Brasil, *oitenta e seis* eram escravizados africanos, e o

foram apropriados, e quem os detinha foram dizimados ou sujeitos à condição de vida-morte da escravidão. Para ver mais sobre isso, ler *Brasil: Uma Biografia* e *The Making of New World Slavery*.

restante – somente quatorze – eram colonos e imigrantes europeus. Essa proporção indica porquê o Brasil passou a ser chamado de *Roma Negra*¹².

De sua descoberta até o fim do século XVI, o Brasil ainda não tinha uma posição de centralidade nos interesses portugueses, ainda que já ocorresse no território dominado extrema violência para com os nativos e a intensa extração de pau-brasil como fonte de renda – que compensava as viagens portuguesas a terras tão longínquas. A Coroa Portuguesa não contava com grandes planos para essa vasta área, ainda mais quando tinha que lidar com o domínio espanhol. Conforme essas novas terras foram sendo alvo de invasões – à medida em que mais países europeus se davam conta das *descobertas* feitas –, tornou-se imperativo que a Coroa Portuguesa buscasse maneiras de ocupar sua nova colônia. Pela experiência obtida com as ilhas no Atlântico, o açúcar se mostrou como a solução mais viável à necessidade portuguesa de ocupação. Com mudas e o modelo de produção vindos de São Tomé e da ilha da Madeira, em 1532 se estabelece o primeiro engenho na capitania de São Vicente. No entanto, é somente a partir de 1570, com a migração da produção para o nordeste brasileiro – principalmente para o recôncavo baiano – que o açúcar brasileiro despontaria no mercado mundial. Antes disso, a falta de mão de obra constituía o maior empecilho ao desenvolvimento da atividade açucareira (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A instauração dos primeiros engenhos acentuou a questão da escassez de mão de obra, problema enfrentado pelos colonos desde a época do pau-brasil como principal atividade comercial. A escravização de indígenas tinha sido prática adotada desde o começo das atividades coloniais no Brasil e, ao contrário do que se costuma assumir, índios continuaram a ser escravizados durante muito tempo mesmo com a introdução da escravidão africana. Alguns fatores, no entanto, fizeram com que a escravidão

¹² O Brasil, principalmente a partir da produção de açúcar no Recôncavo baiano, superaria numericamente todos os regimes até então existentes que haviam se utilizado de alguma forma de escravidão, incluindo Roma. Em uma de suas músicas, Reconvexo, Caetano Veloso faz referência a esse nosso passado colonial ao mencionar a Roma Negra para se referir à Bahia e sua negritude. Apesar de constantemente negado por nossa herança colonial, o Brasil é um país preto. Sobre os dados que tornam o Brasil uma Roma Negra ver *Brasil: Uma Biografia* (2015).

indígena representasse um problema ao contrário de uma solução para os interesses coloniais-capitalistas.

Além do genocídio causado pelo avanço colonial em território indígena – tanto por meio de armas quanto por doenças –, a Igreja, contraditoriamente, representou um fator que dificultou a escravidão indígena. A questão da mão de obra no Brasil fazia com que se chocassem duas vontades coloniais diferentes: uma religiosa e outra política, representada pelos colonizadores e demais mercantes cristãos que investiam nessas terras. As missões jesuítas, que cumpriam com o papel catequizador que a colonização tinha que desempenhar, desestimulavam a escravidão indígena. A tutela da Igreja sobre os jesuítas era marcada pelo famoso debate Sepúlveda *versus* La Casas, que procurava encontrar meios para que a humanidade dessas *novas gentes* se expressasse. Enquanto isso, corpos negros não eram inseridos nesse debate. Assim, recorrer à escravidão de origem africana pareceu passo lógico para evitar conflitos com os poderes eclesiásticos e poder suprir a demanda contínua e extensa por trabalho que a lavoura da cana representava. Foi dessa forma, segundo as autoras, que “se casaram” os lucros da cana com os do comércio de escravizados (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A utilização da escravização africana, que desde o início da presença europeia no Atlântico contribuiu com as atividades comerciais, se torna, assim, componente essencial e indispensável ao progresso dos empreendimentos coloniais. Com o Brasil, Portugal – e aqueles mercantes e negociantes que atuavam junto à Coroa – conseguiu garantir “as duas pontas do mercado: o provimento de mão de obra e o monopólio da cana” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 30). Logo, se no século XVII o Brasil controla quase toda a oferta de açúcar para a Europa, não é coincidência que também vá ser o local que recebe mais escravos em todo o Atlântico¹³. Ao mesmo tempo, pelo fato dos portugueses controlarem o comércio transatlântico de escravos, os preços

¹³ O Brasil receberia mais escravos. Não somente em decorrência da demanda de seus engenhos, mas também porque a concorrência açucareira nas Antilhas e Caribe importava escravos africanos dos postos brasileiros por ser mais barato. Ver mais sobre isso em: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Orgs.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

dessa *mercadoria* eram mais baixos – o que contribuiu para que a indústria brasileira da cana obtivesse vantagem comparativa. Ambos os mercados se mostravam cada vez mais inseridos numa relação simbiótica, indissociável e complementar.

Se em 1560 quase não existiam africanos nos engenhos brasileiros, aproximadamente meio século depois já compunham a totalidade da força produtiva de um mercado ao redor do qual se movimentava toda a economia colonial. A partir de 1570, quando finalmente a economia açucareira passa a prosperar, os escravos obtidos por intermédio das feitorias passaram a se dirigir sobretudo ao Brasil. A produção açucareira de São Tomé decairia com a ascensão da brasileira, mas sua importância permanece: agora, como um dos maiores entrepostos de escravos para o Novo Mundo. Assim, se faz a gradativa mudança do centro de produção açucareiro das ilhas do Atlântico para as Américas. Essa mudança correspondia, por sua vez, à transformação da Europa em centro da economia mundial. Uma vez que a *economia da cana* passava a ser crescentemente globalizada, os lucros que movimentavam não ficavam restritos às mãos dos portugueses. Cada vez mais, o capital privado e independente atuava no comércio açucareiro e na disputa por mercados de escravos. Cada vez mais, importantes centros financeiros europeus – Amsterdam, Londres, Gênova – tentavam cuidar do provimento do açúcar à medida em que a Europa passava a importar mais e mais esse produto (SCWARZ; STARLING, 2015).

A crescente presença de escravos africanos na execução das tarefas da economia colonial vai transformando as próprias características desse regime de trabalho. A partir do século XVII, os escravizados de origem africana substituem os poucos trabalhadores livres e assalariados presentes nas colônias e gradualmente tomam o lugar dos nativos como principal mão de obra escrava. A transformação no uso da escravidão acompanhava a transformação nos números: o uso da escravidão era cada vez mais disseminado, para compor a totalidade dos trabalhos braçais, indo desde as lavouras de cana, às minas de ouro, até o trabalho doméstico da Casa Grande. A escravidão africana é o alicerce que possibilita direta ou indiretamente a totalidade das atividades lucrativas empreendidas desde a dominação do Atlântico. Sendo assim,

estruturante do capitalismo colonial que se constituía. Com isso, se estabeleceria uma das mais profundas transformações: no próprio significado da escravidão.

A partir do século XVII, a escravidão gradualmente se torna sinônimo de mão de obra de origem africana e, portanto, negra. Parte indissociável e condicionante dessa transformação foi a conversão da escravidão em um negócio – e um dos mais lucrativos. Isso só ocorre com a presença europeia no Atlântico, que arrastou consigo as condições para a escravidão moderna. Tanto a escravidão quanto o comércio transatlântico de escravos já existiam anteriormente ao colonialismo europeu. O colonialismo europeu, no entanto, inaugurou um novo tipo e sentido à escravidão.

Historicamente, a prática da escravidão foi presente desde muito tempo no território que atualmente consideramos como Europa. No entanto, embora na Antiguidade Impérios como o Romano tenham chegado a alguns milhões de escravos em seu território, tradicionalmente a escravidão permaneceu sendo marginal, reduzida à realização de alguns trabalhos domésticos e administrativos, nunca como a principal força de trabalho. Após a queda do Império Romano, as Cruzadas sobem novamente o número de escravos na Europa. É nesse contexto, inclusive, que surge a denominação escravo nas línguas faladas na Europa ocidental (SCWARZ; STARLING, 2015).

O termo *slave*, que é a designação na língua inglesa para escravo, era utilizado basicamente para se referir aos povos eslavos (*slavs*), que foram os principais povos escravizados do século X ao XVI pelos Vikings e mercantes italianos. Estes escravos foram bastante utilizados quando mercantes italianos se voltaram ao Mediterrâneo, onde o capital genovês e veneziano já nesse contexto empenharia o trabalho escravo na produção de açúcar. Porém, mesmo assim, a escravidão seguia sendo prática relativamente restrita, e em nenhuma parte a sua mão de obra era essencial à economia local ou consistia na principal fonte de trabalho produtiva (BLACKBURN, 1997).

Nesse sentido que, apesar da escravidão se fazer perenemente presente, o trabalho escravo não era empregado via de regra na agricultura, cuja mão de obra principal e essencial continuava a ser a camponesa. Isso mudaria a partir do século XV quando os portugueses (e mercantes ítalo-portugueses) chegam à costa africana e

passam a produzir açúcar nas ilhas atlânticas, tornando a escravidão peça chave na produção agrícola e, conseqüentemente, em um mercado lucrativo. Outra questão que acompanha a disseminação da escravidão e a transformação em sua relevância econômica é a relativa à sua racialização. O regime de escravidão sempre teve como diferencial em relação às demais formas de trabalho a característica de tornar o escravizado um sujeito não pertencente àquela determinada sociedade, um estrangeiro, uma pessoa sem história e sem cultura. Tal característica faz necessária alguma justificativa. No caso da Europa feudal, a “racialização” dos povos escravizados era feita sobretudo a partir da diferença religiosa. Isto é, a discriminação religiosa atuava na hierarquização social. Isso fica claro quando se considera tanto a escravidão eslava quanto o contexto das Cruzadas, responsável por reviver em número a escravidão na Europa (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Em *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*, Ramón Grosfoguel (2016) demonstra, através do caso da conquista de Al-Andalus, como a violência contra muçulmanos e judeus acarretou no seu genocídio/epistemicídio e escravidão. Esta dominação de judeus e muçulmanos fez parte das guerras de Reconquista da península ibérica – e estava, assim, inserida no contexto das Cruzadas –, motivada por uma ideologia discriminatória que ainda não era racial, pelo menos não no sentido moderno. Segundo Grosfoguel, a discriminação religiosa praticada pela Igreja e pelas monarquias cristãs hierarquizava a humanidade segundo suas identidades teológicas e ideológicas, mas ainda não colocava em dúvida a humanidade dos escravizados. O questionamento da humanidade de suas vítimas só surgiria com a ideologia racial moderna. No caso dos eslavos, sua escravização se inseria na lógica das Cruzadas: eram povos considerados congenitamente pagãos ou hereges, aponta Blackburn (1997). Na Europa feudal, portanto, a escravização de povos tidos não-europeus (porque não católicos) era determinada pela autoridade da Igreja Católica. Basicamente, era-se escravizado porque herege, bárbaro ou prisioneiro de guerra – uma das muitas facetas dessa característica.

Não foi diferente quando os europeus passaram a escravizar cativos africanos. Os antecedentes da invenção do *Negro* podem ser encontrados na fabricação dos eslavos, irlandeses e outros povos como racialmente inferiores. A gramática da Igreja atuou num primeiro momento na fabulação da pele escura como sendo a representação do Diabo, ou dos descendentes amaldiçoados de Cam. Nesse momento, no entanto, o *Negro* ainda não tinha sido criado pelo delírio eurocêntrico. Levaria alguns séculos e muita energia intelectual e material por parte da Europa para que o Negro fosse de fato inventado, e com ele se bestificasse a figura do africano ao mesmo tempo em que se apagava toda a história do continente africano, substituindo-a por uma do imaginário ocidental. Esse processo tratou-se de uma tarefa obrigatória devido à importância que o trabalho africano desempenhou na constituição de uma ordem econômica mundial sob domínio europeu (ROBINSON, 2000).

Assim sendo, as circunstâncias que se encontraram no Brasil são essenciais para compreender esse processo constituinte da modernidade capitalista. A produção do açúcar empenhada na colônia portuguesa foi determinante na transformação da escravidão em sua forma moderna. Os sucessos obtidos com o modelo de plantation brasileiro influenciaram todos os regimes de agricultura escravista do continente. A inserção tardia de países como a Inglaterra na produção do açúcar em suas colônias prova esse ponto. Por muito tempo, a mão de obra escrava empenhada pelos ingleses no que viria a ser os EUA foi composta quase que exclusivamente por irlandeses. É quando iniciam a produção açucareira que essa mão de obra se prova insuficiente, e os colonos ingleses se voltam à importação de escravos africanos para os EUA. Está aí a importância e particularidade do Atlântico Sul, que se mostraria mais Negro do que o Atlântico Norte¹⁴ (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

A partir daí, pode-se notar qual a extensão do papel do açúcar na invenção do negro – e com isso, também do branco. Schwarcz e Starling demonstram esse processo através do Brasil. O universo da economia da cana – do par dicotômico Casa Grande e

¹⁴ Esta é uma crítica comumente feita à Paul Gilroy por seu *Atlântico Negro* ser mais voltado ao Atlântico Norte, ao que se sucedeu nos EUA. Entretanto, se consideramos os números e a extensão da escravidão no Atlântico Sul vemos este superar a dimensão atingida pelo trabalho negro no Atlântico Norte.

senzala – associou a escravidão aos africanos e seus descendentes, desenvolvendo assim a “percepção social das cores no Brasil” (2015, p. 34). Temos, então, o surgimento da escravidão moderna. Pensamos em escravo junto ao corpo negro. O termo *negro* passou a ser usado para se referir genericamente a escravo, sendo até os indígenas incluídos sob essa denominação. Por sua vez, a escravidão moderna foi pouco a pouco cunhando um novo sentido para *raça*, cada vez mais sinônimo de *negro*. Assim, circunscrevia cada vez mais todos os sujeitos sob o regime da branquitude, no qual os brancos são *naturalmente* superiores. Desse modo, irlandeses, eslavos, judeus, foram transformados em *brancos* – inferiores ao europeu nórdico e cristão, mas mesmo assim *brancos* – e, portanto, superiores ao *negro* cujo corpo foi bestificado, reduzido a nada.

O advento da escravidão moderna e – indissociavelmente – da mudança no significado de *raça*, foi acompanhado por uma nova estrutura de relações produtivas. A dimensão que a escravidão africana atingiria nas colônias americanas fez com que ela transformasse todo o universo das relações sociais de trabalho. *Raça*, cada vez mais, seria um marcador social nesse universo dicotômico em que o trabalho braçal era escravo, portanto, negro, e o branco era senhor – como uma ironia que vem a combinar com os contrastes das cores da economia da cana. O empreendimento colonial da lavoura de cana transformou as relações sociais de maneira que “*En américa todo blanco es caballero*”¹⁵. Seria, portanto, “absurdo dizer que as condições em que se conduziu a racialização no Brasil não foram determinantes para a produção e reprodução do capital e, com ele, sua moderna divisão do trabalho” (BARROS, 2019, p. 21).

Nesse sentido, o Brasil seria tanto expressão das dinâmicas do capital de elites mercantes europeias – que proporcionou as condições de possibilidade da colonização destas terras e também do mercado de açúcar e escravos –, quanto constituinte do capitalismo moderno. Aníbal Quijano (2005) chama a atenção para essa circunstância ao argumentar que a colonização da América foi constitutiva do capitalismo. Em A

¹⁵ Máxima consagrada pelo viajante europeu Alexander von Humboldt (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 31).

colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, Quijano demonstra como a colonização europeia das Américas foi a condição de possibilidade da divisão racial do trabalho, tão central ao funcionamento do capitalismo.

A partir da colonização das Américas, *raça* desempenhou dois papéis principais: serviu para garantir legitimidade à dominação europeia; e determinou o lugar que cada grupo de pessoas – de acordo com suas diferenças raciais – ocuparia na divisão social do trabalho. Assim, *raça*, enquanto categoria moderna, se transformou num critério de distribuição de pessoas em lugares e papéis sociais na nova estrutura de poder que surgia. A essa nova estrutura Quijano (2005) daria o nome de padrão de poder mundial colonial capitalista moderno, o qual teria em seu cerne a racialização da diferença. Trata-se de um padrão mundial de poder, porque pela primeira vez na história todas as formas de controle e exploração do trabalho foram organizadas em torno das relações de trabalho assalariadas, de modo a produzir mercadorias para um mercado global e integrado. Vale observar que com isso Quijano não diz que todas as formas de trabalho foram substituídas por relações de produção comodificadas, assalariadas. Pelo contrário. Trata-se de chamar atenção para o fato de que todas as formas de trabalho consideradas como primitivas ou pré-capitalistas não foram apagadas ou desapareceram com o advento do sistema capitalista; mas são, ao contrário, parte integrante de seu funcionamento e, conseqüentemente, uma parte intrínseca do funcionamento capitalista.

Raça, portanto, seria crucial para o eurocentramento do desenvolvimento capitalista. A associação entre a divisão racial do trabalho e a sua organização ao redor da relação capital-salário fez com que fossem reservadas aos europeus e brancos as formas de trabalho pagas e aos colonizados a exploração ausente de compensação financeira na nova economia mundial. Isso se faz notar quando consideramos que, enquanto a escravidão de origem africana era a base de todas as atividades econômicas empreendidas nas colônias, nos países europeus que mais se enriqueciam com isso teorias liberais surgiam e incentivavam trabalhos assalariados. O que aparenta ser um paradoxo, no entanto, é caro à racionalidade capitalista, por mais contraditório que isso possa soar. Se *raça* seria a racionalização da exploração de não-europeus – ou não

brancos – sob o capitalismo, talvez tenhamos que considerar que, ao mesmo tempo, o componente racial exprime as irracionalidades tão essenciais ao sistema capitalista (ROBINSON, 2000).

As Américas, como espaço essencial à produção das relações capitalistas, foi o local onde se encontraram dinâmicas contraditórias. Do Barroco de Blackburn (1997), ao capitalismo como uma continuação de certos estratos da sociedade feudal de Robinson (2000), somos levados a repensar a gênese capitalista não como fruto de uma racionalidade burguesa definida de antemão, mas de uma confluência de elementos representativos de uma antiga e nova mentalidade, que tiveram na escravidão e na formação da ideologia racial moderna sua expressão máxima. É nesse sentido que Robinson argumenta que o capitalismo é racial: porque, como fruto da sociedade europeia, ele traz em si a força material que compunha as relações imanentes à sociedade feudal – o racismo, sendo assim, ao mesmo tempo, continuação e precursor de uma nova ordem.

Não é, portanto, possível compreender a formação do capitalismo moderno sem abordar – não apenas suas condições de possibilidade, como feito na primeira sessão, mas – o papel que a escravidão iria desempenhar na constituição do *Novo Mundo* e as mudanças que iria sofrer nesse processo. O trabalho escravo de origem africana não somente foi base das relações produtivas do capitalismo, como também era capital. Foi transformado em mercadoria em si. “Não importa o ponto de vista adotado, a relação entre trabalho escravo, o comércio de escravos, e a composição das economias capitalistas incipientes é aparente. Quaisquer que fossem as alternativas, o ponto permanece: historicamente, a escravidão foi uma base crítica para o capitalismo” (ROBINSON, 2000, p. 116, tradução minha).

Tal transformação não teria ocorrido sem a produção de açúcar que seria empenhada nas colônias americanas, mais especificamente no Brasil – cuja importância para a constituição do capitalismo normalmente é negligenciada. A indústria açucareira se mostrou indissociável das transformações em número, disseminação, importância e racialização sofridas pela escravidão. Ao investigar o

passado, é possível reconstruir como se deram essas relações. Ao mesmo tempo, certas lacunas nos fazem perceber que há sempre uma boa dose de contingência no desenvolvimento da história. Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015) chamam a atenção para esse aspecto ao abordarem a história do açúcar. Em última instância, não é possível acessar o motivo por trás do consumo de um produto e não de outro. No entanto, é possível perceber as circunstâncias que corroboraram para que um ou outro produto passasse a fazer parte de nossa vida social, convertendo-se em costume e gosto popular que traduzem o modo de vida de uma época.

Disseminado conforme eram forjadas as estruturas raciais de produção capitalistas, e fomentado porque gerava enormes lucros que movimentavam demais cadeias, calha pensar que o açúcar é um produto capitalista por excelência, que prenuncia à imagem de sua cor a racialização dos corpos sob a branquitude, necessária à manutenção das relações capitalistas. Como escreveu Douglas Rodrigues Barros de forma perspicaz: “Quem pode decidir que o status de cidadão passa pela cor ou pelo costume? Ora, se a questão é assim formulada, sua resposta só pode indicar que é no berço do capital, nas relações coloniais imperialistas, que a diferenciação racial se tornou possível (...)” (2019, p. 39).

O intuito com tal reconstrução histórica proposta neste primeiro capítulo não foi fornecer um argumento determinista acerca do funcionamento das relações capitalistas. Não se trata de afirmar que o capitalismo continuará a operar da mesma maneira de quando sua gênese – apesar de haver contínuas repetições sob outras formas e meios. Mas de identificar, em primeiro lugar, quais foram suas condições de possibilidade e, com esse exercício, reconhecer seus elementos estruturantes que permitem que, mesmo séculos após sua formação e as diversas mudanças que experienciou, o capitalismo continue a apresentar como ordem de funcionamento a constante racialização sob o regime da branquitude. A memória é ferramenta poderosa na luta, pois nos consagra conhecedores das mazelas e das dinâmicas cujo peso recaem sobre nós. Acima de tudo, porque não nos faz refém ou vulneráveis de projetos políticos reacionários – tanto à esquerda quanto à direita. A reconstrução histórica empenhada em traçar as relações entre escravidão (moderna) e capitalismo permite compreender

as fundações da constituição do signo racial moderno – cujo um dos efeitos é estruturar a totalidade das nossas relações sociais, mas não somente. Um próximo passo, portanto, é compreender o signo racial moderno e a sua relação tanto com o surgimento de classe quanto com a produção das identidades modernas. Assim, o capítulo seguinte se volta a abordar as implicações da constituição da ontologia moderna.

2. A sentença racial da modernidade.

In the thirties, swallowing Marx whole, we discovered the Worker and realized – I should think with some relief – that the aims of the Worker and the aims of the Negro were one. This theorem – to which we shall return – seems now to leave rather too much out of account (...).

James Baldwin, 1984¹⁶

2.1. Raça e Classe

Até aqui, buscou-se salientar alguns pontos importantes para entendermos não somente a gênese capitalista, mas como os eventos empenhados no Atlântico foram cruciais para a formação e desenvolvimento do capitalismo. Abordando historicamente tais relações, foi possível acompanhar os processos mediante os quais *raça* foi sendo forjada nas novas relações de produção que se organizavam através da escravidão moderna.

Continuando com as reflexões iniciadas no primeiro capítulo sobre o papel da escravidão de origem africana na constituição do capitalismo, busca-se com essa seção inicial do segundo capítulo abordar as consequências dessa relação a partir da perspectiva de classe. Em outras palavras: volta-se agora a investigar como os processos ocorridos no Atlântico – a escravidão moderna e as colonizações – atuaram na divisão do trabalho e, conseqüentemente, na formação do proletariado moderno, que surgia com o estabelecimento da nova ordem econômica mundial. Em relação ao que está sendo proposto por ora, cabem algumas observações.

A escolha por abordar aqui as relações de classe é motivada, de um lado, por uma crítica a análises marxistas que negligenciam como as relações assalariadas foram constituídas e são mantidas através de domínios não assalariados, ou não “comodificados”. Estes, por sua vez, são intimamente vinculados aos processos que culminaram na sujeição de corpos a categorias identitárias. Dirige-se, assim, aos trabalhos marxistas que insistem em uma abordagem conservadora e ortodoxa que trata

¹⁶ Trecho presente no ensaio intitulado *Many Thousands Gone* de James Baldwin (Notes of a Native Son, 2012, p. 33).

o capitalismo como um sistema *indiferente*¹⁷ às identidades. Faz-se isso ao mesmo tempo em que se busca demonstrar que a divisão do trabalho moderna dependeu da construção das identidades, inclusive como processos concomitantes. Por outro lado, também trata-se de um esforço de não descartar a importância de olhar para *raça* através do prisma de classe e nesse sentido – se assim pode-se dizer – não jogar fora o bebê junto com a água no que diz respeito às contribuições feitas por teorias marxistas e outras que dialogam com essa tradição teórica. Isso se mostra extremamente importante para o momento desse trabalho em que será abordado o debate político em torno das políticas de identidade – que suscita posicionamentos reacionários tanto à direita quanto à esquerda. Por parte da esquerda, preocupa o desmerecimento da importância de *raça* na luta anticapitalista, o que traz implícita a utopia de que a emancipação racial se dará automaticamente com o fim do capitalismo. Igualmente preocupante é a crença de que o racismo acabará sem que o capitalismo acabe, utopia que ronda parte do movimento negro e antirracista. Apesar de *raça* não ser passível de ser compreendida somente a partir das relações de classe, entender como esses dois domínios se relacionam é crucial para compreender o capitalismo e o porquê da organização das condições materiais de nossa vida ser ditada por *raça*. A essas questões se volta o presente capítulo.

No que diz respeito à tarefa de analisar a relação entre *raça* e classe mostra-se importante considerar como se deu à constituição do trabalho livre atentando à sua ligação com domínios não “comodificados” ou não assalariados. Isso envolve considerar uma questão dupla: de um lado, a atuação de determinados fatores na acumulação primitiva de capital sem resultarem diretamente em mão de obra assalariada, mas mesmo assim contribuindo para que existissem domínios assalariados; e, de outro, o lugar desses domínios não “comodificados”, ou melhor, desses domínios onde a exploração do trabalho não ocorre mediante remuneração, na lógica do capitalismo.

¹⁷ Referência ao termo “capitalismo indiferente” utilizado por Cinzia Arruzza para descrever as abordagens dentro da teoria marxista que tratam as opressões raciais e de gênero como meramente contingenciais e, portanto, nada necessárias ao funcionamento do capitalismo. Dentre essas abordagens, um dos nomes que mais se destaca é o de Ellen Meiksins Wood. (ARRUZZA, 2015)

Retomando o papel da escravidão moderna para a constituição do capitalismo, observa-se que são as peculiaridades desse regime de escravidão que o insere na rota dos processos que criaram as condições de possibilidade das novas relações sociais organizadas a nível mundial sob o jugo do capital. Encarar a escravidão moderna em sua especificidade histórica se mostra, então, chave para a compreensão dessas ligações. Nesse sentido, o trabalho feito no primeiro capítulo vem a ser de grande contribuição por ter salientado que a escravidão de povos africanos empreendida com a expansão europeia no Atlântico apresenta importantes diferenças em relação aos demais regimes de escravidão empenhados historicamente.

Devido às colonizações que se seguiram no Atlântico, primeiramente insular e depois também empenhada nas Américas, a escravidão se tornou – ao lado da produção de açúcar, e por causa desta – um dos negócios mais lucrativos do mundo que se inaugurava. A escravidão de origem africana representou um aspecto central da economia mundial que estava se originando, tanto por passar a constituir um dos comércios mais rentáveis quanto pelo fato de que o trabalho negro foi a base de todas as relações econômicas que surgiam com as colônias (ROBINSON, 2000) – o que só foi possível pela conversão do escravo em mercadoria, *peça* a ser comprada, vendida e trocada. Essa dupla transformação, em mercadoria e em uma das principais fontes de trabalho, juntamente com o significado racial que iria adquirir, constituem as marcas modernas da escravidão. Nunca antes a escravidão tinha adquirido tais dimensões. As características peculiares à escravidão transatlântica estabeleceram, dessa forma, condições que possibilitaram um acúmulo de riquezas sem precedentes. Nas palavras de Achille Mbembe:

“Se há algo que distingue os regimes de escravidão transatlântica das formas autóctones de escravidão nas sociedades africanas pré-coloniais é precisamente o fato de estas nunca terem sido capazes de extrair de seus cativos uma mais-valia comparável à que se obteve no Novo Mundo” (2018, p. 93-94).

Considerando, nesse sentido, que “(...) o desenvolvimento capitalista exigiu um imenso salto na riqueza apropriada pela classe dominante europeia e no número de trabalhadores colocado sob o seu comando” (FEDERICI, 2017, p. 121), a maneira pela

qual a escravidão foi empenhada no Atlântico foi crucial, portanto, para o advento do capitalismo. Ou seja, a transformação do escravo em uma mercadoria que rendia enormes dividendos na rede transatlântica, somada à exploração da sua mão de obra da forma como se deu, representam dois processos interligados que fizeram da escravidão moderna fundamental ao surgimento do capitalismo porque possibilitaram a extração de riquezas necessárias ao seu advento.

A questão do trabalho, da exploração da mão de obra, especificamente, é de central importância para entender como essa fase de ascensão do capitalismo se articulou mundialmente. Como mencionado acima, foi necessário à organização e ao desenvolvimento das relações capitalistas tornar grande parte da população mundial disponível à exploração (FEDERICI, 2017). Isso, por um lado, significou separar as pessoas das condições que garantiam sua subsistência diretamente – destituí-las do vínculo com a terra, com os costumes e suas comunidades. Por outro, e ao mesmo tempo, também significou impor formas de trabalho forçado. A escravidão moderna conseguiu, assim, realizar um imperativo da acumulação primitiva que foi o acúmulo de força de trabalho colocado à disposição para a expansão dos lucros. No entanto, apesar de ter sido a mais extrema no quesito exploração, a escravidão de origem africana não foi a única forma sob a qual o acúmulo de força de trabalho ocorreu, nem possuiu o monopólio do trabalho forçado.

Por um lado, o comércio de escravos africanos representou em alguma medida acordos econômicos e políticos com elites africanas em um primeiro momento. Porém, a escravidão enquanto atividade representou a violência fundante que acompanhada de outras – como a expropriação de terras, o genocídio indígena e a caça às bruxas na Europa – constituíram as bases sobre as quais o capitalismo passava a se organizar. Nesse sentido o conceito marxiano de “acumulação primitiva” – assim como o de “transição para o capitalismo” – é útil para compreender os processos violentos que se fizeram necessários como pré-condição para a formação das relações capitalistas, apesar de Marx ter praticamente analisado a acumulação primitiva apenas do ponto de

vista do trabalhador assalariado que surgia na Europa.¹⁸ Em relação a esse último ponto Federici adiciona:

“A acumulação primitiva não foi, então, simplesmente uma acumulação e uma concentração de trabalhadores exploráveis e de capital. Foi *também uma acumulação de diferenças e divisões dentro da classe trabalhadora*, em que hierarquias construídas sobre o gênero, assim como sobre “raça” e a idade, se tornaram constitutivas da dominação de classe e da formação do proletariado moderno” (FEDERICI, 2017, p. 119, ênfase como no original).

Ao chamar atenção para as violências constitutivas do capitalismo Federici (2017) questiona a própria noção de progresso histórico que muitos teóricos (inclusive marxistas, salienta a autora) remetem ao capitalismo. Através de violência foram-se implementadas cisões a partir das quais a violência continuou a operar na forma de exploração sob o capital, mostrando, por sua vez, que a sistematização da violência está no cerne do capitalismo. Essa característica do capitalismo é notável até os dias atuais, quando todas as vezes que o capitalismo precisa se expandir, as violências características da acumulação primitiva, isto é, os processos normalmente associados à gênese capitalista, se repetem. Vemos isso a nível global, e no Brasil através dos ataques a populações indígenas, contínua expropriação de suas terras para o agronegócio, ataques aos movimentos que lutam pela reforma agrária, os casos crescentes de feminicídios e assassinatos de jovens negros, ao mesmo tempo em que se avança na precarização do trabalho mediante a perda de direitos trabalhistas ou da velha exploração mediante vínculos empregatícios. Olhar, portanto, para os processos que compuseram as condições da acumulação primitiva de capital diz muito sobre os aspectos estruturais do capitalismo – que continuam a se manifestar em diferentes momentos históricos.

Nesse sentido, ao ampliar a análise marxista para além de uma perspectiva eurocêntrica, evidenciando que a expropriação de terras ocorrida na Europa feudal não foi e não deve ser vista como a forma exclusiva pela qual a acumulação capitalista pôde

¹⁸ Aproveita-se aqui para frisar a importância de uma metodologia, um olhar, “internacional” para os processos que culminaram no advento do capitalismo, para que se possa compreender o capitalismo em seu caráter global.

ocorrer, Federici chama atenção para os outros processos – normalmente negligenciados – que constituem o capitalismo não apenas historicamente, mas também logicamente¹⁹. Tratam-se dos processos que culminaram na construção de hierarquias sentidas no corpo social do proletariado moderno que surgia. Dessa forma, ao demonstrar que a caça às bruxas na Europa, a expropriação de terras e a escravidão de origem africana ocorridas nas colônias foram processos que atuaram concomitantemente à privação dos meios de subsistência dos trabalhadores que viriam a ser assalariados (homens europeus) na acumulação primitiva do capital, é possível reconhecer que as divisões de raça e gênero são constitutivas à dominação de classe. Esse ponto é central para entendermos como as identidades modernas e classe se relacionam. No caso do presente trabalho, mais especificamente, é central para entender qual a relação entre raça e classe.

A violência empenhada nas colônias, portanto, esteve interligada com outros processos, também violentos, ocorrendo em outras partes do mundo com o intuito de assegurar o mesmo imperativo da acumulação primitiva: a sujeição do trabalhador à exploração, o acúmulo em larga escala do controle de sua força de trabalho. Os cercamentos, o ressurgimento em larga escala da servidão na Europa, a caça às bruxas e a escravidão transatlântica, foram todos eventos coexistentes e vinculados pelas tendências históricas do capitalismo que surgia. Trataram-se de diferentes modalidades de trabalho forçado, de processos que garantiram à força a disposição da mão de obra para a exploração compulsória. No entanto, como demonstra Federici, a questão da reprodução do trabalho se mostraria logo um problema na Europa. Se, num primeiro momento, exigiu-se a imposição do trabalho forçado de forma sistemática e ampla, alguns fatores se mostraram insustentáveis para a reprodução dessa força de trabalho. A sociedade feudal estava em crise, com lutas sociais camponesas, pestes e consequente baixa populacional. Tudo isso era deteriorado com a privação aos meios de subsistência

¹⁹ Há um grande debate dentro do campo da teoria marxista voltado a identificar se seriam as opressões raciais e de gênero histórica ou logicamente (isto é, estruturalmente) constitutivas ao capitalismo. Percebe-se que eu tangencio esse debate, no entanto, não me aprofundarei nele. Reconheço que este seria um caminho possível e, aliás, um muito válido e frutífero para investigar a relação entre raça e capitalismo.

e as condições da servidão, e demais imposições do trabalho forçado. Aqui já se expressava uma das principais contradições do capitalismo: a necessidade de privar o trabalhador dos meios de sua subsistência para que esteja disponível para exploração ameaça as suas próprias condições de vida. A contradição é, portanto, que o capitalismo mata e adoece aqueles de quem precisa para continuar se reproduzindo (FEDERICI, 2017).

Apesar da contradição inerente à reprodução do trabalho não ter se mostrado mais acentuada senão no emprego da escravidão de origem africana – que levava à exaustão o trabalhador e só na travessia da Passagem do Meio²⁰ culminava em muitas mortes – a escravidão moderna constituiu um fator importante para a solução da “crise do trabalho” que o surgimento das relações capitalistas apresentava. Não se mostrava possível implementar e sustentar o trabalho forçado de maneira generalizada, tampouco era o caminho abolir todas as suas modalidades. A isso seguiu-se que a exploração da mão de obra escrava nas Américas permitiu uma divisão internacional do trabalho, a partir da qual foi possível surgir o trabalho assalariado e com ele a reprodução do trabalho na Europa. Como apontou Federici (2017), a exploração do trabalho sob a escravidão moderna se deu a níveis tão extremos que possibilitou um modo de produção que não era passível de ser imposto na Europa pelo contexto em que se encontravam as condições de reprodução do trabalho na sociedade feudal.

A colonização das Américas possibilitou, dessa forma, não somente a extração de riquezas sem precedentes, mas em seu espaço foi possível empregar um modo de exploração do trabalho que foi crucial para a organização das relações sociais de produção a nível mundial. A escravidão moderna, nesse sentido, não proporcionou apenas a produção de itens altamente lucrativos no mercado mundial – ao mesmo tempo em que o escravo também era em si uma mercadoria valiosa – mas a sua distinção, para retomar Mbembe, isto é, a extração de mais-valia de uma maneira

²⁰ A “Passagem do Meio” é uma expressão comumente utilizada para se referir ao trajeto realizado pelo tráfico transatlântico de escravos.

incomparável possibilitou a reprodução da mão de obra na Europa por meio do salário. Assim,

“O sistema de plantations foi decisivo para o desenvolvimento capitalista não somente pela imensa quantidade de mais-trabalho que se acumulou a partir dele, mas também porque estabeleceu um modelo de administração do trabalho, de produção voltada para a exportação, de integração econômica e de divisão internacional do trabalho que desde então tornou-se o paradigma das relações de classe capitalistas” (FEDERICI, 2017, p. 207).

A manutenção da escravidão transatlântica resolvia o problema da escassez de trabalho na Europa ao passo que criava as condições de comodificação de alguns domínios de exploração do trabalho. Isso significa que o surgimento da figura do trabalhador “livre” na Europa foi garantido pela divisão do trabalho que mantinha a escravidão como forma predominante de exploração do trabalho nas colônias. E, embora a escravidão permanecesse como domínio não comodificado, não mercantilizado, essas duas formas de exploração do trabalho – geopoliticamente separadas – estavam interligadas pelo salário. É nesse sentido que Aníbal Quijano (2005, p. 108) argumenta que é somente a partir da colonização das Américas que se torna possível a manutenção e articulação das demais formas de exploração do trabalho em torno da relação capital-salário, estabelecendo-se pela primeira vez na história “um padrão global de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos”.

Isso fica claro quando abordamos a rota internacional das mercadorias produzidos nas colônias – como o açúcar e o café, para citar os maiores exemplos – que passaram a ser popularmente consumidos nas rotinas dos trabalhadores europeus do século XVII em diante graças à institucionalização do salário. O salário vinculava, desse modo, o que era produzido pelo trabalho escravo à reprodução da mão de obra assalariada europeia, como muito bem aponta Federici. Com isso, argumenta a autora,

“O salário se redefiniu claramente como instrumento de acumulação, como alavanca para mobilizar não somente o trabalho dos trabalhadores remunerados, mas também o trabalho de uma multidão de trabalhadores que ficava oculta devido às suas condições não salariais” (FEDERICI, 2017, p. 208).

Segue-se a partir das considerações feitas até aqui uma dupla constatação: as relações capitalistas não surgiram endogenamente à Europa – o capitalismo é um fenômeno global já em sua constituição –, o que, por sua vez, nos leva a perceber que não somente por meio dos cercamentos que surge a figura do trabalhador livre, foi necessário um conjunto de processos que possibilitaram uma divisão internacional do trabalho. Em última instância, essa dupla constatação está ainda vinculada a uma outra: que o capitalismo necessita de outros domínios que não os mercantilizados para a sua reprodução.

De fato, os cercamentos produziram o trabalhador “livre” uma vez que foram responsáveis pela expropriação de terras, pela separação das pessoas de seus meios de subsistência, o que culminou na propriedade privada e, finalmente, na divisão de classe entre aqueles que possuem a propriedade, os meios de produção, e aqueles que têm de recorrer à exploração de seu trabalho como meio de troca pelos meios de sua própria subsistência – ou seja, que vendem sua força de trabalho em troca de um salário. Nancy Fraser e Rahel Jaeggi em *Capitalismo em Debate* (2020) refletem sobre esses processos e chamam atenção para o fato de que o adjetivo “livre” conferido ao trabalho sob o capitalismo carrega um duplo sentido, como salientado por Marx. O trabalhador é tanto livre porque legalmente reconhecido como tal, ou seja, a relação de trabalho não é uma de servidão ou escravidão; como também é livre porque está “liberto” dos meios que garantiriam sua subsistência. No entanto, o surgimento do trabalhador enquanto este indivíduo “livre”, que recebe um salário em troca da exploração de sua mão de obra, é apenas uma parte da história.

O trabalhador livre, assalariado, é apenas uma parte da história porque o capitalismo sempre dependeu, também, da manutenção de trabalho não livre e não remunerado. Se o capitalismo não se reproduz somente por meio do trabalho assalariado, o foco conferido por parte de uma ortodoxia marxista sobre a figura do trabalhador livre como a categoria central do capitalismo, como a expressão por excelência da exploração sob o capital, contribuiu para ocultar o papel de outros processos que estiveram envolvidos no surgimento do trabalhador livre, processos que não culminaram diretamente em domínios de trabalho remunerado, mas que estiveram

intrinsecamente vinculados a estes domínios como condição de possibilidade de sua existência. Trata-se de processos que o olhar eurocêntrico não capta pois reduz a formação da divisão de classe a um acontecimento que somente dependeu dos cercamentos, a expropriação de terra ocorrida na Europa. Negligenciando, dessa forma, que acompanhando o contexto da “privatização da terra e mercantilização das relações sociais” que ocorria na Europa no século XVII estiveram tanto a subjugação das mulheres ao espaço doméstico, quanto, como condição de possibilidade desses desdobramentos, a instituição da escravidão moderna e a sua manutenção durante séculos (FEDERICI, 2017, p. 126).

Para acessar o outro lado da história torna-se então importante engajar com o que propôs Nancy Fraser em *Por trás do laboratório secreto de Marx* (2015), e realizar giros epistemológicos. Esses giros impedem que “joguemos o bebê com a água fora” e olhemos para o que foi negligenciado por uma perspectiva marxista ortodoxa e eurocêntrica. O “laboratório secreto de Marx” é o movimento que Marx fez de refletir criticamente sobre o que era deixado de fora das análises da economia política burguesa, que era o domínio da produção. Ao olhar para o domínio da produção percebe-se que o acúmulo e reprodução do capital se dá por meio da exploração do trabalho, cuja condição de possibilidade é a expropriação de terra, e não por meio da troca de mercadorias realizada por indivíduos livres e iguais, como pretende a ideologia burguesa. Nesse sentido, Fraser argumenta que deve-se ir para além desse laboratório secreto já mostrado por Marx, e buscar o que está mais secreto ainda atentando-se às *condições de possibilidade de fundo*²¹ que possibilitaram a exploração assalariada e, conseqüentemente, as relações de produção capitalista, mas que não são abordadas propriamente por uma visão marxista ortodoxa.

O movimento proposto por Fraser envolve, desse modo, engajar com giros epistemológicos para questionar o que permanece oculto nas análises sobre o capitalismo quando se detém no plano das relações comodificadas, mercantilizadas. Apesar do foco aqui não se tratar de adentrar nos giros epistemológicos que Fraser

²¹ Termo utilizado por Nancy Fraser (2015).

realiza, e quais são as condições de fundo que ela reconhece, o movimento teórico proposto pela autora é de enorme ajuda para compreender os pontos abordados até então sobre a constituição do capitalismo porque oferece, sobretudo, um entendimento expandido do sistema capitalista.

Ao direcionar o olhar para além do que aparece à primeira vista quando se reflete sobre o capitalismo, Fraser (2015) consegue demonstrar que as relações de produção capitalista contam com condições de possibilidade que não são, em si, commodificadas – isto é, que não estão inseridas na relação de mercado. Dentre essas condições de possibilidade de fundo, encontram-se domínios onde o trabalho não é remunerado. Há de se ter um cuidado aqui, porque Fraser está falando de duas coisas diferentes, mas intimamente conectadas. Fraser reconhece como condições de possibilidade de fundo o que chama de divisões institucionais – entre produção econômica e reprodução social; economia e política; e natureza e humano – todas essas divisões apontam para domínios não commodificados e, portanto, “não econômicos”, mas aos quais o capitalismo é dependente para sua existência. É nesse sentido que Fraser vai defender que o capitalismo é melhor entendido como uma *ordem social institucionalizada*, e não meramente como um sistema econômico. No entanto, na análise de Fraser, somente uma dessas condições de possibilidade de fundo remete a uma divisão institucional que corresponde a um domínio onde se exerce trabalho não remunerado. É a da reprodução social, que conta com o trabalho não remunerado exercido no espaço doméstico historicamente relegado às mulheres e marcado por gênero. Reconhecendo tais distinções na análise de Fraser, prossegue-se com duas considerações importantes.

Primeiro, voltar-se às condições de possibilidade de fundo permite se atentar para uma característica igualmente central do capitalismo: da mesma forma que necessita do trabalhado assalariado, isto é da divisão de classe, o capitalismo precisa de trabalhos que são exercidos de forma não remunerada. Tratam-se de domínios onde a exploração do trabalho não ocorre mediante salário, isto é, são domínios *semiproletarizados*. Dessa forma, embora Fraser não esteja olhando para os outros processos históricos que acompanharam os cercamentos na formação do trabalhador

livre – e, com isso, negligenciando o papel do que esteve envolvido na colonização das Américas na formação do capitalismo – através de sua análise podemos ver que a divisão de classe não acaba com, nem substitui, outras formas de trabalho não Commodificadas. Pelo contrário, a divisão de classe tanto precisou disso para a sua constituição, como foi demonstrado pelo papel que a escravidão moderna e a caça às bruxas tiveram na formação do capitalismo, bem como se mantém com a contínua manutenção de zonas não Commodificadas (FRASER, 2015).

Uma prova disso é sempre que o capitalismo se encontra em crise e precisa se expandir processos violentos muito similares aos que ocorreram em sua gênese se fazem presentes – como é mostrado atualmente por meio das contínuas expropriação de terras indígenas e camponesas, pelo aumento do refúgio, de trabalhadores migrantes e em condições análogas à escravidão, encarceramento em massa, e empobrecimento de um contingente da população (FEDERICI, 2017, p. 24-25). São processos que, entre outras coisas, acabam restituindo e mantendo as zonas não Commodificadas, ao “expulsar bilhões de pessoas da economia oficial” (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 36). O que confirma que o capitalismo garante sua acumulação de capital, sobretudo, por meio da exploração não remunerada do trabalho. A permanência de domínios não Commodificados não deve ser vista, portanto, como resquícios de elementos pré-capitalistas. São, pelo contrário, indissociáveis do capitalismo.

Em segundo lugar, é possível fazer um movimento análogo ao de Fraser e realizar outro giro epistemológico e, com isso, reconhecer o papel de raça como uma condição de possibilidade do capitalismo. Se a divisão de gênero é uma condição de possibilidade de fundo por instituir o trabalho de reprodução social, também o é a racialização que se seguiu com a escravidão moderna.²² Apesar de Fraser (2015) não

²² Apesar de gênero e raça nunca estarem dissociados e constituírem conjuntamente aspectos centrais ao modo capitalista de produção e seu ordenamento social – como bem mostra a tradição do feminismo negro – o presente trabalho, por se propor a investigar qual o papel de raça no capitalismo e pelo tempo que dispõe, não analisará a interseção entre eles. Embora as identidades seja sempre relacionais, e a diferença entre a história e posição social entre as mulheres brancas e negras demonstre o funcionamento do capitalismo enquanto sistema racial, o foco proposto pela dissertação parece requerer o engajamento com raça num nível mais abstrato para que se possa, por sua vez, refletir sobre sua complexidade.

incluir raça em sua análise²³, a autora oferece as ferramentas teóricas que nos permitem fazer esse outro giro epistemológico e, com isso, reconhecer o papel desempenhado por raça nas relações de produção e sociabilidade capitalista. O que se propõe, portanto, é dar uma passo adiante para pensar como raça se insere na lógica do capital a partir das considerações feitas sobre o papel da escravidão moderna na constituição do capitalismo e da *concepção expandida do capitalismo*²⁴ fornecida por Fraser.

2.1.1. A racialização do trabalho como condição de classe

A escravidão moderna constituiu, juntamente com a caça às bruxas, esse outro lado da história do capitalismo, comumente silenciado, que demonstra que a formação do trabalhador livre precisou da existência da divisão do trabalho, ou seja, da existência de domínios onde o trabalho desempenhado, a sua exploração, não era mediada ou trocada diretamente por salário. O salário reservado a uma parcela dos trabalhadores sob o capitalismo surge, desse modo, representando não somente a exploração do trabalhador livre, mas de todos aqueles trabalhos efetuados sob outros regimes e espaços que não os remunerados. O trabalho desempenhado sob a escravidão transatlântica não se tratava, portanto, de um resquício pré-capitalista. Pelo contrário, a escravidão moderna se constitui enquanto tal por seu papel na constituição do capitalismo, são processos indissociáveis. Como pontuou Federici, “(...) o trabalho assalariado, mais que oferecer uma alternativa ao trabalho escravo, foi transformado em dependente da escravidão, enquanto mecanismo para ampliar a parte não remunerada do dia de trabalho assalariado (...)” (FEDERICI, 2017, p. 209)

Essa divisão do trabalho, que ocorria paralelamente a nível mundial, não teria sido possível, no entanto, sem o processo de racialização que se seguiu à expansão europeia no Atlântico. A divisão do trabalho que emerge com o *Novo Mundo* constituía o padrão de desenvolvimento desigual e combinado – devido a todas as relações sociais

²³ No caso do artigo *Por trás do laboratório secreto de Marx* (FRASER, 2015), com o qual a presente seção estabelece um diálogo maior.

²⁴ Expressão utilizada por Fraser.

que o capital-salário mobilizava e interligava internacionalmente – a partir do qual a nova estrutura econômica mundial se desenvolvia e a Europa se transformava no centro do capitalismo (ANIEVAS e NISANCIOGLU, 2015). Esse processo, que Aníbal Quijano (2005) denominou de *eurocentramento do capitalismo mundial*, gestou o mundo moderno e com ele uma leitura bastante específica das diferenças. Ou melhor, o capitalismo *produziu* as diferenças que regeriam as suas relações sociais e que sustentariam a exploração do capital (ROEDIGER, 2017). E essas diferenças foram produzidas mediante uma estrutura de inteligibilidade ditada por raça.

Nesse aspecto Quijano (2005, p. 108) é categórico ao afirmar que “as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho”. A divisão internacional do trabalho é, portanto, uma divisão racial do trabalho. Assim segue-se que o salário, inicialmente, foi reservado a uma parcela dos trabalhadores, aqueles geograficamente localizados na Europa e brancos. E às populações não-brancas associaram-se as formas de trabalho não pagas e, com o passar dos anos, os trabalhos com baixa remuneração das periferias do capitalismo globalizado.

O processo de formação do proletariado moderno foi, portanto, profundamente colonial. A colonização das Américas atuou como laboratório das novas técnicas de controle do trabalho ao agir, como considerou Quijano (2005), como condição de possibilidade da divisão racial do trabalho. Sobretudo, sem a colonização das Américas a escravidão enquanto regime histórico não teria se ressignificado. O que não deixa esquecer: “A ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América” (QUIJANO, 2005, p. 107). Foi com a colonização das Américas e, principalmente, com a produção açucareira empregada aqui, que a escravidão de origem africana desenvolveu suas características peculiares e pôde-se extrair do trabalho escravo o acúmulo de riqueza necessário para a sustentação da sociedade de classe que emergia. No entanto, todo esse processo de gênese do capitalismo não se tratou somente do trabalho escravo. Tratou-se de que o trabalho escravo, ao cabo, foi transformado em trabalho *negro*.

Dada a extensão da presença de escravos de origem africana não somente em número, mas também de sua mão de obra em tudo o que era produzido nas colônias – o que foi notável especialmente no caso do Brasil – foi se criando um universo em que a palavra “negro” surgia enquanto designação genérica de “escravo” (SCHWARCZ e STARLING, 2015). A essa categoria estavam incluídos inicialmente – no caso brasileiro – indígenas escravizados, mas com o passar do tempo mais e mais cativos africanos passaram a exercer essa função quase que exclusivamente – o que explica-se tanto pelo genocídio indígena quanto pelo fato de os escravos africanos já mobilizarem toda uma cadeia de valor com o seu comércio e trabalho. Sendo o substantivo negro forjado como sinônimo de trabalho escravo e mercadoria, o branco surge, por outro lado, não somente como senhor, mas como aquele a quem era reservada a exploração do trabalho mediante salário.

Em *Crítica da Razão Negra*, Achille Mbembe, indica esse processo de construção do *negro* na escravidão moderna, fazendo notar que “[N]egro, aliás, sempre foi o nome por excelência do escravo – *homem-metal, homem-mercadoria e homem-moeda*” (2018, p. 93, grifo como no original). A descrição de Mbembe remete ao processo ao qual as pessoas de origem africana foram submetidas com a escravidão transatlântica. Primeiramente extraídas da África, como um mineral, depois, sofrendo a fundição nas plantações coloniais do Novo Mundo e a conversão fiduciária pela Europa. Tais passagens compõem a peculiaridade da escravidão transatlântica e a inserem como estruturante do capitalismo moderno. O nome “negro” é o resultado desse processo, a partir do qual, também se inicia o longo e contínuo processo da elaboração do racial sob o delírio branco eurocêntrico. Isso quer dizer que capitalismo e raça são co-constitutivos.

A escravidão transatlântica demonstra, portanto, que a extração de riquezas ocorrida a partir das colônias estava indissociável da produção de raça em seu sentido moderno. A exploração do escravo o produzia enquanto “negro”, “[a]o fazer passar o escravo pelo laminador e ao pressioná-lo para dele extrair o máximo de lucro, não se convertia simplesmente um ser humano em objeto. Não se deixava nele apenas uma marca indelével. Produzia-se o negro, isto é, (...) o sujeito racial (...)” (MBEMBE,

2018, p. 82). E nesse sentido, salienta o autor, produzir o negro é produzir um *corpo de extração*, o que significa um corpo submetido a algum senhor e do qual busca-se extrair o máximo de rendimento possível.

E essa atribuição sob a alcunha “negro”, que passava a ser o sinônimo de escravo, acompanhou os povos de origem africana e seus descendentes. E a partir disso, habitar esse corpo seria sinônimo de luta contínua contra a branquitude que opera juntamente à exploração do capital. Trata-se de um processo contínuo e constantemente produzido na lógica do capitalismo. Sobre isso, nota-se que o período no qual se presencia o fim gradual da escravidão nos países das Américas coexiste, não por acaso, com o desenvolvimento e a proliferação de teorias raciais. O fim da escravidão não significou o fim da sujeição racial, pelo contrário, outros mecanismos foram desenvolvidos para cumprir com a contínua produção racial exigida pelo capitalismo moderno. Assim, o século XIX, da abolição, é também o período em que as ciências são habitadas por teorias que buscam *explicar* a figura do negro e a sua posição social através do discurso biológico. No Brasil, vemos a partir de meados de 1870 teorias baseadas no darwinismo social ganharem força na *intelligentsia* nacional (FRAGA, 2018). A preocupação maior oscilava entre não “degenerar” a raça branca e ao mesmo tempo branquear o todo. Há, portanto, na medida em que se caminhava rumo ao fim da escravidão, esforços sendo feitos para se comprovar a todo custo que o negro – os escravos e seus descendentes – era um ser degenerado, inferior, demonstrando não somente que a liberdade do negro era percebida como uma ameaça, mas que determinar seu lugar na sociedade era tarefa de prima importância para o funcionamento da sociedade – branca. De alguma forma tinha de se assegurar a produção do negro, o corpo de extração do qual o capitalismo depende integralmente. Raça cumpre com essa função ao ser instrumento de controle social aliado aos meios de manutenção e reprodução da estrutura econômica do capitalismo (racial) (MBEMBE, 2018).

A escravidão moderna representa, dessa forma, o início de um processo de produção da diferença que se realiza subjacente ao imperativo do capital. É nesse sentido que, considerando o papel da escravidão transatlântica na formação do capitalismo, Federici (2017) afirmou que a “acumulação primitiva” foi também uma

acumulação de diferenças e cisões na classe trabalhadora que emergia, pois raça – e gênero – sustentam hierarquias constitutivas do proletariado moderno. O sentido de raça que é elaborado no âmago da escravidão transatlântica continua a se reproduzir com o seu fim, por outros métodos, para garantir sobretudo a divisão do trabalho. Assim, no momento em que os ex-escravizados e seus descendentes passam a incorporar classe, e a exploração de sua mão de obra se torna assalariada, vemos que a opressão de raça atua oferecendo uma compensação não somente material, mas psicológica aos brancos.

A pobreza tem cor, já diria Maria Aparecida Bento (2014), e por isso ao considerar classe tem de se reconhecer que há um salário branco no sentido em que a branquitude garante aos brancos “remunerações” não materiais que os permitem não apenas ascender socialmente com mais facilidade simplesmente pela cor de pele, mas também usufruir de todo um universo de princípios de igualdade e liberdade que não são usufruídos da mesma forma pelas populações não-brancas. Sobre essa questão, do papel de raça sob a branquitude nas relações de classe, David Roediger (2007) fornece uma análise perspicaz ao ressaltar que a escravidão também deformou o branco, o que significa que os trabalhadores brancos e os brancos pobres exercem um papel importante na manutenção das cisões em classe e na divisão racial do trabalho, pois raça oferece uma compensação a sua situação de exploração.

No entanto, é uma ilusão pensar que raça no capitalismo cumpre somente o papel de dividir a classe trabalhadora. O fim da escravidão não significou uma total integração dos escravos e seus descendentes à classe trabalhadora. Não nos esqueçamos que o capitalismo necessita de domínios não commodificados e que raça – em seu sentido moderno – foi forjada no seio da escravidão e uma de suas funções foi garantir que o trabalho não remunerado fosse desempenhado por e produzisse o *negro* (e com ele também o branco). Ora, isso não acabaria com o fim da escravidão se o capitalismo continuou a operar e existir enquanto um sistema racial, como aponta Douglas Rodrigues Barros:

“Um dos diagnósticos que já podemos fazer de saída é que grande parte da tradição marxista ortodoxa apostou numa

vinculação total do componente racial à estrutura produtiva. O construto teleológico concebido como progresso, a noção de um desenvolvimento histórico em linha ascendente e a aposta no trabalho como suposta libertação incapacitaram uma crítica mais fecunda que decifrasse a forma como o componente de *desigualdade racial* fora integrado ao modo de funcionamento do capital” (BARROS, 2019, p. 95, grifo como no original).

É importante observar, sobretudo, que o escravo não era somente fonte de trabalho, não remunerável. O escravizado não era somente aquele de quem se explorava incansavelmente o trabalho, era também aquele que foi reduzido a não-humano ao ser transformado em mercadoria. E a sua transformação em mercadoria foi elemento determinante de sua sujeição racial. Visto como peça, foi objetificado, teve sua humanidade negada. Sendo mercadoria, o escravo se inseria em um novo tipo de cálculo que emergia com a colonização do *Novo Mundo*, no qual a mercadoria passa a ser a forma primária da riqueza e a partir do qual o modo de produção capitalista visa ao acúmulo sem fim de mercadorias. Enquanto escravo o negro tanto gera valor por meio do seu trabalho, como também é valor na medida em que é mercadoria (MBEMBE, 2018). No entanto, a mercadoria só tem valor enquanto trocada ou gerando riqueza no mercado. Então no momento em que deixa de *ser* mercadoria com o fim da escravidão que, paradoxalmente, é o mesmo momento em que sua mão de obra se torna mercadoria pois começa a ser trocada por salário, o negro passa a ser descartável (BARROS, 2019). A contradição reside no fato de que enquanto mercadoria o negro possuía algum valor vivo, mas isso andava lado a lado à sua desvalorização enquanto ser humano.

Isso significa que a única liberdade que a abolição garantiu para os ex-escravizados foi escolher entre ser livre para morrer alheio à integração na sociedade ou morrer trabalhando. O caso brasileiro de novo é emblemático. A Lei Áurea (1888), que consagra nossa abolição, só garantia a liberdade formal, mas nenhuma medida para providenciar os meios de subsistência para aqueles que ergueram o país, nem mesmo alguma reparação histórica (FRAGA, 2018). Conseguir um trabalho assalariado em uma sociedade marcada por séculos de escravidão, onde os libertos mal conseguiam

provar sua liberdade sendo muitas vezes aprisionados novamente²⁵, consistiu em um grande desafio e um de enorme necessidade para garantir a sobrevivência sob as novas condições de vida. Não seria da noite para o dia que aqueles que ficaram por séculos sem compor a estrutura de classe – apenas como condição de possibilidade de fundo – seriam vinculados à estrutura produtiva. Não seria imediatamente porque tampouco necessário. Quanto a isso vale notar a perseguição da vagabundagem em uma sociedade pós-abolição quando muitos negros passaram instantaneamente de fonte de trabalho inesgotável para não-trabalhadores, e por isso considerados “vagabundos”:

“Nos processos coloniais o negro foi aquele que, alijado dos processos modernizantes da indústria e comércio, tornou-se estigmatizado pela teologia do trabalho. Podemos lembrar aqui as diversas formas como a malandragem e a vadiagem se tornaram um componente epidérmico estruturado a partir do racismo naturalizado e, como efeito, até hoje o negro é visto como um vagabundo até que prove o contrário” (BARROS, 2019, p. 99).

Em uma sociedade de classes permanece a estigmatização daqueles que não estão empregados, ou seja, que não trabalham recebendo salário e também das muitas pessoas que estão nas ruas sem nenhum meio de subsistência. É algo tão enraizado que atestar que uma pessoa é trabalhadora é defender sua integridade moral, é tentar comprovar que se trata de uma vida digna de ser vivida e não descartada. Não ser totalmente integrado à estrutura de classe não é simplesmente uma herança colonial no sentido em que não é apenas decorrência de um passado escravocrata, mas algo que persiste porque raça continua a operar, determinando os lugares e papéis sociais da estrutura capitalista. Não por acaso que o período em que há a abolição da escravatura, e a percepção social é a de que os lugares de repente estão cheios de “vadios”, é também o período de proliferação das teorias raciais, o que mostra que o *racial* é constantemente produzido sob a sociabilidade capitalista e, além disso, que reforçar a ideia de que os libertos eram inferiores foi instrumental para nutrir a noção de que os negros eram incapazes de exercer os trabalhos assalariados, vistos como “modernos”,

²⁵ Sobre a questão da fragilidade da liberdade conquistada pelos antigos escravizados sugere-se especialmente a leitura de Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX) de Sidney Chalhoub (2010).

e, portanto, incapazes de se adaptarem à sociedade de classes, o que justificou sua exclusão social (CORD e SOUZA, 2018).

Para além de determinar a divisão racial do trabalho, raça determina, portanto, as vidas que são descartáveis e que não precisam ser integradas à estrutura de classe. É Mbembe que faz uma análise contundente sobre esse papel de raça:

“Enfim, a raça é uma das matérias-primas com as quais se fabrica a diferença e o *excedente*, isto é, uma espécie de vida que pode ser desperdiçada ou dispendida sem reservas. Pouco importa que ela não exista enquanto tal, e não só devido à extraordinária homogeneidade genética dos seres humanos. Ela continua a produzir efeitos de mutilação, porque originariamente é e será sempre aquilo em cujo nome se operam cesuras no seio da sociedade, se estabelecem relações de tipo bélico, se regulam as relações coloniais, se distribuem e se aprisionam pessoas cuja vida e presença são consideradas sintomas de uma condição-limite e cujo pertencimento é contestado porque elas provêm, nas classificações vigentes, do excedente. Enquanto instrumentalidade, a raça é, portanto, aquilo que permite simultaneamente nomear o excedente e o associar ao desperdício e ao dispêndio sem reservas” (MBEMBE, 2018, p. 73, grifo do autor).

Não há lugar para todos sob o sol colonial. Tal exclusão é profundamente marcada por raça, e está alinhada com os processos de reprodução do capitalismo. Logo, conceber raça apenas como um problema de classe é reduzir os aspectos de sua instrumentalidade e dificultar uma compreensão mais abrangente e crítica do papel que desempenha no capitalismo. Respondendo a críticas recebidas pelo seu livro *The Wages of Whiteness*, Roediger (2007) faz uma observação, que é ao mesmo tempo uma autocrítica, extremamente importante para a presente discussão porque pontua a grande questão que está em jogo aqui. Ao chamar atenção para a agência dos trabalhadores brancos na manutenção do racismo e como isso contribui para minar a própria luta de classe pois enfraquece a construção de uma camaradagem anticapitalista, Roediger se dá conta que ao olhar para os efeitos da branquitude somente a partir de classe permanece oculto o próprio fato de que o trabalho assalariado, no geral, foi transformado em trabalho branco. A própria maneira como o problema, isto é, como a relação entre raça e classe é formulada omite um dos funcionamentos mais perversos

da branquitude que é a própria exclusão das pessoas não brancas de trabalhos assalariados.

É nesse sentido também que podemos compreender a afirmação de que os interesses do Trabalhador e os interesses do Negro só seguem juntos até certo ponto – o qual se resume a melhores condições de salário e trabalho. Disso depreendemos que raça produz questões relativas ao âmbito do reconhecimento que atua na hierarquização de vários domínios sociais, não somente daqueles circunscritos à relação de classe, mas que em última instância não estão dissociados da maneira como a economia se organiza sob a lógica capitalista. Não necessariamente, portanto, a luta de classe por si só irá remediar o racismo. Há um limite imposto. Isso não quer dizer, no entanto, que há de se abandonar a luta anticapitalista. Ou que classe não importa. Mas que raça em seu sentido moderno é intrinsecamente relacionada ao capitalismo e isso não significa dizer que se resume à classe, ao domínio econômico (BALDWIN, 2012).

Em última instância, subjacente à questão de qual a relação entre classe e raça está a maneira como se concebe o capitalismo. E, nesse sentido, não admitir o que permanece de “fora” da estrutura de classe aponta para uma determinada maneira de se conceber o capitalismo e o papel de raça nele. Isto é, reduzir o papel de raça no capitalismo à constatação de que raça é classe reforça uma compreensão um tanto economicista acerca do capitalismo. E aqui voltamos à questão de que o capitalismo não é bem compreendido meramente como um sistema econômico, tampouco sua economia depende exclusivamente de relações Commodificadas, circunscritas ao mercado.

Como demonstram Nancy Fraser e Rahel Jaeggi, que trazem essa discussão sobre os limites de uma concepção “economicista” do capitalismo em *Capitalismo em debate* (2020), tal concepção restringe o entendimento sobre o capitalismo de duas formas interligadas, pois tanto reduz a economia capitalista a relações de mercado, o que oculta a maneira como o capitalismo gera valor a partir de domínios não Commodificados, ou seja, como gera valor para além da exploração assalariada do trabalhador livre, como também, ao fazer isso, negligencia como essas divisões entre

domínios commodificados e não commodificados são estruturadas socialmente para além da divisão de classe. Em outras palavras, ao reduzi-lo a um sistema econômico negligencia-se como o capitalismo mobiliza outras instâncias de nossas vidas para continuar funcionando, como ele nutre aspectos sociais e políticos – como é o caso das divisões de gênero e de *raça* – e como esses domínios de nossa vida social estão vinculados a outros modos de subsistência que não estão diretamente circunscritos às relações de mercado, ou seja, não podem ser totalmente compreendidos através de classe, mas que ao mesmo tempo atuam como o que Fraser denominou de *condições de possibilidade de fundo* da economia capitalista pois permitem a reprodução das relações sociais mercantilizadas.

Segue-se, desse modo, que uma concepção “economicista” – como vemos presente em abordagens mais ortodoxas da tradição marxista – trata o capitalismo como um sistema econômico que homogeneíza todas as relações sob os imperativos do mercado, assumindo dessa forma que o único trabalho por meio do qual o capitalismo gera valor é o trabalho livre – que é justamente o trabalho que se insere no mercado por ser transformado em mercadoria podendo, assim, ser trocado por salário. Partindo do pressuposto de que o capitalismo busca commodificar todas as relações, impede-se de reconhecer como o capitalismo depende de condições que assegurem a existência de domínios à parte das relações de mercado, nos quais outras formas de garantir a subsistência, que não pelo salário, se fazem presentes. Embora nesses domínios estejam presentes práticas contrárias aos princípios do mercado por contarem com outros modos de vida que escapam à lógica de “comodificação” – modelos comunitários de gestão, que garantem relações de permuta de alimentos, favores, cuidados, etc –, estes domínios não se encontram dissociados da lógica de acumulação capitalista uma vez que a exclusão do mercado de trabalho também acarreta em uma situação de precariedade e sujeição atreladas às condições de existência de trabalhos que são *explorados*²⁶ sem ser pagos. Ou, trabalhos que são expropriados, porque confiscados

²⁶ É importante fazer uma observação em relação à maneira como o termo “exploração” vem sendo utilizado nesse trabalho. Ao longo do texto foi feita a distinção entre exploração assalariada e exploração não assalariada para se referir respectivamente à diferença entre os trabalhos livres, desempenhados sob a categoria de classe, e aqueles outros que não – o trabalho doméstico, escravo, fora da economia formal, etc. Porém, apesar de Federici utilizar “exploração” também para se referir ao processo de extração de

sem a mediação de uma troca contratual que garante o salário (FRASER e JAEGLI, 2020).

Em outras palavras, significa dizer que a necessidade de garantir outras formas de sustento surge em decorrência da exclusão do mercado de trabalho, que priva da subsistência conferida pelo salário, e que está associada à marginalização e à sujeição de corpos a trabalhos não remunerados cuja expropriação permite o barateamento do custo da mão de obra paga e com isso o maior acúmulo de mais valor. Fraser e Jaeggi (2020) estão, dessa forma, chamando atenção aos trabalhos – muitas vezes não reconhecidos como tal – que garantem um processo contínuo de acumulação de capital e atuam como condição de possibilidade da remuneração da mão de obra do trabalhador livre ao reduzirem os custos de sua reprodução uma vez que sendo trabalhos expropriados barateiam a cadeia de produção e assim os custos de consumo e o valor do salário que é necessário conferir à subsistência dos trabalhadores livres. São os trabalhos excluídos da economia oficial, exercidos de maneira ilegal, por exemplo, ou fora do amparo dos direitos trabalhistas, em situação análoga à escravidão.

Não é possível, no entanto, captar esse “outro lado da história”, dos trabalhos expropriados, sem um olhar racializado, porque raça é uma das condições, mencionadas, que garante a divisão entre os domínios commodificados e os não commodificados. Isso significa que a exclusão do mercado de trabalho é perpassada por uma questão de reconhecimento. Raça, nesse sentido, assegura a diferença de status entre aqueles que devem ser considerados sujeitos livres e aqueles despojados de qualquer proteção formal que garanta seus direitos de, inclusive, utilizar livremente de sua força de trabalho. Essa vulnerabilização garantida pela opressão racial é convertida em trabalhos precários e informais a serem desempenhados por populações não brancas, hierarquizadas sob a branquitude. A exclusão do mercado de trabalho é, desse modo, uma exclusão racial, e atua de forma a determinar os critérios sob os quais se dará a contratação da mão de obra livre, a sua remuneração, e por isso sendo em última

mais-valor por meio do trabalho escravo, veremos que Fraser traça uma distinção entre exploração e expropriação, sendo o primeiro termo utilizado exclusivamente para se referir ao trabalho assalariado. Para Fraser, todos os demais trabalhos não são explorados, mas expropriados porque confiscados sem o intermédio de uma relação contratual representada pelo salário.

instância “absorvida pela estrutura produtiva do capital” (BARROS, 2019, p. 153). Considerando a relação desses trabalhos desempenhados às margens da relação de classe com o processo de contínuo acumulação de capital, a conclusão que se segue, portanto, é “que a sujeição racializada daqueles que o capital expropria é uma condição de possibilidade oculta para a liberdade daqueles que ele explora” (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 64).

A partir dessas considerações observa-se que as implicações de se adotar uma abordagem “economicista”, como foi denominada, tanto limita a compreensão de como a economia funciona no capitalismo dependendo de domínios não commodificados, quanto oculta o papel de questões relacionadas a reconhecimento – isto é, o papel das identidades – na sociabilidade capitalista. No esforço de ampliação da concepção sobre o capitalismo Fraser e Jaeggi (2020) estão chamando atenção justamente para o fato de que o capitalismo é muito mais do que um sistema econômico, mas que também a economia capitalista não é composta somente por relações circunscritas ao mercado. Porém, não é possível reconhecer isso sem apreender a conexão estrutural que a opressão racial e a sociedade capitalista mantêm entre si. Disso decorre que compreender o papel de raça apenas como o de produzir divisões de classe está intimamente vinculada a uma concepção reduzida sobre o capitalismo. Entender, pois, o papel de raça no capitalismo envolve uma análise que mobiliza diferentes níveis, alguns mais ocultos e outros mais visíveis, dentre os quais a relação entre raça e classe é apenas o lado mais visível.

Nesse sentido, as implicações de abordagens que reduzem a concepção do capitalismo a sinônimo de classe, isto é, à divisão entre proprietários e proletários, não são apenas “economicistas” mas, sobretudo, eurocêtricas por não levarem em consideração os processos que ocorreram no Atlântico na constituição do capitalismo. Em *How the West came to rule*, Alexander Anievas e Kerem Nisancioglu (2015) demonstram esse ponto ao argumentarem que ao focar na experiência da Europa, sobretudo da Inglaterra, a tradição marxista desconsiderou outras formas de extração de mais valor que não aquela oriunda da exploração assalariada, o que corroborou com

a visão ortodoxa e eurocêntrica de que os trabalhos desempenhados para além da Europa eram não-capitalistas ou ainda resquícios pré-capitalistas.

No entanto, como buscou-se demonstrar ao longo da presente seção o processo de surgimento de classe, e a sua manutenção, é inconcebível sem a produção de sujeitos raciais que ocorre a partir da expansão europeia no Atlântico. Além disso, um olhar mais atento sobre esse processo de coconstituição entre raça e classe demonstra que ele é ancorado na divisão entre domínios commodificados e não commodificados – como demonstrado pela divisão entre o trabalho escravo e o trabalho livre que surgia localizado na Europa e dependente da existência do primeiro. Divisão que expressa o processo de associação de papéis e lugares na “nova estrutura global de controle do trabalho” de acordo com as novas identidades produzidas sob a inteligibilidade de raça em seu sentido moderno (QUIJANO, 2005, p. 108).

Ao refletir sobre o papel da escravidão de origem africana na constituição do capitalismo, o intuito da presente seção tratou-se, portanto, de um esforço de “historicização” de raça como indissociável da formação do capitalismo, ao mesmo tempo em que se buscou demonstrar que reconhecer tal relação estrutural não significa reduzir o papel de raça à estrutura de produção ou às relações de mercado.

Façamos ecoar as palavras de Césaire (1978), e compreendamos que a proletarianização do mundo acompanhou a colonização, a qual foi sinônimo da *coisificação*. E isso significa dizer que subjugado ao poder do branco estiveram tanto o trabalho negro quanto a sua descartabilidade, pois acompanhando a formação das relações materiais capitalistas esteve a negação da humanidade, a objetificação dos povos de origem africana. Em outras palavras, o papel de raça no capitalismo vai se configurando de forma a não somente produzir divisões na classe trabalhadora, mas a produzir corpos que não são totalmente absorvidos pela estrutura de produção capitalista. Raça também determina os “excedentes”. Ou seja, ao determinar aqueles que serão totalmente incluídos na estrutura produtiva, e aqueles que serão os proprietários, também determina aqueles que serão mortos e encarcerados como medida política, e também o contingente de desempregados e “vagabundos”.

Em suma, refletir sobre o papel desempenhado pela escravidão transatlântica orienta, desse modo, para uma compreensão do capitalismo como um sistema intrinsecamente colonial, e, portanto, racial. Isso quer dizer que não é possível compreender o capitalismo em sua complexidade se não considerarmos o papel de raça na sociabilidade capitalista. E, nesse sentido, foi argumentado que há de se romper com uma análise economicista e eurocêntrica que ao compreender o capitalismo meramente como um sistema econômico reduz o papel de raça à manutenção das relações de classe.

Se não é possível compreender como o capitalismo é racial sem levar em consideração os efeitos da expansão europeia no Atlântico, deve-se considerar o que significou esse encontro colonial empenhado pela Europa e como raça foi sendo forjada espelhando o processo de dominação europeu. É preciso se perguntar porque foi necessária e como se deu a objetificação dos colonizados e o que significou a hierarquização de status instaurada com a modernidade. Os brancos têm de se fazer a pergunta: por que precisaram da invenção do negro em primeiro lugar? Ora, como foi debatido até aqui, para a sustentação e criação de todo um universo de relações sociais que deram origem a um modelo de vida onde o mundo se tornou pequeno e pode-se adquirir tudo desde que seja um “bom homem trabalhador”. Mas a invenção de raça na modernidade vai para além dos efeitos materiais. O branco precisou do negro porque sem sua fabricação não teria se constituído como tal. É para essas questões que se volta a segunda seção do presente capítulo, para um olhar mais cuidadoso sobre o signo racial moderno (BALDWIN, 2017).

2.2. O signo racial na modernidade

Procurou-se demonstrar na seção anterior que compreender o capitalismo meramente como um sistema econômico – e cuja economia dependente apenas de relações incluídas no mercado – acaba por ser uma visão limitada e excludente na medida em que deixa-se de considerar outros aspectos, que apontam para o caráter colonial do capitalismo. Aspectos que remontam a outras dinâmicas de poder, que

dizem respeito à maneira como as identidades são reconhecidas. Tais dinâmicas conformam as normas que corroboram com o modo de organização do capital, mas também são, paradoxalmente, contrárias a esse fim em certos momentos, não podendo ser, portanto, resumidas à lógica socioeconômica. Como buscou-se argumentar, há um lado “não econômico” que compõe o capitalismo, pois a economia não funciona de maneira independente de outros domínios de nossa vida (FRASER e JAEGGI, 2020).

Igualmente reducionista, nesse sentido, é presumir que raça é fundamentada exclusivamente pelo âmbito econômico. Se por um lado, como salientou Douglas Rodrigues Barros “não podemos perder de vista a história socioeconômica que engendrou essa noção de diferenciação” (2019, p. 47), história que foi gestada a partir da colonização das Américas e que teve como pilar o trabalho de origem africana; por outro lado, lembremos de Achille Mbembe: “é falso pensar que a lógica racista é apenas um sintoma da depredação de classe ou que a luta de classes é a última palavra da ‘questão social’” (2018, p. 76).

Apesar de indissociável do capitalismo, considerar, dessa forma, raça como uma invenção da burguesia, como algo manufaturado e implantado na sociedade pelas classes burguesas com o fim de dividir e minar a luta dos trabalhadores – como muitos trabalhos marxistas defendem²⁷ –, é limitar a compreensão de raça a um problema social de ordem apenas econômica e com isso desconsiderar o capitalismo em sua complexidade colonial. Tal limitação reflete uma questão epistemológica de natureza também ontológica.

Teorias que compõem a tradição teórica radical europeia, como o Marxismo, são em si uma construção ocidental, são fruto do pensamento ocidental, ou seja, são reflexo das experiências do povo europeu, de sua cultura. Não considerar esse fato impele a ofuscar elementos que possuem consequências que não devem ser

²⁷ Podemos encontrar determinada visão inclusive no trabalho de Federeci (2017) já citado, mas também em toda uma tradição que marca os estudos marxistas sobre a questão racial nos Estados Unidos. Trabalhos como *How The Irish Became White*, de Noel Ignatiev (1995), e *The Invention of the White Race* de Theodore Allen (1994 e 1997), por exemplo.

descartadas. Consequências que estão circunscritas aos efeitos do eurocentrismo na constituição da modernidade. Epistemologicamente falando, tais consequências estão intimamente relacionadas à presunção embutida nas teorias críticas ao capitalismo que o seu desenvolvimento pode ser entendido exclusivamente por meio de uma racionalidade econômica facilmente rastreável à burguesia (europeia), o que perde de vista o impacto da dominação colonial bem como as peculiaridades culturais europeias e a sua função na formação do capitalismo – e, consequentemente como veremos, os processos que culminariam na formação da própria ideologia burguesa, com seus princípios de igualdade e liberdade tendo sido formados no seio do processo de sujeição racial que negou a liberdade e a igualdade, a possibilidade de realização do sujeito universal, para todos aqueles que não brancos (ROBINSON, 2000, p. 2).

De maneira muito próxima ao que foi argumentado a partir de Robinson (2000), porém indo mais além na reflexão crítica sobre os horizontes do pensamento moderno, em *Toward a Global Idea of Race* (2007), Denise Ferreira da Silva argumenta que o racial não pode ser totalmente compreendido por meio de abordagens sociológicas ou da economia política uma vez que costumam tratar raça como um elemento subjacente ao nacionalismo e classe, o que reduz raça a um aspecto secundário que atuaria “como uma ajuda simbólica ao que são, contrariamente, mecanismos propriamente modernos (sociohistóricos) de exclusão da universalidade econômica e jurídica” (SILVA, 2007, p. xxvi). Nessa perspectiva sobre a sujeição racial, marcada pelo que a autora chama de “lógica sócio-histórica da exclusão”, raça é alheia ao pensamento moderno e à sua paisagem ética e por isso é inscrita apenas como uma contribuição, em certo sentido inadequada, à sujeição de classe. Com isso, Ferreira da Silva está chamando atenção para os limites historicistas que as análises sociológicas possuem e para a tendência presente nesse escopo, mais especificamente manifestada no materialismo histórico, de resistir em abordar o racial como uma estratégia de poder inerentemente moderna (SILVA, 2007, p. xxvii).

No entanto, embora muito do que foi abordado no primeiro capítulo do presente trabalho tenha sido na direção de considerar, justamente, que o capitalismo e a sua estrutura racial não são o produto de uma racionalidade burguesa existente a priori, que

teria guiado a expansão europeia no Atlântico; e que as seções que se seguiram até aqui tenham se voltado, em tom geral, ao esforço de historicizar raça e demonstrar a sua indissociabilidade da formação do capitalismo, pouco se abordou até agora sobre o aspecto ontológico da construção do racial na modernidade. Pouco foi explorado sobre raça em seu sentido moderno no que tange à questão do reconhecimento e à produção das identidades modernas. A presente seção se propõe, dessa forma, a refletir mais atentamente sobre a construção racial, o que envolve pensar sobre o processo de fabricação do Negro e do Branco²⁸, bem como as ambiguidades e contradições que o signo racial provoca. Adentra-se neste momento no terreno dos termos de uma construção “falsa”, uma vez que, como demonstra Mbembe “(...) a raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A raça não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica (...)” (2018, p. 28). Isso não significa, porém, que raça não tenha efeitos reais ou materiais. Como vimos, muito pelo contrário.

Desse modo, se até agora o presente trabalho tangenciou as implicações sociais e econômicas ao abordar a relação entre raça e classe, o que se propõe agora é dar um passo atrás, como quando precisamos nos afastar para conseguir enxergar um quadro de grandes dimensões a partir de outra perspectiva, e visualizar os limites dentro dos quais se situam tais implicações. Para entender os limites dessa construção moderna que é raça julga-se como crucial voltar-se uma vez mais ao encontro colonial e às suas consequências. Pois é a partir do encontro colonial – ou como vem-se denominando ao longo do trabalho, da expansão europeia – que os processos envolvidos na manufatura de raça, esse delírio que a modernidade produziu (MBEMBE, 2018), podem ser compreendidos.

²⁸ Vale observar que raça não diz respeito somente à dicotomia negro/branco. A construção racial hierarquiza diferentes identidades sob a branquitude, inferiorizando desse modo populações não-brancas. Este trabalho não questiona a racialização de outros grupos (como dos povos indígenas, por exemplo) porque se propõe a investigar raça de uma perspectiva teórica que assume não ser possível compreender raça – o seu significado e como opera – sem considerar como central a invenção do negro pelo delírio branco e europeu.

Ferreira da Silva chama atenção para esse momento, em muitos sentidos inaugural, que o encontro colonial representa. A expansão europeia, principalmente pelo fato de ter culminado na conquista das Américas, não se resume apenas a um evento histórico e, assim, a um momento no tempo, mas trata-se sobretudo de um evento espacial, porque envolveu a nível global o deslocamento dos europeus a diversas partes do planeta e ao engolimento de seus povos, terras e recursos (2007, p. 2). Assim, o encontro colonial é a paisagem tanto temporal quanto espacial a partir da qual se origina ambos o conquistador e o nativo.

Uma vez que a apropriação material europeia de outras terras e recursos (e, não podemos nos esquecer, de corpos) não somente foi acompanhada por, como também exigiu, a *apropriação simbólica* dos nativos (não apenas das Américas como vimos), esses acontecimentos já em seu início estiveram mediados pelo rearranjo da gramática moderna e marcam o início de um processo de desenvolvimento de um tipo bastante específico de produção de conhecimento – que diz respeito ao deslocamento da autoridade epistêmica para a História e a Ciência enquanto dois campos fundamentais de representação moderna –, que ocorreria nos 300 anos subsequentes desse “primeiro encontro” (SILVA, 2007, p. 2). Processo que desenvolveria a noção de raça – o “conceito do racial” nas palavras da autora – e que transformaria o globo no “contexto ontológico moderno”.

A expansão europeia no Atlântico inaugura, dessa forma, um conjunto de processos que dão origem à “elaboração do racial”. Assim, não significou somente o rearranjo das relações de produção. Há de se reconhecer nesse sentido que – sendo o capitalismo não apenas um sistema econômico – os termos de reconhecimento de que o capitalismo se utiliza são inerentemente modernos e coloniais. Há, no entanto, certos perigos em tratar desse contexto a partir da lente que privilegia o entendimento através da “expansão europeia”, principalmente em relação ao entendimento da “diferença” na modernidade. Retomemos algumas considerações já realizadas ao longo desse trabalho.

A esse respeito, Paulo Chamon e Victor Coutinho Lage (2016) chamam atenção para o fato de que implícito na lógica de “expansão e recuo” para tratar da história e política mundiais está o desmerecimento do encontro com outras partes, vistas como o “resto do mundo” em contraposição à Europa. Uma vez que subsumido ao termo “expansão” está a noção de que algo foi expandido sem encontrar nenhuma resistência, num desenvolvimento linear, de maneira inalterada, homogênea e inabalável ao “encontro”, oculta-se dessa forma, a própria natureza do “encontro”, negligenciando as outras partes envolvidas na constituição da modernidade que não a Europa e as alternativas tanto passadas quanto futuras à modernidade e na modernidade. O Eurocentrismo é, portanto, constitutivo dessa negação uma vez que é o responsável pela pretensão de universalidade do pensamento e experiência europeus e reflete um entendimento específico sobre a modernidade: um no qual o mundo é constituído a partir da Europa – seja o capitalismo, seja a sociedade internacional – e depois é expandido. Os autores então se propõem a questionar a “*negação da coevidade*”²⁹ das diferenças” embutida na lógica eurocêntrica por meio da problematização que a noção de encontro colonial oferece a esse respeito.

Problematização essa que é também muito útil aos propósitos do presente trabalho que, ao se utilizar da expansão europeia no Atlântico como elemento central para se compreender o encontro colonial, corre o risco de compactuar com uma visão um tanto quanto eurocêntrica da modernidade. O que, por sua vez, é o oposto do que se buscou demonstrar ao longo dos capítulos, tanto sobre o esforço de salientar uma noção de história que não é um claro desenvolvimento permeado por rupturas, quanto no que diz respeito às considerações sobre o capitalismo enquanto constituído a partir de vários locais e encontros, não podendo ser circunscrito à história europeia.

Mas, por outro lado, não se pode desmerecer a importância de compreender o movimento de “expansão” da Europa, visto as consequências de sua dominação colonial global. Afinal, são os deslocamentos dos europeus e seus descendentes – e de

²⁹ Conceito de “negação da coevidade” (*denial of coelvaness*, em inglês), que seria, resumidamente, a negação pelo discurso moderno da coexistência entre diferentes mundos, saberes e teorias como algo constitutivo da modernidade.

nenhum outro povo – que são nomeados e entendidos por meio dos termos “colonialismo”, “imperialismo”, “globalização”, etc. Nesse sentido, a “expansão da Europa no Atlântico” trata-se de uma expressão útil para denotar o movimento espacial e temporal que envolve o encontro colonial e o início do processo, como mencionado, de formação de raça em seu sentido moderno. O que parece estar em jogo aqui, portanto, não é a questão de abordar a Europa, mas a maneira como fazê-lo ao tratar do encontro colonial. É preciso ter em mente que a modernidade não é absoluta em seu eurocentrismo. De novo, trata-se de uma questão ontoepistemológica. Há um desafio implícito que, no entanto, não pode ser totalmente superado (SILVA, 2007, p. 3).

Tratar do encontro colonial sempre será um exercício demasiado complexo e ambíguo. No caso do presente trabalho, apesar dos limites e problemas apresentados, a escolha pelo termo “expansão” é feita com o intuito de exprimir o argumento de que um olhar atento e não eurocêntrico sobre a expansão da Europa no Atlântico nos diz muito sobre como a colonização foi se constituindo e, com ela, o capitalismo, sendo assim de grande importância na tarefa de pensar raça e sua relação com estes processos.

Como foi argumentado no primeiro capítulo, a “descoberta” foi um processo de criação, mas uma criação que deve ser entendida ambigualmente: que foi sendo formada do choque entre predisposições culturais do dominador e os elementos não familiares do mundo que surgia por meio do encontro. Isso significa que não apenas a expansão europeia no Atlântico significou encontros que foram entendidos a partir da ótica da alteridade, mas que tais acontecimentos foram filtrados através de percepções do contexto cultural (medieval) que permeava a Europa da época (CONNOLLY, 1989, p. 323-324). Por isso que compreender os elementos estruturais que compunham a sociedade feudal europeia é tarefa chave para compreender a constituição da modernidade capitalista (ROBINSON, 2000).

Ou seja, não é que pelo discurso moderno as diferenças são inexistentes, mas que o apagamento dos diferentes saberes e culturas pela dominação colonial se fez acompanhar pela leitura europeia das diferenças, o que significou o início de um processo de produção de diferenças bastante específico, ao qual raça seria fundamental.

É aí que se encontra a peculiaridade do eurocentrismo: ao transformar-se no centro do moderno sistema-mundo, a Europa desenvolveu um traço comum a todos os dominadores – o etnocentrismo – porém, a singularidade do caso europeu é a justificação de sua superioridade na classificação racial universal (QUIJANO, 2005, p. 111).

Há, contudo, ainda outro detalhe importante ao qual se atentar. Não se pode ocultar o fato de que a “Europa” foi se constituindo mediante esse processo. Embora a colonização europeia tenha se fundamentado em diversos epistemicídios, isto é, na apropriação e apagamento de diversas outras culturas e saberes, a obra de Robinson nos faz lembrar que em última instância não se trata disso, essa não é a questão. Não se trata meramente de uma questão de superioridade ou de provar que a África é “civilizada”, ou ainda que os “outros” da Europa não são pré-modernos. O que não se pode perder de vista é que toda essa violência epistêmica que acompanhou a violência física envolvida na apropriação material tratou-se sobretudo da fabricação da Europa como a entidade puramente responsável pela modernidade e, de outro lado, da fabricação do negro (KELLEY 2000, p. xiv).

Nesse sentido, alerta Robinson (2000) que a fabricação da Europa tratou-se de um exercício muito trabalhoso, que exigiu altos custos intelectuais e psíquicos empenhados pelo Ocidente durante séculos, porém era obrigatório. Ora, se nos atentamos à centralidade do trabalho de origem africana na gestação do “novo mundo”, percebemos a necessidade de tal projeto que envolveu a transformação do escravizado africano em *Negro* e o consequente apagamento do papel dos saberes afrodiaspóricos e sua contribuição na composição da modernidade. Desse modo, não apenas o negro é o manifesto explícito da fabulação europeia, mas o constituinte do próprio conjunto imaginário que atende por Europa (MBEMBE, 2018).

Portanto, se por um lado compreender a sociedade europeia (“pré-encontro”) é importante para identificar as consequências de sua dominação material e sociossimbólica e os elementos que constituem o lado do colonizador, por outro lado, considerando o pressuposto lógico de que o eurocentrismo se consolida conforme a

Europa vai se tornando o “centro do mundo”, o que surge a partir do encontro colonial é algo novo, no sentido em que diz respeito à Europa constituída mediante a dominação. Reconhecer isso é crucial não somente ao propósito de historicizar raça mas de situá-la enquanto estratégia de poder inerentemente moderna e colonial (SILVA, 2007) e força motora oculta da modernidade capitalista (BARROS, 2019). Afinal, raça em seu sentido moderno e o eurocentrismo se constituem mutuamente a partir dos acontecimentos que se sucedem no Atlântico.

Isso significa que, embora a criação do Negro encontre os antecedentes de sua fabricação na história das opressões sofridas pelos irlandeses e povos escravos (*slaves*) (ROBINSON, 2000) – isto é, nos racialismos existentes na sociedade feudal europeia – é preciso constatar que sua fabricação esteve intimamente relacionada ao trabalho escravo de origem africana empenhado no “Novo Mundo”, mas não o precedeu. Assim, deslocar a compreensão para o encontro colonial não deve cair em uma análise que enxerga como já existentes as justificativas para a colonização, como muitas abordagens o fazem. Pelo contrário, deve justamente chamar atenção para como o racial vai sendo conformado a partir desses encontros, sendo uma impossibilidade tanto cronológica quanto ontológica constatar que “os outros subalternizados” já estavam instaurados.

Inclusive, essa é uma das questões que impera em *Toward a Global Idea of Race*: investigar como o racial institui os outros da Europa como sujeito subalternos. Porque antes da modernidade eles não eram os outros racializados, por mais que as abordagens históricas com as quais engajamos nos traíam pela linguagem, pois não conseguimos recontar a história sem utilizarmos a linguagem moderna, instaurando assim o outro onde ele ainda estava se formando ou nem havia surgido, onde “não existia”. Pois, “a Historicidade não consegue dissipar seus próprios efeitos de poder” (SILVA, 2007, p. 7). Assim, o que a autora está sugerindo é que a sujeição racial não deve ser concebida como um processo de alterização, de exclusão, no qual um outro já existente se torna o local de projeção de atributos não quistos.

Como dito anteriormente, fruto e ao mesmo tempo constituinte do imaginário europeu, a invenção do *sujeito racial* envolveu um intensivo, paciente e custoso trabalho de formulação de mitos, histórias, contos e produção de conhecimento científico (MBEMBE, 2018). Os mecanismos de significação e o aparato que dá sentido à raça em seu sentido moderno se baseiam num projeto de conhecimento, no qual a História e Ciência se formam enquanto campos privilegiados e legítimos de saber sobre o homem. Em outras palavras, quer dizer que a noção de raça e a de neutralidade científica nascem de um mesmo movimento (BARROS, 2019, p. 35).

Desse modo, acompanhando a formação racial esteve o deslocamento da autoridade epistêmica eclesiástica para o discurso científico. Como foi abordado no primeiro capítulo, justificativas cristãs fizeram as mediações dos encontros coloniais e deram sentido moral à escravização de povos africanos – especialmente a partir do mito da redenção de Cam, cada vez mais formulado e recuperado de maneira a se referir aos povos de pele escura. Mas, a noção racial moderna não se desenvolve sem um discurso científico sobre o corpo, sobre o biológico, afinal, raça e o negro são duas figuras gêmeas do delírio que a modernidade produziu e dizem respeito à redução “(...) [d]o corpo e [d]o ser vivo a uma questão de aparência, de pele e de cor, outorgando à pele e a cor o estatuto de uma ficção de cariz biológico (...)” (MBEMBE, 2018, p. 12-13).

O discurso científico com seus mecanismos que visam a catalogar, classificar e categorizar o ser humano a partir de uma visão taxonômica é, portanto, indissociável ao processo de construção de raça.³⁰ É a partir do aparato científico que raça se torna capaz, hábil, a produzir corpos a serem inteligíveis a partir de uma diferença irreduzível que tenta ser constantemente rastreada pelo biológico. Nesse sentido, Ferreira da Silva (2007) alerta para a fragilidade de abordagens que ficam presas aos elementos subjetivos e culturais europeus ao buscar compreender o funcionamento de raça, esquecendo que o racial foi sendo construído concomitante ao discurso científico não podendo ser dissociado do funcionamento do jogo da razão universal.

³⁰ Como vimos sobre a proliferação de teorias eugênicas no momento da abolição no Brasil do século XVIII, e sua necessidade para a legitimação da desigualdade e exclusão social por meio da fundamentação da noção de raça.

Na leitura de Silva (2007) raça é um dispositivo moderno de poder e, sendo assim, é algo produtivo – produz os corpos que serão compreendidos a partir do prisma das identidades modernas. Portanto, é a essa associação entre raça e a autoridade epistêmica moderna que devemos prestar cuidadosa atenção, pois é a partir da ciência, do pensamento moderno que se confere à raça estatuto de verdade e com isso a força de instituir os outros da Europa. Em outras palavras é essa associação que vai compor a fabulação ocidental sobre os povos dominados e sobre si mesmo, inaugurando a patologia da identidade moderna (BARROS, 2019).

Mbembe explora o papel decisivo da modernidade para a formação da *razão negra*, que consiste “num conjunto de vozes, enunciados e discursos, de saberes, comentários e disparates, cujo objeto são a coisa ou as pessoas ‘de origem africana’ e aquilo que se afirma ser seu nome e sua verdade (...)” (MBEMBE, 2018, p. 60). Essa razão negra é composta pelo que Mbembe chama de dois textos, e possui raça como armação. A modernidade foi decisiva para o que o autor denomina de razão negra porque é com ela que surge pela primeira vez o termo “negro” para designar todos aqueles de origem africana, em toda sua diversidade.

É nesse sentido que Mbembe (2018) afirmará que é no Atlântico – a partir de suas colonizações e o empreendimento da escravidão moderna – que este vai se tornando o centro no qual uma nova consciência planetária emerge, consciência intimamente relacionada à ideia de raça.

Ora, como se discutiu até aqui, é no Atlântico que o negro é fabricado. É no seio da escravidão de origem africana empenhada nas colônias europeias do Atlântico que o negro surge. Não é possível, no entanto, compreender o processo de conversão do escravizado(a) de origem africana em negro se não se atentar para o fato de que escravidão transatlântica é responsável pela maior diáspora africana da história e que esse fator é intimamente associado à gênese capitalista. É no berço do capital, nas relações coloniais, que a diferenciação de raça se tornou possível (Barros 2019, p.39).

Há de se considerar, nesse sentido, que raça surge na modernidade para hierarquizar grupos de pessoas e relegar algumas à zona do não-ser, como Fanon (2008)

em *Pele Negra Máscaras Brancas* afirma. Essa zona é o lugar ocupado pelo corpo racializado do negro. Essa destituição da humanidade constitui a condição alienante do negro. É a partir dessa objetificação que raça fabrica o negro enquanto *corpo de extração*, isto é, enquanto corpo cuja existência é objetificada e reduzida à instrumentalização na cadeia produtiva do capitalismo. É essa invenção que propiciou uma das formas mais eficazes de acúmulo de riqueza, o que foi força motriz para o capitalismo mercantil que se desenvolvia (MBEMBE, 2018). Assim, há de se notar que a inscrição dos corpos no capitalismo foi forçosamente acompanhada dos mecanismos ensejados por raça. Como mencionado no primeiro capítulo, a divisão do trabalho que passa a operar sob o capitalismo é racial, é baseada na tecnologia de controle da força de trabalho desenvolvida a partir da experiência nas colônias.

A produção do negro como *sujeito racial* e como *corpo de extração* ocorre, portanto, de maneira concomitante, intrínseca, determinando um reconhecimento e uma distribuição material desigual. A colonização e o capitalismo são sistemas indissociáveis que não produzem o corpo do negro somente como corpo a ser exaustivamente explorado e descartado, mas também como sujeito inferior subjetivamente. Na verdade, um não poderia se realizar sem o outro. Isso significa que as relações materiais foram acompanhadas, imperativamente, de um processo de desumanização, de empobrecimento ontológico de populações não europeias (BARROS, 2019).

Esse processo diz respeito a uma das narrativas sobre a razão negra: *a consciência ocidental do negro*. A consciência ocidental a respeito do negro diz respeito à produção do negro como um objeto, como um selvagem, sem conhecimento, sem cultura. A figura do Negro se tornou vinculada a um estereótipo inferior. Isso implica que o negro não existe como inferior, ele precisa ser produzido como tal. Portanto, a produção do negro como *sujeito racial* envolve um conjunto de discursos e práticas que têm por objetivo conferir ao negro a imagem de selvagem, moralmente, intelectualmente e culturalmente inferior. Trata-se de um *juízo de identidade*, uma designação forçada. (MBEMBE, 2018, p. 62).

Embora *raça* e *negro* sejam sinônimos no imaginário europeu, *raça* não diz respeito somente ao negro. Branco e negro surgem como os dois lados da moeda desse vazio constitutivo da modernidade que é *raça*. Vazio porque, assim como o negro, o branco também não existe, porém ambos tiram forças dos processos instaurados com a colonização (MBEMBE, 2018, p. 88). Assim, o significante racial também foi responsável por trazer a figura do *branco* à tona. Segundo Mbembe, a narrativa ocidental fez o trabalho de posicionar o sujeito branco ao centro de todo significado. Ao fazer isso, reconheceu – ou melhor, reconheceu mal – qualquer um que não fosse branco, ou não fosse similar ao “Eu” ocidental, como anormal. O sujeito branco ocidental precisou dessa narrativa racial para que pudesse existir enquanto *branco*, isto é, como uma identidade neutra, universal e naturalmente superior. Ao fazer isso, todos aqueles não similares ao ‘Eu’ ocidental são reconhecidos como fora da norma, como marcados pela diferença. Segundo Mbembe, a produção do negro como sujeito racial suscita no sujeito branco questões como “quem é ele? Como o reconhecemos? O que o diferencia de nós?” (MBEMBE, 2018, p. 60-62).

A partir dessas perguntas percebe-se que os termos do reconhecimento dos sujeitos modernos privilegiam a posição do sujeito branco. O sujeito que se faz essas perguntas acredita ser neutro. A diferença, a não-norma, é projetada no Outro. Grada Kilomba (2019) mostra que a *diferença* no racismo se exprime em relação ao branco, que é tido como a *norma*. É a partir da maneira como a diferença é articulada sob o racismo que notamos que “a branquitude é construída como ponto de referência a partir do qual todas/os as/os *Outras/os* raciais *diferem*”, de maneira sempre inferiorizada (KILOMBA, 2019, p.75). Portanto, o sujeito branco se constitui a partir de *raça* enquanto branco, isto é, enquanto sujeito universal, tido como a norma e por isso invisibilizado enquanto *raça* ou identidade.

A partir disso podemos compreender que o racismo desempenha em nossa sociedade o papel de manter padrões de poder coloniais, que continuam a confirmar a supremacia branca. Como argumenta Glenn Coulthard (2014), em *Red Skins, White Masks* a partir da teoria de Fanon, o campo do reconhecimento é um campo de poder por meio do qual as relações coloniais são produzidas e mantidas, uma vez que os

termos do reconhecimento já estão postos pelo olhar branco, ou pela *consciência ocidental do negro* (MBEMBE, 2018). A produção de sujeitos colonizados, racializados, produz apegos psico-afetivos que auxiliam a manter a estrutura econômica e política das relações coloniais ao longo do tempo. Nesse sentido, os efeitos coloniais de poder expressos a partir da ideia de raça articulam os domínios das opressões – fundamentadas no reconhecimento – e o domínio da exploração – que diz respeito ao lugar ocupado na cadeia produtiva do capital (COULTHARD, 2014).

No entanto, compreender o sujeito branco como sendo também produzido racialmente nos permite desestabilizar a narrativa da branquitude que oculta a racialidade que permeia a subjetividade branca e questionar os termos do reconhecimento moderno. Entender o sujeito branco como produto de um encontro bastante específico – o encontro colonial – desestabiliza a própria narrativa que o produz como naturalmente superior, uma vez que perturba a neutralidade por meio da qual o vemos. Esse exercício nos leva a questionar quando o branco enquanto categoria identitária foi originado, o que nos leva a notar que o racismo vinculado à branquitude tem uma origem específica compartilhada com o negro.

Apesar da prévia existência de noções que dividiam populações de acordo com suas diferenças fenotípicas e culturais é com a colonização europeia e escravidão negreira que vemos surgir uma noção de racismo atrelada à branquitude. Asad Haider (2018) menciona em *Mistaken Identity* a história de opressão racial sofrida por Irlandeses, demonstrando que não se tratava de um racismo baseado na cor de pele, conseqüentemente, diferindo totalmente da opressão racial que emerge com a branquitude. Com a branquitude, o racismo passou a ser organizado em torno da cor de pele e isso fez com que grupos antes oprimidos – como os Irlandeses – passassem a fazer parte do grupo tido como racialmente superior quando comparados a povos não brancos. Isso demonstra a relacionalidade de raça, sua não fixidez em uma hierarquia organizada pela branquitude. É nesse sentido que Haider argumenta que temos que parar de pensar sobre raça como sinônimo de “outro”, de não-branco.

“Temos que romper com a presunção de que ‘raça’ descreve somente o que é diferente, secundário, e ‘Outro’. A forma

primordial de ‘raça’ é a ‘raça branca’, e não podemos aceitá-la como o ponto de vista neutro, universal a partir do qual a teoria de raça como ‘diferença’ é desenvolvida” (HAIDER, 2018, p. 44, tradução minha).

Quando racializamos o branco deslocamos o sujeito branco desse lugar invisível – e ao mesmo central – em que a narrativa moderna o posicionou. Temos que racializar o branco para que entendamos o racismo não somente como aquilo que mantém o sistema de opressões e de exploração ao qual o povo negro é sujeitado, mas também como uma estrutura de poder intrinsecamente vinculada às condições de privilégio, tanto material como subjetivo, que pessoas brancas experienciam, quer queiram ou não. Sobre isso, Asad Haider (2018) a partir da obra de W.E.B Du Bois chamará atenção para a existência de um “salário psicológico” conferido aos brancos, para além do salário material, o qual confere uma maior mobilidade social e possibilidade de ascensão aos sujeitos brancos mesmo quando dividindo a mesma classe social que os negros. As identidades demonstram, dessa forma, a íntima conexão entre o domínio do reconhecimento – quais significados na sociedade as identidades evocam sobre quem as possui, sobre seus corpos, sua cultura, sua “origem” e até sua humanidade – e o domínio de classe, isto é, a organização das pessoas dentro ou fora do mercado de trabalho.

Além disso, temos de racializar o branco senão corremos o risco de – como nos alerta Maria Aparecida Silva Bento em *Branqueamento e Branquitude no Brasil* (2014) – ao falar sobre raça e racismo nos referirmos a esses assuntos como se fossem *problemas de negro*, reforçando, assim o fardo que grupos constantemente racializados já têm de encarar e não tornando visível a responsabilidade que o sujeito branco tem nesse processo. Inclusive, tratar a questão racial como um problema que diz respeito apenas àqueles que são racialmente oprimidos é uma das manifestações mais latentes da branquitude na produção de conhecimento na medida em que reforça com a pretensão em afirmar os sujeitos brancos enquanto racialmente neutros e invisíveis. Em consequência, historicamente na academia o Negro foi o tema quando se tratava de estudar as relações raciais, como argumentou Guerreiro Ramos (1995) especialmente sobre a sociologia brasileira, o que reflete a fabulação colonial que tem o negro e raça

enquanto sinônimos e impede que se trate com seriedade raça e seus mecanismos de instauração de sujeitos na modernidade.

Nesse sentido, racializar o branco, para além de um exercício que nos informa quem está incluído e quem está excluído das relações de produção, ou dos “privilégios” materiais e subjetivos, nos guia para refletir criticamente sobre os próprios limites da questão do reconhecimento que é intrinsecamente relacionada à igualdade e aos princípios liberais. Assim, temos que considerar que ao mesmo tempo em que houve o desenvolvimento de raça enquanto discurso de representação moderno sobre o homem ancorado na autoridade científica – que atua a salientar as diferenças entre os povos e a partir das afirmações sobre as aparências de algum modo rastreáveis biologicamente justificar e hierarquizar a humanidade de cada um – houve o desenvolvimento da razão universal e dos princípios iluministas, de liberdade e igualdade, que fundamentariam a ideologia liberal e burguesa. São dois movimentos que compartilham da mesma matriz originária que a neutralidade científica que justificaria raça: a escravidão transatlântica e as colônias (Barros 2019, 35). É por isso que atestaria Fanon (2008, p.113) que o acordo não é possível no plano da razão.

Princípios que se pretendem universais, portanto, como igualdade, são conformados na linguagem do dominador. Por isso, é imperativo que se questione no caso das populações racialmente marginalizadas: “somos aceitos por quem? Para quê? O que muda ser aceito? O que é ser igual? A quem ser igual? É possível ser igual? Para que ser igual?” (NASCIMENTO, 2006, p. 102). E no caso de pessoas brancas, cabe indagar sobre o quê sua própria inclusão está fundamentada. Questão de reconhecimento e inclusão não somente se interseccionam mas possuem a mesma matriz, origem, afinal, como buscou-se demonstrar no capítulo anterior a exclusão social é perpassada por uma questão de reconhecimento. Isso impõe, no entanto, limites que não são ultrapassados pela inclusão que se ancora nos termos de reconhecimento cuja matriz é racial. Como bem expressiu Barros (2019, 46): “A invenção de raça sob os pressupostos da exploração colonial impõe ao negro uma realização impossível”. E continua: “O negro, nesse sentido, não é um Outro do branco em sua universalidade

colonizadora, mas um *inexistente* numa universalidade que elide ao negro qualquer possibilidade de reconhecimento”.

No entanto, é no próprio seio das identidades colonizadas que emerge a potencialidade de subversão à própria ordem colonial capitalista instaurada. Por isso que falar de raça sempre será um exercício ambíguo e fatalmente paradoxal. Como afirmou Mbembe (2018, p. 70) “aquele que é designado a uma raça não é passivo”. Se aquilo que foi referido como consciência ocidental do negro, e que no presente trabalho diz respeito ao funcionamento da branquitude, é um *juízo de identidade*, a resposta a essa designação é uma *declaração de identidade* (MBEMBE, 2018, p. 62). Esse posicionamento constitui o segundo texto da razão negra: *consciência negra do negro*. Nele estão as resistências e tentativas de ressignificação da designação colonial implícita na patologia identitária:

“O conteúdo desse segundo texto é essencialmente marcado pela luta dos povos submetidos à colonização e à segregação, que tentam se libertar das hierarquias raciais e cuja *intelligentsia* desenvolve formações da consciência coletiva que, ao mesmo tempo que abraçam a epistemologia da luta de classes propriamente dita, também combatem as dimensões ontológicas decorrentes da fabricação dos sujeitos raciais. A noção de *razão negra* remete, portanto, a essas diferentes versões de um mesmo enredo, de uma mesma constelação” (MBEMBE, 2018, p. 66).

Aqui cabe o que vem a significar o movimento político da Negritude, que em nenhum sentido deve ser confundido com o oposto equivalente da branquitude (VIVEROS-VIGOYA, 2018). A Negritude, que teve como um de seus maiores expoentes o psiquiatra e revolucionário Frantz Fanon, é justamente o conjunto de práticas culturais que tem por objetivo central a ressignificação positiva da identidade negra, rejeitando assimilações colonialistas. Trata-se de um exercício de reivindicação de um auto-reconhecimento coletivo e individual que visa à “desalienação” do sujeito negro e de sua humanidade (COULTHARD, 2014).

Visto que se utilizando das próprias identidades erigidas sob o capitalismo – embora de uma maneira extremamente combatente ao olhar do colonizador – a

negritude ainda opera nessa ambiguidade de raça e traz em si as limitações impostas pelo signo racial. Nesse sentido, Fanon como um de seus maiores expoentes foi também um de seus mais cuidadosos críticos. Poucas coisas exprimem melhor os questionamento em torno da necessidade da proclamação identitária e as suas limitações como o diálogo entre Sartre e Fanon sobre a negritude (FANON, 2008).

Descrevendo as constantes estratégias e mecanismos com os quais os brancos deslegitimavam qualquer atitude do negro, sempre a partir do que a ideia sobre seu corpo, baseada em raça, permitia fazer de associações (selvagem, primitivo, perigoso, “tão civilizado quanto os brancos”), Fanon (2008) demonstrou que qualquer possibilidade de existir em um mundo branco, em uma realidade colonizada estava solapada. Não havendo escapatória, a saída era abraçar a identidade: “Desde que era impossível livrar-me de um *complexo inato*, decidi me afirmar como negro” (FANON, 2008, p.108). Porém, Fanon reconhece na adoção da identidade uma atitude irracional tal qual a do branco que lança mão de raça. “Eu tinha racionalizado o mundo e o mundo tinha me rejeitado em nome do preconceito de cor. Desde que, no plano da razão, o acordo não era possível, lancei-me na irracionalidade. Culpa do branco, por ser mais irracional do que eu!” (FANON, 2008, p.113). No entanto, em um mundo branco a valorização da cultura e da história negra se apresenta como uma salvação.

A resposta de Sartre ao movimento da negritude, no entanto, reduzia esse grito de identidade a uma “passagem” dentro do movimento proletário. Reduzia, assim, a um “momento” em comparação ao universalismo de classe, perene por outro lado. O problema com a reação de Sartre à negritude não era atestar que a negritude é o meio e não o fim último, caráter transicional com o qual Fanon concordava. O problema é que Sartre, como bom homem branco, não se desvencilhou do que o próprio movimento da negritude se contrapunha e alertava para: do olhar branco balizando e podendo as formas de existir e sobreviver do negro. Não à toa Fanon desabafa: “Quando li esta página, senti que roubavam minha última chance”. Tratava-se de um aliado na luta tecendo um “golpe imperdoável” à geração dos poetas negros que haviam apresentado acalento para a condição negra. O erro de Sartre foi “secar a fonte”. (FANON, 2008, p.121).

A resposta de Sartre reiterava a própria necessidade da negritude: como apelar ao reconhecimento do branco era uma causa perdida, a saída era se intitular, clamar para si a identidade negra. E aqui no sentido da declaração de identidade de qual Mbembe (2018) fala, escapando dessa forma do juízo de identidade do branco. Embora a declaração de identidade feita a partir da negritude opere ainda no horizonte patológico da identidade, do irracional, trata-se de nutrir um sentido contraposto ao olhar do branco como necessidade subjetiva. Necessidade que o branco não compreende. Assim, o diálogo entre Fanon e Sartre têm a potência de nos mostrar a diferença entre as posições de identidade, entre a *declaração* e o *juízo* de identidade.

Debater a razão negra é debater essa disputa acerca das determinações identitárias (MBEMBE, 2018). Uma disputa que, no entanto, se inscreve no mesmo limite, no mesmo horizonte ontológico da modernidade. No capítulo seguinte a intenção é destrinchar um pouco mais esses limites para refletir criticamente sobre o papel das identidades na subversão da ordem colonial capitalista, bem como sobre as posições que são erigidas a esse respeito.

3. A identidade como política

“They preferred the invention because this invention expressed and corroborated their hates and fears so perfectly”.

James Baldwin, 1984³¹

Este capítulo final se dirige ao que aqui será denominado como debate contemporâneo sobre as políticas de identidade. Pode parecer um salto um tanto quanto estranho ou no mínimo desconexo, considerando a maneira como o trabalho veio sendo desenvolvido até aqui. Ora, por que engajar com uma extensa reconstrução histórica e argumentação sobre a relação entre raça e capitalismo, para então falar sobre um debate que diz respeito ao contexto político contemporâneo?

A resposta a essa pergunta envolve duas justificativas. A primeira delas se justifica simplesmente por tratar-se de uma escolha. Escolha de quem escreve. Em última instância, escrevemos aquilo que desejamos ler, da melhor forma que conseguimos. Nesse sentido, a organização dos capítulos reflete uma escolha que espero que se torne satisfatoriamente compreensível pelo menos até o fim desse trabalho. A segunda justificativa – não totalmente desvinculada da primeira – se baseia no argumento de que não podemos compreender o cenário em torno das políticas de identidade sem compreender o papel de raça no capitalismo. E esse foi o objetivo até aqui: investigar e refletir sobre a constituição do capitalismo enquanto sistema racial e os aparatos suscitados por raça, para então abordar o debate evocado pelas políticas de identidade.

Foram as diversas posições suscitadas pelo debate em torno das políticas de identidade que me motivaram num primeiro momento a investigar o papel de raça no capitalismo. Esse debate se configura atualmente como ponto nodal das discussões e tensões a respeito da relação entre raça e classe, por isso, diz muito sobre a maneira como se compreende o papel de raça no capitalismo, e as suas contradições inerentes.

³¹ Trecho presente no ensaio intitulado *Many Thousand Gone* em *Notes of a Native Son*. (BALDWIN, 2012).

No entanto, a discussão sobre a relação entre raça *versus* classe está longe de ser uma novidade na luta e no pensamento político.

Estamos revisitando um debate antigo, apesar do contexto político ser diferente. Como Charles Mills afirma em *White Supremacy* (2017), trata-se de um debate que emerge com força no século XIX, e segue até então bastante presente, apesar das mudanças de conjuntura. O autor se refere à disputa que emerge entre a esquerda marxista – tradicionalmente branca – e a tradição radical negra, composta pelo pensamento revolucionário da diáspora africana e das lutas de independência africana – sobre qual seria a abordagem teórica mais adequada para tratar de classe e raça em conjunto. A questão ainda permanece, e expressa principalmente a resistência dos trabalhadores (mas também políticos e intelectuais) brancos de movimentos anticapitalistas em questionar como a branquitude atua mantendo as desigualdades sociais dentro e fora do movimento. Trata-se de um debate que se volta à questão da organização política e, sobretudo se olharmos a partir da perspectiva da esquerda, que se volta à pergunta sobre qual o papel das identidades na luta anticapitalista. No entanto, as políticas de identidade não são o alvo somente daqueles que intencionam subverter o status quo.

Existe uma incrível diversidade de trabalhos sobre a questão da mobilização das identidades na luta anticapitalista ou antissistêmica, e seus limites e contradições. E, para que as posições às quais se refere não fiquem totalmente vagas e não nomeadas, serão feitas referências a diversas fontes que buscam ilustrar a maneira como determinados posicionamentos se manifestam no cenário político atual. Começamos delimitando o que diz respeito às políticas de identidade historicamente, para depois analisar os motivos pelos quais ela ganha força recentemente no debate político, e então refletir sobre os dilemas e limites envolvendo a relação entre raça e classe e como é compreendido o papel de raça no capitalismo.

3.1. Identidade como política subversiva

Política de Identidades (no inglês *Identity Politics*) emerge como termo a ser difundido na academia no contexto da segunda onda feminista nas décadas de 1970 e 1980, com a declaração do Coletivo Combahee River (1981). Não se sentindo propriamente representadas pelos movimentos feministas hegemônicos – onde experienciavam racismo – e nem pelos movimentos negros e socialistas – onde experienciavam sexismo – as mulheres do Combahee River propuseram uma forma de organização política que partisse das especificidades das opressões que vivenciavam enquanto mulheres, negras, lésbicas e trabalhadoras. Assim, acreditavam que um projeto político realmente revolucionário vinha de pensar suas próprias identidades e as múltiplas opressões atreladas a elas.

Esse tipo de organização política proposto com o termo *Política de Identidades* não significava um isolacionismo em relação aos outros grupos que não compartilhavam exatamente da mesma identidade que elas. Pelo contrário, além do Coletivo acreditar ser importante nutrir solidariedade com outros movimentos como forma de fortalecer a luta, a política de identidades tratava-se de um projeto que articulava as lutas anticapitalista, antissexista, antipatriarcal e antirracista. Dimensões estas que não eram, muitas vezes, consideradas de forma ampla e conjunta por movimentos feministas brancos e movimentos negros e socialistas da época. A proposta da política de identidades emerge, sobretudo, como fruto de um movimento que busca chamar a atenção para a potência política de se pensar a partir de suas próprias identidades e compreender que certas opressões que atingem a determinado grupo não são as mesmas que atingem a outro – por mais que se interseccionem entre si. Fazia parte de um esforço para ampliar o escopo da luta feminista para além de reivindicações por igualdade de gênero, para incluir demandas por igualdade de raça e de classe, e nesse sentido também ampliar o escopo da luta proletária para incluir reivindicações por representação e reconhecimento (COLETIVO COMBAHEE RIVER, 1981).

Dessa forma, o termo *política de identidades*, em seu contexto de surgimento, se refere a um modelo de organização política que propõe pensar a partir das identidades marginalizadas de cada grupo para compreender como as opressões do

sistema capitalista – que não se resumem à esfera econômica – se articulam através dessas identidades. Chamam atenção, portanto, através de seu posicionamento político para uma característica crucial da sociabilidade capitalista: como o domínio de reconhecimento é necessário à manutenção das relações econômicas no nível geral. Trata-se de um posicionamento que resume o que foi se demonstrando ao longo desse trabalho. A exploração e a expropriação sob o capitalismo ocorrem a partir das opressões, que são por sua vez fundamentadas nas identidades modernas. Atentar-se ao papel de raça é fundamental a esse conhecimento. As identidades não devem ser reduzidas a uma questão de “aparência” ou somente relacionada a representatividade e reconhecimento nas sociedades. Na sociabilidade capitalista a questão do reconhecimento nunca está dissociada da organização das condições materiais de vida – da produção, reprodução, expropriação (COLETIVO COMBAHEE RIVER, 1981).

É possível, nesse sentido, compreender a prática política expressa pelo termo *política de identidade* como um posicionamento que evidencia os mecanismos de raça no capitalismo na medida em que salienta como as identidades determinam as opressões bem como a exploração do trabalho – remunerado e não remunerado. Ao chamar atenção para a intersecção entre opressão e exploração, a política de identidade traz em si a potencialidade de tratar as identidades em relação umas com as outras – salientando o funcionamento de raça, gênero e classe em conjunto. Ao atuar dessa forma, evidencia que raça não apenas produz os juízos e declarações de identidade (MBEMBE, 2018), mas indissociavelmente – e a partir disso – determina o lugar dos corpos na sociabilidade capitalista.

Trata-se de uma política que tem a capacidade de demonstrar que, no caso da identidade negra, o corpo negro representa um “vínculo social de submissão e exploração lhe é inerente” (BARROS, 2019, p. 32). Lembremos que raça também determina o lugar do negro como o excedente da sociedade: aqueles que são excluídos da relação de produção (cujo trabalho é expropriado), das zonas comodificadas e, sobretudo, os corpos matáveis – para citar a necropolítica teorizada por Mbembe (2018). Em contrapartida, mesmo quando compartilham da mesma classe social que os negros, os brancos são favorecidos socialmente, pois a estrutura de raça não recai da

mesma maneira. À identidade branca, invisibilizada enquanto raça, é garantida além das remunerações materiais – seja no proletariado, seja na burguesia – a remuneração psicológica e subjetiva, fruto do reconhecimento. Mesmo assim, a política de identidades como expressa pelo Coletivo Combahee River (1981) demonstra que não se trata de frisar a identidade da negritude em detrimento da posição enquanto trabalhadoras ou vice-versa, é sobre a necessidade de abordá-las conjuntamente.

Há de se atentar, no entanto, que o que passamos a compreender como política de identidades é expressão do lugar da resistência historicamente ocupada pelos pensadores e revolucionários produzidos pela diáspora negra. Nesse sentido, podemos compreendê-la como fazendo parte do que Mbembe (2018) denominou de *consciência negra do negro*. O brilhante Cedric Robinson (2000) empenhou grandes esforços para pensar esse lugar de resistência, que denominou de Tradição Radical Negra: movimento negro diversamente composto, cuja matriz é o colonialismo, e surge como resposta à sujeição colonial. Trata-se da experiência dos povos da diáspora africana, cujas raízes se encontram nas revoluções escravas das colônias do Atlântico (do Haiti a Palmares), cuja resistência coletiva é baseada na conscientização de que a liberdade somente seria adquirida em seus próprios termos, termos enraizados nas histórias e tradições dos diferentes povos africanos que foram transplantados para o “Novo Mundo”. Com isso, a tradição radical negra também lançava dúvida sobre a extensão com que de fato o capitalismo havia imprimido sua dominação na vida social, uma vez que havia domínios que não compartilhavam de sua lógica (ROBINSON, 2000, p. 167-171).

Reconhecendo o legado da tradição radical negra para o pensamento afrodiaspórico no geral, podemos ainda compreender o termo *política de identidades* como uma nomeação ao que historicamente feministas negras sempre fizeram: chamar atenção para a articulação entre as opressões e destas com a manutenção da exploração e subjugação no capitalismo. Lélia González (1984) e Maria Beatriz Nascimento (2006), por exemplo – para citar dois grandes nomes do pensamento feminista e negro –, já demonstravam esse posicionamento em suas análises e práticas políticas partindo da condição da mulher negra e trabalhadora – pensando especialmente na questão do

trabalho doméstico – para pensar a relação entre raça e capitalismo e as heranças coloniais.

Também, pensadores do movimento da Negritude exploraram essas intersecções e a importância de pensar a subjetividade negra não dissociada das mazelas do capitalismo, um sistema enraizadamente colonial. Em *Red Skin White Masks* (2014), Glen Coulthard afirma que a Negritude pode ser entendida como precursora da política de identidades como veio a se conhecer. Tratava-se, em seu núcleo, de um movimento que defendia a necessidade da autoafirmação da identidade negra de forma não assimilatória à ideia ocidental do negro como meio crucial para superar os efeitos da estrutura colonial e capitalista. Frisa-se esse “meio”, pois políticas baseadas em identidades são um meio e não o fim último da luta anticolonial e anticapitalista. Como trabalhado no capítulo anterior, a declaração de identidade é sempre permeada por uma profunda ambiguidade, pois ainda opera nos limites da imposição da identidade, a patologia moderna de controle e segregação dos corpos. Assim, as políticas de identidade sempre estiveram permeadas por essa dialética, representando no entanto uma contradição necessária à luta, ou melhor, uma “ilusão socialmente necessária” (BARROS, 2019) como meio para subverter a própria ordem que imprime identificações nos corpos como forma de controle.

O que mudou agora, então, em relação às políticas de identidade – se é que algo mudou? O que constitui o que aqui está sendo entendido como contexto político contemporâneo? Qual é a problemática que suscita tantas críticas às políticas de identidade contemporaneamente? Antes de mais nada, tracemos algumas considerações sobre a historicidade do capitalismo e das circunstâncias estruturais que constituem o que chamamos de *condições de fundo* a partir do trabalho de Fraser (2015; 2020).

Retomando o que foi trabalhado no capítulo anterior, demonstrou-se que o capitalismo não pode ser reduzido a um mero sistema econômico. Isso seria obliterar outros domínios que igualmente o compõem, mais, que sustentam a própria organização econômica sob o capital. Assim, o capitalismo é melhor compreendido

como uma ordem social institucionalizada. O que implica que sua lógica econômica, a lógica de acumulação do capital, necessita de condições de possibilidade de fundo, não econômicas. É o que Fraser denominou de constelação de primeiro plano e plano de fundo, e é isso que distingue as sociedades capitalistas das não capitalistas. Isso se torna claro quando consideramos o papel de raça (FRASER; JAEGGI, 2020).

Raça determina, a partir das identidades que produz, o domínio do reconhecimento. Esta é uma das condições de possibilidade de fundo da economia capitalista, uma vez que a organização das relações de produção (de quem será incluído e excluído delas) se dá em íntima relação com a maneira como os corpos são concebidos no sistema de representação moderno – ditado por raça. Considerando que a diferenciação racial em seu sentido moderno somente se torna possível no berço do capital, mediante as relações coloniais (BARROS, 2019, p. 39), faz sentido entender a peculiaridade do capitalismo por essa relação que Nancy Fraser (2015) denomina de primeiro plano e plano de fundo.

No entanto, essas relações sofrem alterações no tempo. São relações de domínios mutualmente constituídos, e, embora não inteiramente sujeitos ao domínio um do outro (como vimos no caso de raça não ser reduzida a uma questão econômica), a mínima alteração em um leva uma mudança aos outros. Assim, o capitalismo deve ser conceitualizado como uma ordem social histórica, isto é, situado no tempo. A teoria político econômica – mais especificamente historiadores do capitalismo – identifica quatro estágios do capitalismo até o momento, quatro fases a serem identificadas historicamente: capitalismo mercantil, a primeira fase do capitalismo que surge ancorada na escravidão transatlântica e nas colônias europeias; capitalismo liberal; capitalismo de Estado, caracterizado pelo estado de bem-estar social; e o capitalismo financeiro. São todas categoriais ideais que buscam traçar diferenças históricas do capitalismo, e nem sempre a divisão entre as fases está clara. Fraser e Jaeggi salientam que cada uma dessas fases pode ser identificada por um tipo de relação específica entre as condições de fundo e a maneira como se efetua a acumulação de capital, isto é, como se dá a expropriação e a exploração do trabalho. Considerando que a expropriação e a exploração do trabalho dizem respeito a como se determina a inclusão e a exclusão das

relações de produção, das relações assalariadas, podemos compreender dessa forma “a história do capitalismo como sequência de *regimes de acumulação racializada*” (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 121)

Na fase do capitalismo mercantil, por exemplo, a divisão entre exploração e expropriação³² do trabalho estava mais demograficamente delimitada, entre o centro europeu – dos burgueses e proletários homens brancos (mas também das mulheres e do campesinato expropriado) – e a periferia, o espaço das colônias determinado majoritariamente pela expropriação do trabalho sob a escravidão como a principal fonte de trabalho e lucro em todo o território e também responsável pelo salário conferido ao proletário europeu.

Não entraremos em detalhes sobre as diferenças entre as fases do Capitalismo já mencionadas, e como cada domínio (comodificados e não-comodificados) se articulou historicamente em cada uma delas³³. O que interessa aos objetivos do presente trabalho é identificar algumas características, no momento, no que diz respeito ao contexto neoliberal. O contexto histórico da primeira fase capitalista foi amplamente abordado, pois, como já argumentado, constitui-se como um exercício crucial para compreender os elementos estruturantes do capitalismo, como raça. Afinal, é no bojo da escravidão transatlântica que emergem as condições de possibilidade do desenvolvimento capitalista, tanto o acúmulo de força de trabalho e riquezas sem precedentes, como a manufatura de raça em seu sentido moderno como tecnologia fundante da divisão do trabalho sob o jugo do capital (FEDERICI, 2017; MBEMBE, 2018). Agora, propõe-se a olhar mais atentamente para a fase do capitalismo financeirizado e o seu contexto político e econômico para compreender o que está em jogo no atual debate suscitado em torno das políticas de identidade.

³² O outro termo que utilizamos ao longo do trabalho e com o mesmo sentido foi “exploração não assalariada”. Mesmo sendo contraditório julgou-se didático utilizá-lo dessa forma, intercalando com expropriação.

³³ Para ver mais sobre isso conferir o trabalho de Fraser e Jaeggi (2020), bastante didático sem ser simplista a esse respeito.

Sobre esse último ponto, algumas breves observações. É importante perceber que “(...) a relação entre economia/política não diz respeito apenas a cada estado e sua economia, mas também a como cada ordem política internacional é organizada quanto à economia capitalista global” (FRASER e JAEGGI, 2020, p. 94). Isso significa que o contexto que envolve a política de identidades contemporaneamente reflete dinâmicas globais e é compartilhado – salvaguardada suas diferenças – internacionalmente. Além disso, muito evidencia-se sobre a globalidade do capitalismo e de raça. Requer-se um olhar internacional e transnacional para poder captar os elementos estruturantes do capitalismo racial.

Desse modo, mesmo correndo o risco de uma abstração muito grande, somada a uma negligência de diferenças importantes no que diz respeito ao racismo³⁴ e ao lugar ocupado no capitalismo, serão feitas algumas referências a acontecimentos ocorridos no Brasil e nos EUA, para exemplificar as posições que rondam o debate em torno das políticas de identidade. Tendo em vista que são países proeminentes no cenário internacional, muitas características compartilhadas internacionalmente poderão ser identificadas. E sobretudo, a partir dessas experiências locais é possível identificar efeitos que dizem respeito em última instância ao funcionamento de raça e capitalismo, que conformam o mundo como o conhecemos.

3.2 O contexto contemporâneo em torno das Políticas de Identidades

O cenário político mundial contemporâneo vem sendo marcado por uma guinada à extrema direita. Países como Brasil e Estados Unidos, elegeram nos últimos anos governos de direita extremamente conservadores.³⁵ Infelizmente esses países não estão sozinhos, o que nos leva a compreender o atual cenário político mundial como estando sob uma nova onda conservadora. Representando a vitória política daqueles

³⁴ O racismo se manifesta de formas bastante diferentes – não somente pela história mas por ser sobretudo um significante escorregadio como brilhantemente salientou Stuart Hall (2017).

³⁵ No momento em que se encerra essa dissertação, no entanto, é comprovada a derrota da reeleição de Trump e a vitória do candidato democrata Joe Biden e sua vice presidente Kamala Harris nas eleições de 2020.

que majoritariamente apoiam discursos racistas e machistas e manifestam abertamente seu ódio e raiva contra assuntos relacionados à “identidade” (desde que não seja a branca). Desta forma, o resultado das últimas eleições fomentou reações acaloradas por parte tanto da esquerda quanto da direita em relação à política de identidades.

A parcela mais reacionária da direita critica a política de identidades alegando que fazem parte de uma “doutrinação do marxismo cultural”, argumentando que abordar questões identitárias se traduz em uma vitimização que vai contra o funcionamento justo de uma sociedade baseada na meritocracia, além de se afastar de preocupações reais apresentadas pelos setores populares (VALLADÃO, 2018; EQUIPE IMB, 2017).³⁶ Por parte da esquerda, as políticas de identidade são encaradas por uma parcela como a grande causadora do atual fracasso da esquerda em lidar com a ascensão de governos de extrema direita, e de sua consequente derrocada³⁷.

O momento de ascensão da extrema direita suscitou dessa forma revisionismos em relação as estratégias abordadas até então por parte da esquerda. O tom do debate é formado por alegações de que a política de identidades fragmentou a esquerda, que causou a perda de eleitorado e, por isso, deveria ser vista como responsável pela vitória da direita branca supremacista. A afirmação geral é que a “esquerda identitária” – como é chamada uma parte da esquerda preocupada com assuntos vistos como identitários, como representatividade e reconhecimento – se distanciou de preocupações de classe, se tornando facilmente cooptável pelo projeto da direita de ganhar terreno político. Essas críticas são centradas na acusação de que a esquerda caiu na armadilha de substituir preocupações anticapitalistas “genuínas”, expressas pela luta de classes, por demandas por reconhecimento e representação, que deveriam ser secundárias (GOMES, 2018).

³⁶ Sugiro, para acompanhar como esse debate vem sendo pautado na direita, os sites do Instituto Von Mises Brasil, do Instituto Liberal e as redes sociais do MBL.

³⁷ Poucas personagens políticas ilustram tão bem esse posicionamento como Ciro Gomes, que assim que se confirmou a eleição de Bolsonaro realizou uma série de declarações afirmando que o foco em lutas identitárias é um discurso elitizado que acaba por afastar e mal compreender os anseios das camadas populares, sendo assim responsável pela vitória fascista de Bolsonaro (DE LARA, 2019).

Mesmo por parte da esquerda – o campo político tradicionalmente progressista –, o contexto político suscitou respostas reacionárias que colocaram as políticas identitárias na posição de bode expiatório. Quando consideramos esse posicionamento através do prisma de raça, percebemos que se prioriza classe em detrimento de raça na luta anticapitalista. Com isso, reitera-se a falsa dicotomia entre raça x classe, o que acaba colocando como contrapostos parte dos movimentos negro e antirracista e parte da esquerda, tida como a marxista ortodoxa. Considerando o que foi anteriormente exposto sobre as políticas de identidade, parecem ser um tanto quanto reducionistas – para não dizer errôneas – tais afirmações. No entanto para compreender tais reações suscitadas e os argumentos sobre os quais se baseiam julga-se necessário contextualizar um pouco mais e visualizar o quadro geral.

Partindo do argumento que política e economia não devem ser compreendidos como domínios totalmente dissociados é importante que se situe esse contexto político dominado pela extrema direita no poder dentro do capitalismo financeirizado. Essa fase do capitalismo conta com um modelo econômico que antecede essa onda conservadora da qual falamos, mas suas características estão intimamente vinculadas com as condições de possibilidade de sua ascensão. O capitalismo financeirizado pode ser resumido como uma fase da acumulação capitalista na qual a relação entre economia e política é marcada por uma maior presença do capital financeiro e dos interesses de investidores privados em detrimento do Estado, crescente desindustrialização, enfraquecimento dos direitos trabalhistas e a queda de vínculos formais de emprego, e consequentemente o aumento das relações de trabalho não commodificadas, não ou subremuneradas (em outras palavras aumento da expropriação do trabalho e da superexploração em detrimento da exploração, assalariada). Ou seja, o capitalismo financeirizado é a fase da ascensão do neoliberalismo como política econômica dominante. (FRASER e JAEGGI, 2020)

É nesse contexto de ascensão do neoliberalismo e o gradual desfalecimento do Estado de Bem-estar Social, que as políticas de identidade sofrem mudanças importantes em sua forma de mobilização política. Segundo Fraser (2009; 2019), o neoliberalismo encontrou certas afinidades com as demandas dos movimentos sociais

identitários (LGBTQ+, negro e feminista) que lutavam contra o poder paternalista do Estado social democrata e se apropriou disso como parte de seu projeto de descentralização do aparato do Estado de Bem-estar Social. Essas demandas se exprimiam na luta por um maior reconhecimento, que desse direito a uma maior representatividade nos espaços de decisão e poder, ou seja, que garantisse a inclusão e a ascensão sociais – mobilidade essa que sentia-se que era em certa medida dificultada pelo assistencialismo estatal. Essas demandas – não totalmente dissociadas de uma questão de classe, ou redistribuição – foram no entanto interpretadas de maneira bastante compatível pelo capitalismo financeirizado e foi-se privilegiado um projeto de reconhecimento que não almejava abolir ou superar as hierarquias sociais baseadas na própria noção de identidade, mas que almejava diversificar o “topo” e assim tornar o capitalismo mais palatável (FRASER, 2019). Tratou-se, dessa forma, de uma infeliz afinidade em que os movimentos sociais da época não intencionalmente acabaram legitimando as mudanças que ocorriam com o advento do neoliberalismo. A essa associação, um tanto quanto peculiar, Fraser (2019) denominou de *neoliberalismo progressista*.

Não surpreendentemente as políticas de identidade passaram a ser cada vez mais reduzidas a sinônimo de política de reconhecimento. Como Nancy Fraser afirmou em *Redistribution or Recognition* (2003), “reconhecimento” se tornou a palavra-chave da nossa era. No entanto, deve-se adicionar a observação de que não era sinônimo a qualquer demanda por reconhecimento, mas sim àquelas liberais e não anticapitalistas, que possuíam afinidade com o neoliberalismo. Dessa forma, não é que reconhecimento deixou de ser importante para virar um problema, um impedimento à luta de classe, aos setores da esquerda “realmente” preocupados em superar o capitalismo. Pelo contrário, movimentos identitários que lutavam e defendiam por esse tipo de reconhecimento, conformista, foram os que tiveram seu destaque em nossa sociedade, porém a identidade como fonte de uma política autoafirmativa e anticapitalista continuou a existir e ser mobilizada por diversos movimentos sociais – com menos visibilidade, indiscutivelmente.

É possível perceber a existência e o efeito dessa afinidade entre neoliberalismo e os movimentos que limitam reconhecimento à “esfera da visibilidade representativa” (BARROS, 2019, p. 92) em várias dimensões do nosso cotidiano. Há uma crescente incorporação do discurso da diversidade e da celebração das diferenças identitárias em cada vez mais comerciais e campanhas publicitárias desde bancos a diversas marcas, ou seja, de forma atrelada à mercadoria e ao consumo³⁸. Essa maior incorporação é vista na chave da inclusão e vem sendo tratada como ganho político coletivo das minorias identitárias em direção a uma igualdade social – e mais, no caso de parte do movimento negro, veremos, como caminho à emancipação racial. Porém, essas ações se traduzem na forma de uma inclusão politicamente vazia, no sentido em que tratam o domínio do reconhecimento como fim em si, não interessadas na superação do capitalismo sob o qual há justamente a impossibilidade de reconhecimento. Nesse sentido, autores como Asad Haider em *Mistaken Identity* (2018) argumentam que o modelo revolucionário de política proposto pelo Coletivo Combahee River (1981), que tratava lutas de classe e lutas identitárias de forma transversal, foi cooptado de maneira que a política de identidades foi usada como uma forma de reduzir a política ao que a pessoa é enquanto indivíduo. Assim, *identidade* passou a ser entendida como uma lente através da qual qualquer um podia se politizar individualmente apenas “sendo”.

Embora o trabalho de Haider (2018) caia em um desmerecimento generalizado de toda e qualquer política baseada em identidade em alguns momentos, invisibilizando dessa forma lutas identitárias que ainda operam em consonância com a lógica ilustrada pelo Coletivo Combahee River (1981) e historicamente adotada por setores radicais do movimento negro, algumas de suas considerações são válidas na medida em que chamam atenção para a crescente individualização da luta identitária, ou melhor a crescente redução causada pelo neoliberalismo da identidade a uma questão individual

³⁸ Citemos como exemplo emblemático o caso da propaganda do Banco do Brasil do início do ano de 2019 que trazia uma proposta visual mais urbana, com a protagonização de diferentes identidades, mulheres, homens, brancos e negros, em diferentes contextos sociais. Tal propaganda foi vetada por Bolsonaro, o que iniciou uma calorosa reação por parte da esquerda em defesa do Banco do Brasil, sem nenhuma problematização dirigida à associação entre uma pretensa defesa da “diversidade” e os interesses de um banco.

dissociada de dinâmicas que a relativizam e a fazem compreender como intrinsecamente vinculada à sujeição identitária de grupos marginalizados sob o capital.

Há de se salientar nesse sentido que existe, portanto, uma diferenciação que foi sendo conformada no neoliberalismo progressista entre políticas de identidade e o que podemos chamar de identitarismo.

“A exaltação da identidade como algo fixo, absoluto, algo dado, pré-existente, e não relativo, é a pura expressão da forma de valorização do capital como fim em si mesmo, que precisa assegurar para alguns indivíduos uma colônia ainda viável de exploração. É esse fenômeno que busca uma identidade estanque, ideal e não relativa, um $Eu=Eu$, como forma inconsciente de realização de valorização do capital, que chamo de identitarismo” (RODRIGES, 2019, p. 156).

Podemos assim, a partir do que foi considerado, compreender o contexto político contemporâneo mundial como estando dividido entre o neoliberalismo progressista e uma onda conservadora de extrema direita que surge como resposta a essas políticas do capitalismo financeirizado. Isto é, as posições reacionárias em torno das políticas identidades suscitadas pela onda conservadora da extrema direita dividem o horizonte do capitalismo financeirizado com a política econômica do neoliberalismo progressista. Tendo isso em vista, propõe-se agora voltar o olhar para os dilemas que esse contexto apresenta para a compreensão da relação entre raça e classe e, sobretudo, do papel de raça no capitalismo.

3.3 O horizonte da superação colonial capitalista ou “Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade?”³⁹

Daremos aqui ênfase a duas posições que compõem o amplo conjunto que chamamos de esquerda, mas que possuem orientações por vezes bastante diferentes.

³⁹ Rosa Luxemburgo

Trata-se de posições que ocupam um certo extremo antagônico que acaba por posicionar uma falsa dicotomia entre as lutas anticapitalista e antirracista. Falsa, porque embora raça não deva ser reduzida a uma questão de classe, é sob o capitalismo que vem a se constituir. E por outro lado, classe não é totalmente inteligível sem um olhar racializado, uma vez que raça atua como sua condição de possibilidade. Apesar de apresentarem essa disputa que as distancia, e que se expressa pelos termos do debate raça x classe, ambas as posições compartilham de um mal entendimento do papel de raça no capitalismo – o que compromete a própria luta.

A escolha em recair a atenção sobre essas duas posições e não sobre as posições que surgem na direita, que reforçam o problema da supremacia branca e os desafios reacionários e regressistas, fundamenta-se no argumento de que se traduz como tarefa sempre importante e urgente (re)pensar as dinâmicas que rondam a organização política que se pretende anti-hegemônica. Em outras palavras, é sempre importante refletir sobre as questões e empecilhos determinantes para os passos seguintes da luta do lado que se propõe a nutrir as ferramentas de subversão da ordem instaurada. Nos voltemos agora aos impasses que rondam a esquerda.

Pelo lado das críticas reacionárias por parte da esquerda, das quais esboçou-se brevemente o tom geral no início da seção anterior, podemos identificar sobretudo um desprezo às lutas identitárias, lutas políticas que mobilizam a identidade de algum modo. Esse desprezo vem acompanhado de uma defesa calorosa da primazia de classe enquanto categoria de luta e de análise da realidade social, política e econômica. Dirige-se, assim, a um posicionamento presente na esquerda – um tanto quanto reacionário – constituído por um marxismo ortodoxo que insiste em uma abordagem conservadora que trata o capitalismo como um sistema indiferente às identidades. Embora as reações mencionadas emergjam mais fortemente como resposta ao contexto de ascensão da extrema direita e do neoliberalismo progressista com seus identitarismos, não há nessas reações a ressalva de que identidades importam de alguma maneira à luta capitalista. Há apenas a culpabilização de qualquer política de identidade como algo que mina a luta de classes e de um modo geral a luta anticapitalista.

Wendy Brown em *Resisting Left Melancholia* (2003) discorre sobre essa tendência da esquerda. Para Brown, essa dinâmica da esquerda de desdenhar de política de identidades – ou políticas culturais – concomitante a uma afirmação da primazia de classe, pode ser entendida através da expressão, cunhada por Walter Benjamin, *Melancolia de Esquerda*. Essas acusações que projetam na política de identidades o objeto de ódio pregam um eterno retorno a formulações que faziam mais sentido em épocas anteriores, constituindo, assim, a dinâmica da esquerda como melancólica.

Segundo Brown (2003), essa dinâmica da esquerda ortodoxa não somente causa uma má leitura do presente político, como instala um certo tradicionalismo, um conservadorismo na *práxis* política da esquerda. Aqui, Brown está levando em consideração o argumento de Stuart Hall (2017) de que o fracasso da esquerda – representado pela ascensão da extrema direita – além de ser consequência de uma ortodoxia analítica que prega o determinismo do capital e a primazia de classe, é também resultado de uma insistência no materialismo que recusa a importância do subjetivo. Nesse sentido, uma das indagações que gostaria de colocar aqui é em que medida não podemos associar esse tradicionalismo do qual Brown fala com a atuação da branquitude? Se, de acordo com a autora no lamento sobre a fragmentação da esquerda há a preservação de um “elemento de identificação narcísica da ortodoxia” (BROWN, 2003, p. 461), haveria nessa identificação ortodoxa relação ou espaço para o *pacto narcísico da branquitude* (BENTO, 2014)?

Considerando o argumento de Maria Aparecida Bento (2014) de que há um *pacto narcísico da branquitude* no qual brancos se beneficiam de um acordo que (nos) garante privilégios materiais e subjetivos e no qual se mantêm invisibilizadas as desigualdades raciais, não considerar a importância do subjetivo nas análises políticas significa deixar de lado como as opressões raciais operam no capitalismo. E considerando como as opressões se articulam com os domínios da exploração e da expropriação, também significa deixar de lado o próprio lado objetivo de como a acumulação capitalista se concretiza. Dessa forma, o tradicionalismo da *práxis* da esquerda que insiste em afirmar a supremacia do material em detrimento do subjetivo negligencia a própria maneira como a exploração capitalista – sobre a qual a divisão de

classe se fundamenta – opera a partir de identidades, ou seja, como estas não se resumem à esfera do reconhecimento.

Ainda, considerando como elemento da identificação narcísica da ortodoxia de esquerda o determinismo do capital e a primazia de classe, tal identificação narcísica vai ao encontro do narcisismo da branquitude no sentido em que ao desmerecer o papel das identidades na luta política anticapitalista se favorece a invisibilização da identidade branca. Trata-se de uma grande contradição no discurso dessa parte da esquerda que não está disposta a pensar os efeitos de sua própria raça na organização da luta de classes e negligencia que tal postura é efeito da própria branquitude. A esse respeito Jones Manoel (2019, p. 3) acertadamente coloca: “Então, sim, você, meu querido homem branco hétero e sudestino, possui uma identidade específica. E existe uma política identitária de imposição da ‘sua’ identidade como a gramática social hegemônica e excludente dos padrões desviantes”. E continua assertando que tudo isso deveria ser no mínimo evidente para qualquer militante marxista. Essa crença em uma suposta não identidade branca é expressão da posição de sujeito universal, aquele tido como norma (e isso mesmo quando a identidade branca é afirmada por meio do supremacismo) (MANOEL, 2019).

Considerando o argumento de Fraser (2020, p. 90) de que a economia capitalista guarda uma relação de negação em relação às suas condições de fundo – isto é, denega a dependência que possui com domínios não econômicos – podemos ver a branquitude tanto como efeito como também responsável pelo reforço dessa tendência uma vez que ao invisibilizar o branco como raça, contribui para ocultar o papel de raça como condição de possibilidade de fundo das relações de classe. Em outras palavras, obstaculiza – como vemos no caso da ortodoxia marxista – a compreensão de como raça e classe se articulam de forma a conferir a inclusão dos sujeitos brancos nas relações de produção, seja como proletários seja como proprietários.

Essa denegação demonstra, em última instância, que os efeitos de raça sob a branquitude imperativamente acompanha a ideologia liberal que pressupõe que todos os indivíduos sob o capitalismo são livres e iguais. Essa condição é crucial quando

analisamos a condição do trabalhador *livre*, categoria central da luta de classes que, no entanto, não é compreendida em sua gênese sem ser contraposta aos trabalhos não-livres – escravizados e expropriados – aos quais as populações não brancas foram historicamente submetidas. Dessa forma, quando consideramos as críticas contemporâneas feitas por parte de uma parcela ortodoxa da esquerda à política de identidades estamos revisitando um debate antigo que envolve as dimensões da branquitude nos movimentos marxistas. Por isso a importância de racializar o branco, não somente como passo crucial na luta antirracista, mas para compreender o capitalismo em sua racialidade.

Assim, dentro dessa melancolia reacionária de esquerda que lamenta a promessa de um futuro que não se realizou e que tem como objeto de ódio a política de identidades, há a tentativa de preservação de uma análise política que trata classe como se não fosse uma categoria permeada por questões raciais. Não nos esqueçamos que a racialização do corpo negro, no berço da escravidão transatlântica, foi condição de possibilidade da divisão de classe e da garantia de salário ao proletariado – inicialmente europeu e branco. Por parte da esquerda, preocupa, portanto, o desmerecimento da importância de raça na luta anticapitalista, o que traz implícita a utopia de que a emancipação racial se dará automaticamente com o fim do capitalismo. Há, no entanto, que salientar que não é que a opressão racial inexistente como preocupação por parte dessa esquerda tradicionalista, mas ela é vista como resultado, consequência de classe, como algo manufaturado pela burguesia para dividir a classe trabalhadora e, por isso, secundário à questão da exploração. Ou seja, presume-se que raça é fundamentada exclusivamente pelo âmbito econômico, e se negligencia o outro lado: o reconhecimento colonial (cujas fundação é raça) como estruturante das relações de classe.

O que está em jogo aqui, portanto, é como se compreendem o capitalismo e o papel das identidades nele. Como se entende a dimensão do reconhecimento dentro do capitalismo e como se articulam as lutas antirracista e anticapitalista em nas mobilizações políticas. Essas questões são levantadas por Fraser em *Redistribution or Recognition* (2003), que de maneira perspicaz argumenta que debater a relação entre

redistribuição e reconhecimento – ou, como estamos tratando aqui, a relação entre classe e raça – nos leva a uma questão bastante difícil porém crucial: como entendemos o sistema capitalista, ou, de qual concepção acerca do sistema capitalista nós partimos para compreender a relação entre raça e classe?

Entendendo o capitalismo como uma ordem social – e não meramente como um sistema econômico – como foi defendido ao longo do presente trabalho, e uma ordem que só pode ser compreendida em sua complexidade a partir de um olhar racializado, percebe-se não fazer sentido o debate que tenta posicionar classe como a opressão que vem antes de raça ou vice-versa. Procurar compreender o capitalismo, e organizar a luta política que se propõe a superá-lo, a partir da pergunta sobre qual viria antes, se classe ou raça, é partir do pressuposto errado. Afinal, para perguntas erradas inexitem respostas certas (MANOEL, 2019).

Por outro lado, tampouco pode-se cair no erro de abandonar a luta de classes como elemento importante para a luta antirracista. Retomemos as políticas de identidade. Quando consideramos o pensamento radical negro percebemos que as duas coisas não andam separadas. Inclusive, Cedric Robinson e seu brilhante *Black Marxism* (2000) chama atenção para o fato de que a luta de classes esteve presente em movimentos afrodiaspóricos pela libertação ao redor do mundo e que faziam isso de maneira diferente das lutas do proletário europeu, afinal, porque informados por outra consciência, forjada pela realidade da sujeição colonial e sua experiência enquanto negros. Sobre isso a tradição radical negra e seu legado sempre deixaram muito claro: não há emancipação racial sem a superação das estruturas capitalistas, isto é, sem a revolução do comum.

“E se há algo que desde sempre assombra a modernidade, é justamente a possibilidade de um acontecimento singular, “a revolta dos escravos”, que assinalaria não apenas a libertação dos subjugados, mas também uma reformulação radical, se não do sistema de propriedade e do trabalho, ao menos dos mecanismos de sua redistribuição e, a partir daí, das bases da reprodução da própria vida” (MBEMBE, 2018, p. 77).

Não caíamos, portanto, na limitação imposta pelo identitarismo, expressão do neoliberalismo progressista que ronda a política mundial e cada vez ganha mais espaço. Não se trata de combater o identitarismo branco com o identitarismo negro (MANOEL, 2019). Ambos estão a favor do modo de gestão do capital. Parte do Movimento Negro e antirracista se encontram atualmente nessa armadilha, com expoentes que conquistaram espaço na mídia e mandam “beijos de Paris” para os questionamentos que evitam compactuar com uma ideia estanque de identidade que opera à serviço da ascensão individual a partir de uma representatividade submissa ao reconhecimento colonial.

Não à toa que tal posição identitária anda lado a lado de uma recuperação romantizada e misticista de África, e de um discurso de ancestralidade que se dissocia das tradição radical do pensamento negro para servir a uma noção de identidade estanque, que acaba por reiterar a África do pensamento colonial, do lugar do paraíso e da liberdade criado pelo imaginário europeu. Trata-se de uma política que se vale de um discurso que solapa as particularidades e as ambiguidades da identidade negra que não se refere a somente uma forma de ser quando é declaração de identidade, ou seja, quando é auto-afirmação da negritude. O essencialismo identitarista se imprime, portanto, de forma a denegar que “a particularidade de um negro brasileiro fatalmente se contrapõe à particularidade de um negro em Angola. Na relação de ambos o elemento epidérmico se desfaz para se projetar o ambiente socioeconômico e cultural que forma suas individualidades” (BARROS, 2019, p. 123-124). Da mesma forma já atestava Fanon (2008, p. 123): “(...) a experiência negra é ambígua, pois não há *um* preto, há *pretos*’.

É esse estrato do movimento negro que Barros (2019) vai denominar de movimento negro hegemônico. No contexto do neoliberalismo progressista do capitalismo financeirizado as parcelas dos movimentos sociais que se tornaram hegemônicas são aquelas que se beneficiaram justamente da afinidade com o neoliberalismo. Nesse âmbito foi-se privilegiado demandas por reconhecimento cujo fim se mostra a inclusão e a representatividade em espaços de poder. Sendo este o projeto último, o fim político desses movimentos identitaristas e não o meio, não se

trata de uma política que almeja abolir ou superar as hierarquias sociais baseadas na própria noção de identidade, mas cujo fim é diversificar o “topo” e assim tornar o capitalismo mais palatável. Nesse sentido, não cabe mesmo aos interesses políticos superar a identidade, mas mantê-la fixa como instrumento que atua como passaporte pessoal e não como projeto de libertação. Tal posicionamento identitarista expressa, portanto, como nos alerta Barros, um “romantismo conservador adaptável ao mercado” (2019, p. 145), por meio da apropriação de temas caros às expressões culturais da experiência negra, bastante heterogênea.

A brilhante intelectual e ativista bell hooks (2019) descreveu essa tendência no caso do feminismo, que no contexto de emergência do neoliberalismo viu movimentos reformistas se tornarem as “estrelas” do feminismo. Tratava-se dos movimentos majoritariamente compostos por feministas brancas que ganharam visibilidade advogando por uma maior mobilidade de classe individualmente, ou seja, não necessariamente comprometidas com a causa coletiva do feminismo que deveria ser buscar o fim da desigualdade de gênero e classe fundamentada no patriarcado branco. Essas feministas utilizaram o feminismo como alavanca pessoal na busca da igualdade perante os homens, o que excluía de sua política identitária a preocupação em acabar com as estruturas que as oprimiam e fazia explorar outras mulheres, as mulheres negras “que jamais alcançariam igualdade dentro do patriarcado capitalista de supremacia branca existente” (HOOKS, 2019, p. 20). Ou seja, excluía-se a luta de classes como componente importante e indissociável da questão de identidade. Com essas considerações críticas, portanto, hooks já evidenciava as características do que atualmente compreenderíamos por identitarismo.

Note-se, no entanto, que não é que a maior inclusão e presença em espaços de decisão não tenham sido de alguma forma benéficas para a luta antirracista. O problema é que apesar dos ganhos obtidos com essa aproximação, ainda se opera no limite do jogo colonial capitalista, tentando minimizar seus resultados, mas não de superá-lo, como chama atenção Barros (2019, p. 89) no caso de uma parcela do movimento negro no Brasil. Não se trata no entanto de abandonar um projeto em detrimento de outro, afinal a revolução não se dá do dia pra noite e as necessidades da vida se imprimem

todo dia. Nesse sentido, devemos reconhecer que a inclusão baseada na representatividade leva, em última instância, a uma inclusão salarial – se vinculando assim a uma demanda de classe – o que, quando consideramos o poder de raça de determinar o excedente em nossa sociedade e a partir disso o contingente da população negra em trabalhos informais ou em situação de rua, importa levando em conta os limites impostos pelo Estado.

Por outro lado, dependendo do desenrolar, este ameaça o próprio horizonte da emancipação e superação do racial. Em outras palavras, ao “apostar todas as fichas no jogo político posto nos limites da representatividade forjada e hegemonizada pela oligarquia financeira” (BARROS, 2019, p. 91), impede-se que se alcance o desmantelamento da própria estrutura que criou a necessidade de reconhecimento em primeiro lugar. Devemos, assim, prestar atenção sobretudo no que o identitarismo traz implícito, pois denota suas maiores limitações. Nesse sentido, a lógica problemática do identitarismo, que ganha cada vez mais força no contexto do neoliberalismo progressista, pode ser entendida como trazendo implícita a defesa de que quando o 1% mais rico da população mundial estiver satisfatoriamente diversificado e ocupado pelas identidades marginalizadas – não importando os outros 99% – terá-se alcançado a igualdade (FRASER, 2019). Isto é, pouco importa que enquanto o capitalismo existir a sua reprodução estará ancorada na contínua racialização e, assim, as identidades continuarão a operar como alicerce sobre o qual a divisão de classe se estrutura e sobretudo, no caso do negro, sobre o qual a acumulação capitalista segue se reproduzindo. Em suma,

“[s]e, por um lado, abandonar a esfera da visibilidade é um suicídio que implica vidas e formas de subsistência, por outro, tomar a desgraça por redenção, isto é, adotar as limitações impostas pelo modo como o poder econômico se estrutura com essa esfera da visibilidade, é se colocar ombro a ombro com a exploração” (BARROS, 2019, p. 102).

Um ponto crucial a ser notado, portanto, é que o reconhecimento não se dará via inclusão. Trata-se, portanto, de uma impossibilidade que permeia as demandas por reconhecimento de movimentos identitaristas: pois não há a possibilidade de

reconhecimento sob o capitalismo. Para isso temos que considerar dois pontos intimamente interconectados. A questão da acumulação de capital e sobre quais pilares ontológicos se baseiam os princípios universais de igualdade e liberdade.

Como procurou-se demonstrar ao longo do trabalho, a acumulação capitalista se erige e se sustenta através da exploração e expropriação – aqui tida como o domínio do trabalho não pago –, ambas formas de extrair valor que são necessariamente racializadas. Formas que se consolidam e emergem tendo a escravidão transatlântica como sua condição de possibilidade. Afinal, como vimos, com a expansão europeia no Atlântico emerge uma nova consciência planetária centrada na ideia de raça, a partir da qual no bojo da escravidão empenhada nas colônias europeias nas Américas surge a figura do negro, duplamente como sujeito racial e como corpo de extração (MBEMBE, 2018). A expropriação do trabalho negro possibilitou a exploração do trabalho branco na Europa, ou melhor, que o regime de trabalho assalariado fosse relegado ao espaço europeu. Estava fundada a divisão racial do trabalho. E mesmo após o fim da escravidão a inserção do negro nas relações produtivas do capital, nas relações de classe, não foi regra. Pelo contrário é a partir desse momento que o negro se torna mais descartável à lógica do capital, pois deixa de ser “bem” valioso (BARROS, 2019). Raça, então, se apresenta como um dos elementos estruturantes do capitalismo, demonstrando que este não pode ser reduzido a um sistema econômico, pois intrinsecamente dependente de condições não econômicas – como a hierarquização moderna das identidades sob a noção de raça. A partir dessas consideração não há dúvidas, como demonstrou Fanon: “(...) permanece evidente que a verdadeira desalienação do negro implica uma súbita tomada de consciência das realidades econômicas e sociais” (2008, p. 28).

Portanto, nota-se que mesmo a inclusão salarial, que é uma demanda de classe, apresenta esses limites. Isso significa que, seja a inclusão na esfera material ou seja na esfera da visibilidade, não se supera a ordem instaurada porque raça não é apenas um dispositivo de exclusão, raça é fundante dessa própria ordem. A isso chama atenção de maneira brilhante Denise Ferreira da Silva (2007) ao argumentar que uma das grandes consequências dessa lógica que privilegia o aspecto da exclusão para entender como

raça opera é que se impede que sejam tomados os passos ontoepistemológicos que permitiriam decifrar os “mecanismos modernos de significação”, passos necessários para compreender “porque uma crise ética não surge do fato que ‘os outros da Europa’ não são contemplados pela universalidade e auto-determinação (...)” (SILVA, 2007, p. 2). Considerando que os princípios universais de igualdade e liberdade são princípios que surgem e se desenvolvem na modernidade, uma crise não surge porque raça não é estranha a eles, pelo contrário, faz parte do mesmo horizonte ontológico. É nesse sentido que Coulthard (2014) irá chamar atenção para os limites do reconhecimento, uma vez que este opera a partir de identidades criadas pela lógica colonial, a mesma lógica que constitui a noção de sujeito universal calcada nos princípios liberais citados.

Isso não quer dizer que identidade como política não importa, tampouco que a inclusão não deva ser projeto urgente de diversas políticas públicas no presente. Muito menos que somente a luta de classes levará à superação dessa estrutura colonial capitalista. Identidades importam, quando olhamos os dados da realidade e vemos que, por exemplo, bebês negros têm o dobro de chances de sobreviver quando tratados por médicos negros⁴⁰ (LOURES, 2020), que 75,7% das vítimas de homicídio no Brasil em 2018 eram negras (IPEA, 2020), e que mais da metade da população pobre do Brasil é também negra (CARMO, 2017). Identidades, portanto, importam, uma vez que são o caminho para a conscientização do lugar que se ocupa na sociedade e da maneira como o modo de gestão do capital se imprime sobre nossos corpos.

Não deixemos, no entanto, o branco de fora desse jogo. Tudo isso significa que a inclusão do branco não somente está ancorada num regime depredatório, como é fundamentada no empobrecimento ontológico de populações inferiorizadas a partir da noção de raça. Lembremos dos ensinamentos de Césaire (1978): ninguém coloniza impunemente, chamamos a nossa própria ruína. Somada a essa constatação não podemos, dessa forma, perder de vista que o oprimido e o opressor estão intimamente vinculados entre si, sob a mesma sociedade, dependendo da mesma realidade (BALDWIN, 2012). Não há escapatória. Temos de superar igualmente a branquitude,

⁴⁰ Pesquisa realizada publica pela *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*.

pois somente quando deixar de existir o branco enquanto identidade que poderemos falar de uma emancipação racial.

Sujeitos brancos raramente entenderemos a necessidade de uma proclamação identitária como forma de resistência às mazelas do sistema, no entanto somente é possível vislumbrar a emancipação racial, a superação do capitalismo, a partir da luta que tem a identidade como forma de política anticapitalista. Por isso a importância dos ensinamentos e da prática política da tradição radical negra que permeia as alas mais críticas do movimento negro. A Negritude, enquanto prática política baseada na valorização cultural e na autoafirmação identitária, até hoje ensina que uma das poucas ferramentas capazes de suplantar a condição colonial capitalista é a conscientização acerca da condição negra – manifesto de como operam conjuntamente a dominação material e subjetiva sob o capitalismo. Mas somente se constitui enquanto prática revolucionária enquanto mantiver seu caráter transicional. Senão caímos no identitarismo. Não à toa que Fanon foi um de seus maiores críticos mas também defensores, pois atento a essa limitação. (COULTHARD, 2014)

Concluindo, assim, sobre a questão que acompanha esse debate: o racismo acabará com o fim do capitalismo? Não há nada que assegure isso. Por outro lado, “enquanto persistirem os fundamentos socioeconômicos que criaram as diferenças raciais não se superará o significante redutor” (BARROS, 2019, p. 39). Ou seja, o capitalismo não será superado sem a superação de raça. Por isso, que não se trata da errônea pergunta sobre qual deveria ser a prioridade, raça ou classe, pois, como sabiamente percebeu Roediger (2017), priorizar uma em detrimento da outra nos conduz a não abordar nenhuma com seriedade.

Façamos, por fim, ecoar os ensinamentos de Fanon e desconfiemos do entusiasmo que se apresenta diante de nós. Entusiasmo que insiste em iludir e se iludir de que há lugar sob o sol para todos no capitalismo, fazendo acreditar na utopia de que o capitalismo deixará de ser racista (BARROS, 2019). “Cada vez que o entusiasmo aflorou em algum lugar, anunciou o fogo, a fome, a miséria...E também o desprezo pelo homem”, já dizia Fanon (2008, p. 28). E isso se verifica pela crescente

expropriação que cada vez mais ameaça ultrapassar a exploração como motor do capital, e que é responsável pela crescente precarização e miséria que recai sobre partes cada vez mais abrangentes da população mundial (FRASER e JAEGGI, 2020).

Nesse sentido, Mbembe (2018) é categórico: a tragédia no liberalismo é não ser explorado. Essa atual dinâmica entre a expropriação e exploração que caracteriza a acumulação de capital sob o capitalismo financeirizado atesta, assim, o *devoir negro*, isto é, a tendência da universalização da condição negra para mais e mais populações marginalizadas ao redor do mundo. Portanto, apesar da ilusória sensação de que o capitalismo está se tornando cada vez mais conciliatório e indiferente às identidades – no sentido de sua necessidade para a acumulação capitalista – o capitalismo segue racializando corpos a nível mundial. Desconfiemos, então, pois o capitalismo não é conciliatório e jamais será.

Uma Breve Inconclusão

Terminar um trabalho nunca é fácil. Não somente porque o processo em si exige muito da gente, mas porque de alguma forma ele nunca está acabado. No, entanto, até percebermos isso e aceitar as falhas (inúmeras nesse caso) como naturais a qualquer processo, vamos nos deixando iludir que, enquanto o trabalho não está terminado, podemos melhorá-lo. Terminar um trabalho é interromper essa constante esperança de que no dia seguinte conseguiremos fazer melhor: mudar um detalhe ou outro, avançar na discussão, aprender mais, escrever melhor. Mas chega o momento de aceitarmos aquilo que se mostra diante de nós e permitir que o trabalho se encerre. Sendo esse o momento, gostaria de compartilhar um pouco do que me motivou a escrever este trabalho, da forma como foi feito, e quais são, ao meu ver, as suas principais falhas.

O interesse em orientar minha pesquisa à investigação do papel de raça no capitalismo teve como principal motivação o debate em torno das políticas de identidade – que nos últimos anos vem tomando cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas e políticas. São muitas as posições que provém desse debate, podendo ser bastante divergentes entre si, tanto à direita quanto à esquerda. Todas as posições, no entanto, dizem respeito, em alguma medida, à relação entre raça e classe, e a como essas duas categorias devem ser entendidas e mobilizadas na luta política. Me senti, então, impelida a investir meu mestrado em pesquisar sobre o papel de raça no capitalismo, para poder compreender o que está em jogo no debate político contemporâneo.

Partindo do argumento que somente um entendimento racializado do capitalismo pode nos situar nas encruzilhadas políticas que ganham força na era do capitalismo financeirizado – mas que não vêm de hoje e perdurarão enquanto nossa sociedade se organizar sob o capital –, me lancei a uma extensa pesquisa que percorreu vários domínios disciplinares, mas cuja orientação metodológica e epistemológica foi baseada majoritariamente em teorias decoloniais e raciais, e também em estudos marxistas heterodoxos. Esse olhar multidisciplinar, devo à minha formação em Relações Internacionais e principalmente à minha trajetória no IRI da PUC-Rio, que

sempre fomentou a diversidade teórica como forma de pensar o mundo e as relações internacionais. Apesar de não ser um trabalho que à primeira vista seja facilmente identificado como pertencendo à disciplina de RI, foi somente a partir de um olhar internacionalizado, digamos, que pude perceber determinadas conexões e refletir sobre o capitalismo a partir de outras perspectivas que rompem com a visão de que o capitalismo surge endogeneamente à Europa – ao mesmo tempo que, neste trabalho, se considerou de extrema importância olhar para a Europa para compreender as consequências de sua expansão no Atlântico.

Como reflexo dessa possibilidade inter e multidisciplinar do campo das RI, um dos elementos que compõe a presente dissertação é uma extensa reconstrução histórica de como se deu a expansão europeia no Atlântico: as suas condições de possibilidade, e o papel das colonizações e da escravidão transatlântico para o advento da modernidade capitalista e de raça. Aliado ao esforço de historicizar *raça* e demonstrar que seu sentido moderno é indissociável do advento do capitalismo, buscou-se explorar alguns pontos sobre a relação entre raça e capitalismo e, em última instância, as implicações de não se conceber o capitalismo racialmente.

Foi abordado, nesse sentido, como o surgimento da figura do trabalhador livre esteve ancorado na divisão racial do trabalho, para a qual a junção do empreendimento da escravidão de origem africana e a colonização das Américas foi central. Nesse sentido, foi feita a ressalva de que o papel de raça no capitalismo não se resume a uma questão de classe e que, portanto, um olhar mais atento ao aspecto racial deve reconhecer duas questões relacionadas: que a exclusão e a marginalização de populações das zonas comodificadas constitui parte essencial ao funcionamento da sociedade capitalista; e que essa relação de inclusão/exclusão é também determinada por outros fatores que não econômicos, porém indissociáveis destes.

Raça não somente fundamenta a divisão de classe expressa pela dicotomia proletários x proprietários, mas também a própria exclusão daqueles trabalhadores que não estão incluídos nas relações assalariadas – como demonstrado pela relação entre o surgimento da figura do trabalhador livre na Europa e a escravidão moderna nas

colônias. Questão essa histórica e também estrutural – ou seja, que se reproduz. Com isso, todo um contingente de trabalhadores e trabalhadoras que não estão inseridos na economia oficial é, muitas vezes, deixado de fora de análises que consideram a classe trabalhadora sendo aquela estritamente assalariada. Análises essas que acabam por ignorar, em suma, que a exploração sob o capital anda lado a lado à expropriação e que ambas são determinadas por sistemas de opressão que têm em raça sua fundamentação.

Procurou-se demonstrar que compreender o capitalismo meramente como um sistema econômico – e cuja economia dependendo apenas de relações incluídas no mercado – acaba por ser uma visão limitada e excludente, na medida em que deixa-se de considerar outros aspectos, que apontam para o caráter colonial do capitalismo. Estes aspectos remontam a outras dinâmicas de poder, que dizem respeito da maneira como as identidades são reconhecidas. Como buscou-se argumentar, há um lado “não econômico” que compõe o capitalismo, no qual a dimensão do reconhecimento possui grande importância. Sendo o âmbito do reconhecimento ancorado na forma pela qual as identidades são percebidas na sociedade, seguiu-se uma dupla constatação: não somente o capitalismo é mal concebido somente como um sistema econômico – sendo assim melhor entendido como uma ordem social –; como trata-se de uma sociabilidade racializada. Isto é: o capitalismo é racial.

Somente após todo o trabalho empenhado na direção de uma melhor compreensão de raça e de seu papel no capitalismo, julgou-se possível olhar para o contexto contemporâneo em torno das políticas de identidade e as posições suscitadas em torno da relação entre raça e classe. É a partir de um olhar racializado sobre o capitalismo, que se torna possível compreender os misticismos e as limitações expressos pelo identitarismo que ronda o contexto político atual. Misticismos e limitações estes compreendido aqui como manifestação máxima do neoliberalismo progressista, do recurso à identidade em afinidade com o jogo de submissão capitalista. Compreender o papel de raça no capitalismo se mostra uma tarefa de central importância para evitar misticismos e projetos políticos reacionários que obstaculizam a subversão da ordem colonial imposta pelo capitalismo. Evitar tais misticismos significa, sobretudo, não descartar a potência subversiva que as identidades podem

apresentar. Pois isso é sucumbir duplamente à branquitude e ao modo de gestão do capital.

Apesar de se tratar de uma discussão bastante pertinente ao contexto atual e, no geral, apresentar importantes considerações sobre um debate que não vem de agora, muitas falhas se imprimem no presente trabalho. Dentre as inúmeras falhas e limitações, gostaria de destacar uma que possui grande peso no exercício de pensar sobre os horizontes da luta anticapitalista e antirracista. A grande falha, nesse sentido, é não ter explorado um pouco mais as contradições inerentes ao capitalismo. Pouco foi explorado sobre outros modos de vida e pouco foi salientado sobre domínios intocados pela lógica do capital: extremamente importantes para pensar as possibilidades de subversão.

Por último, gostaria de evidenciar que meu grande interesse em desenvolver tal pesquisa ultrapassa o desejo de compreender os elementos que permeiam a organização política em torno de identidade. Considero a presente pesquisa um passo muito importante na minha trajetória na direção de cada vez mais me compreender enquanto branca, enquanto sujeito também produzido por raça. Não há como passar ileso por um processo que diz muito sobre a constituição de nossas subjetividades.

De agora em diante desconfio cada vez mais de quem ousa investigar raça e não sente algum incômodo, que não se sente atravessado e cansado. Estudar raça, seus feitos e efeitos não é tarefa nada agradável. Aqui, estou me dirigindo diretamente a academia branca e a sua tradição canônica. No caso brasileiro, composta por Freyre, Buarque de Hollanda, Caio Prado Jr., Oliveira Vianna, e tantos outros que constituem também seu legado a partir do pressuposto que estudar raça é estudar o *negro*, enquanto objeto mistificado, e se ausentar enquanto sujeitos brancos de seu próprio olhar – e, para além disso, cobrir os estudos fajutamente raciais com o véu da criticidade, servindo para atestar uma superioridade intelectual. Infelizmente esse pensamento perdura. No entanto, sempre foi e continuará sendo combatido. Estamos muito bem acompanhados por Lélia González, Maria Beatriz Nascimento, Maria Aparecida Bento, Frantz Fanon, Cesáire, Mbembe, e tantos outros.

Se armar com esse pensamento é tarefa crucial para pensarmos os horizontes da luta política e as possibilidades de futuro que nos são apresentadas. O ano em que essa dissertação se conclui, não devemos esquecer, é o ano que uma pandemia global nos assola, juntamente com o vírus da estupidez. No momento em que essas linhas são escritas mais de 160 mil vidas no Brasil foram ceifadas em nome da negligência e do capital. Enquanto isso, balas não param de encontrar corpos pretos, e cada vez mais entregas são feitas sob o regime de trabalho precarizado dos “apps”. A crise que nos assola é multifacetada, e sua solução passa necessariamente pela superação da ordem instaurada pelo capitalismo racial. Para caminharmos cada vez mais nessa direção é imperativo que nós, brancos, encaremos uma pergunta fundamental – e aqui eu termino citando o grandioso James Baldwin –: por que o branco precisou da invenção do negro, para começar?

Referências

ALENCASTRO, L. F. D. África, Números do Tráfico Atlântico. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ANIEVAS, A.; NISANCIOGLU, K. **How the West Came to Rule**: The Geopolitical Origins of Capitalism. London: Pluto Press, 2015.

ARRUZZA, C. Logic or History? The Political Stakes of Marxist-Feminist Theory. **Viewpoint Magazine**, Junho 2015. Disponível em: <<https://www.viewpointmag.com/2015/05/04/gender-and-capitalism-debating-cinzia-arruzzas-remarks-on-gender/>>. Acesso em 8 mai. 2020.

BALDWIN, J. **Notes of a Native Son**. Boston: Beacon Press, 2012.

_____. 1 vídeo (6 min). A pergunta - James Baldwin legendado em português. Publicado pelo canal Kurydebarcelona, 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Vf61qb8xuZ8>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BARROS, D. R. **Lugar de Negro, Lugar de Branco?**: Esboço para uma crítica à Metafísica Racial. São Paulo: Hedra, 2019.

BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (). **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2014.

BLACKBURN, R. **The Making of New World Slavery**: From the Baroque to the Modern, 1492-1800. [S.l.]: Verso, 1997.

BROWN, W. Resisting Left Melancholia. In: ENG, D. L.; KAZANJIAN, D.; BUTLER, J. **Loss**: The Politics of Mourning. [S.l.]: University of California Press, 2003.

CARMO, Beatriz. A pobreza brasileira tem cor e é preta. **Nexo Jornal**. 18 de nov de 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/A-pobreza-brasileira-tem-cor-e-%C3%A9-preta>>. Acesso em: 9 nov. 2020.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

CHAKRABARTY, D. Universalism and Belonging in the Logic of Capital. **Public Culture**, 12, p. 653-678, Fall 2000.

CHALHOUB, S. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social**, p. 33-62, 2010. ISSN 19.

CHAMON, P.; LAGE, V. C. Resisting the denial of coevalness in International Relations: provincializing, perspectivism, border thinking. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 59(2), n. e006, p. 1-17, 2016.

CHUTANDO A ESCADA: **História Global, precisamos dela?**. Entrevistadores: Filipe Mendonça e Geraldo Zahran. Entrevistado: Alexandre Moreli. 15 de mai de 2018. Podcast. Disponível em: <<https://chutandoaescada.com.br/2018/05/15/chute-052-historia-global-precisamos-dela/>>. Acesso em: 20 mar. 2020.

COLLECTIVE, C. R. A Black Feminist Statement. In: ANZALDÚA, G.; MORAGA, C. **This bridge called my back: Writings by radical women of color**. New York: Kitchen Table: Women of Color Press, 1981. p. 210-218.

CONNOLLY, W. E. Identity and Difference in Global Politics. In: DER DERIAN, J.; SHAPIRO, M. J. **International/Intertextual Relations: Postmodern Readings of World Politics**. New York: Lexington Books, 1989.

CORD, M. M.; SOUZA, R. S. Trabalhadores Livres e Escravos. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

COULTHARD, G. S. **Red Skins, White Masks**: Rejecting the Colonial Politics of Recognition. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.

DE LARA, Bruna. 'A direita ganhou as classes populares. Eles souberam fazer esse trabalho, e a gente se fudeu.' Uma conversa com Gabriela Moura sobre identitarismo nas eleições. **The Intercept Brasil**. 4 de jan de 2019. Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/01/03/direita-classes-populares-identitarismo/>>.

Acesso em: 6 nov. 2020.

DUSSEL, E. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

EQUIPE IMB. A esquerda foi conferir como estava sua doutrinação sobre os mais pobres. Ficou atordoada. **Instituto Mises Brasil**. 4 de abr de 2017. Disponível em: <<https://www.mises.org.br/article/2667/a-esquerda-foi-conferir-como-estava-sua-doutrinacao-sobre-os-mais-pobres-ficou-atordoada>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2017.

FRAGA, W. Pós-abolição; o dia seguinte. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FRASER, N. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009.

_____. Por trás do laboratório secreto de Marx, Por uma concepção expandida do capitalismo. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 06, p. 704-728, 2015. ISSN 10.

_____. **The Old is Dying and the New Cannot Be Born**. New York: Verso, 2019.

_____; HONNETH, A. **Redistribution or Recognition?** A Political-Philosophical Exchange. New York: Verso, 2003.

_____; JAEGGI, R. **Capitalismo em debate:** uma conversa na teoria crítica. São Paulo: Boitempo, 2020.

GOMES, W. A esquerda identitária e a satanização da maioria. **Revista Cult**, 2018. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/esquerda-identitaria-e-satanizacao-da-maioria/>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje—Anuário de Antropologia, Política e Sociologia**. 1984.

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, Janeiro/Abril 2016. ISSN 1.

HAIDER, A. **Mistaken Identity:** Race and Class in the Age of Trump. New York: Verso, 2018.

HALL, Stuart. **The fateful triangle**. Harvard University Press, 2017.

HOOKS, B. **O feminismo é para todo mundo**. Políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

IPEA. **Atlas da Violência 2020**. 2020. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>>. Acesso em: 9 nov. 2020.

KELLEY, Robin D.G. Preface. In: ROBINSON, C. J. **Black Marxism**. The Making of the Black Radical Tradition. [S.l.]: The University of North Carolina Press, 2000.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LOURES, Samily. Bebês negros têm mais chances de morrer quando são cuidados por médicos brancos, revela estudo. **Notícia Preta**. 19 de ago de 2020. Disponível em: <<https://noticiapreta.com.br/bebes-negros-tem-mais-chances-de-morrer-quando-sao-cuidados-por-medicos-brancos-revela-estudo>>. Acesso em: 9 nov. 2020.

MANOEL, J. Duas teses sobre a questão racial no Brasil. **Blog da Boitempo**, 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/11/28/duas-teses-sobre-a-questao-racial-no-brasil/>>. Acesso em: 5 nov. 2020.

MARQUESE, R. D. B. Economia Escravista Mundial. In: SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. **Dicionário da Escravidão e Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, v. Coléccion Sur Sur, 2005.

MILLS, C. W. White Supremacy. In: ALCOFF, M.; ANDERSON, L.; TAYLOR, P. C. **The Routledge Companion to the Philosophy of Race**. [S.l.]: Routledge, 2017. p. 475-487.

NASCIMENTO, M. B. Negro e racismo. In: RATTIS, A. **Eu sou atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa oficial do estado de São Paulo, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, v. Colección Sur Sur, 2005.

RAMOS, G. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

ROBINSON, C. J. **Black Marxism**: The Making of the Black Radical Tradition. [S.l.]: The University of North Carolina Press, 2000.

ROEDIGER, D. **The Wages of Whiteness**: Race and the Making of the American Working Class. [S.l.]: Verso, 2007.

_____. **Class, Race, and Marxism**. New York: Verso, 2017.

RONCOLATO, M. A tela 'A Redenção de Cam'. E a tese do branqueamento no Brasil. **Nexo**, 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/06/14/A-tela-%E2%80%98A-Reden%C3%A7%C3%A3o-de-Cam%E2%80%99.-E-a-tese-do-branqueamento-no-Brasil>>. Acesso em: 3 mai. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa apud GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, Janeiro/Abril 2016. ISSN 1.

SCHWARCZ, L. M.; GOMES, F. (Eds.). **Dicionário da Escravidão e Liberdade**: 50 textos críticos. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____; STARLING, H. M. **Brasil**: Uma Biografia. [S.l.]: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, D. F. D. **Toward a Global Idea of Race**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2007.

VALLADÃO, Rafael. Por que o PSOL é um partido impopular e elitista. **Instituto Liberal**. 1 de out de 2018. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/por-que-o-psol-e-um-partido-impopular-e-elitista/>>. Acesso em: 6 nov. 2020.

VIGOYA, M. V. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.